



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA (MPEB)

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

**DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA NOS ANOS FINAIS: ações da/na Escola João  
XXIII com fins de evitar a evasão escolar de segmentos LGBTQI+**

Recife  
2024

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

**DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA NOS ANOS FINAIS: ações da/na Escola João  
XXIII com fins de evitar a evasão escolar de segmentos LGBTQI+**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de mestre.

**Área de concentração:** Diversidade, Inclusão e Educação

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aurenéa Maria de Oliveira.

Recife

2024

**FOLHA EM BRANCO PARA FICHA CATALOGRÁFICA QUE SERÁ ELABORADA  
PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE SEU CENTRO**

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

**DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA NOS ANOS FINAIS: ações da/na Escola João  
XXIII com fins de evitar a evasão escolar de segmentos LGBTQI+**

Dissertação apresentada ao Mestrado  
Profissional em Educação Básica da  
Universidade Federal de Pernambuco como  
requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 05/03/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Aurenéa Maria de Oliveira (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Raphael Guazzelli Valerio (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nadia Patrizia Novena (Examinadora Externa)  
Universidade de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

O mais importante da vida não é a situação em que estamos, mas a direção para a qual nos movemos.  
(Oliver Wendell Holmes).

Sou eternamente grato à Dona Lurdinha (*in memoriam*), que deixou como legado a importância da escola e o caminho transformador que é a educação. Agradeço ao meu irmão e irmãs, pela compreensão por minhas ausências familiares devido à jornada de trabalho e à falta de tempo. Sempre buscamos estarmos juntos.

Ao meu amigo Bruno Rodrigues, pela ajuda e partilha de saberes.

Aos meus filhos, em especial Paulo César Júnior, pela companhia nos momentos de vigília para a escrita deste trabalho.

À Escola João XXIII, por estarmos nesta jornada incessante de luta por uma educação de qualidade que busca cuidar dos docentes e dos discentes com afeto. Na gestão de Rosângela Neves, registro meu especial carinho às professoras da turma da correção de fluxo, Rafaela e Nalva: muito obrigado pela acolhida e cooperação neste estudo, em nossos encontros de planejamento e conselhos pedagógicos.

À turma do Mestrado Profissional em Educação Básica da UFPE, sob coordenação das professoras Viviane de Bona e Raylane Navarro.

À professora e orientadora Dra. Aurenéa Maria de Oliveira, que acolheu esta pesquisa, dando-nos todo o suporte preciso até o momento de sua concretização.

Ao professor Dr. Raphael Guazzelli, por compreender o trajeto histórico deste estudo, com fins de transformação do espaço escolar.

À minha amiga e professora Dra. Nádia Patrícia Novena, que me deu o presente de mais uma vez estarmos juntos, no momento da qualificação, nesta longa caminhada de formação docente.

Às minhas amigas Eliude, Juliana, Manuela e Mirella pelas diversas reflexões quanto à temática da diversidade sexual na rede municipal de ensino do Recife.

Ao professor Dr. Luciano Freitas Filho, pelas muitas conversas sobre a pesquisa e sua importância para a educação pública, num contexto do direitos humanos.

Gratidão!

## RESUMO

O combate à homofobia, nos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação do Recife, tem sido destaque nos corredores da Escola Municipal João XXIII. Assim, atitudes segregadoras e excludentes, por parte de gestores, docentes e técnicos pedagógicos, que manifestam discriminações em relação a colegas e alunos, com base em discursos normatizadores de padronização das identidades sexuais, têm sido combatidas, sublinhando a necessidade de formação continuada no que tange ao trato com a diversidade, em nosso caso especificamente, a diversidade sexual, envolvendo estudantes LGBTQIA+. O não entendimento e a não aceitação das identidades sexuais na escola, por uma narrativa seja de cunho biológico, seja religioso, devem ser debatidos e dialogados, e não silenciados. Desse modo, o desenvolvimento de práticas pedagógicas, no espaço escolar em tela, tem sido feito de forma reflexiva, visando a promover uma educação inclusiva, pautada nos direitos humanos, alinhada a uma filosofia freiriana no que se refere à valorização dos saberes populares. Diante disso, optamos para esta pesquisa por uma metodologia qualitativa, realizada a partir dos estudos de Ludke e André, fazendo uso de diário de campo, análise documental e análise de discurso, esta última assentada no trabalho de Eni Orlandi. Na parte teórica, utilizamos textos de Butler e Louro, estabelecendo um recorte acerca das pedagogias das sexualidades. Nossos resultados deram conta da identificação de uma política curricular de ensino, definida a partir do ano de 2021, revisada e atualizada mediante as diretrizes nacionais curriculares da BNCC (2021), o que acarretou na redução/enxugamento do tema da diversidade sexual ao campo apenas do biológico. Isso fortaleceu a presença de uma homofobia velada nos estabelecimentos educacionais, colaborando com processos de evasão escolar. Contudo, na Escola João XXIII, tal situação possibilitou o contrário, isto é, viabilizou a realização de projetos de intervenção, como o corredor do enfrentamento, o que culminou em projetos outros, inter e transdisciplinares, que visaram/visam ao acolhimento de estudantes que não se enquadram no modelo heteronormativo, hegemônico socialmente.

**Palavras-Chave:** Combate à homofobia. Evasão escolar de segmentos LGBTQIA+. Diversidade sexual. Formação continuada. Escola João XXIII.

## ABSTRACT

The fight against homophobia, in the final years of elementary school in Recife's municipal education network, has been highlighted in the corridors of Escola Municipal João XXIII. Thus, segregating and exclusionary attitudes on the part of managers, teachers and pedagogical technicians, who manifest discrimination against colleagues and students based on normative discourses of standardization of sexual identities, have been combatted, highlighting the need for continued training regarding the treatment with diversity, in our case specifically, sexual diversity, involving LGBTQIA+ students. The non-understanding and non-acceptance of sexual identities at school, whether through a biological or religious narrative... must be debated and discussed and not silenced. In this way, the development of pedagogical practices, in the school space in question, has been done in a reflexive way, aiming to promote an inclusive education, based on human rights, aligned with a freirian philosophy regarding the valorization of popular knowledge. Given this, we opted for a qualitative methodology for this research, carried out based on the studies of Ludke and André, making use of field diaries, document analysis and discourse analysis, the latter based on the work of Eni Orlandi. In the theoretical part, we used texts by Butler and Louro, establishing a focus on the pedagogies of sexualities. Our results resulted in the identification of a teaching curriculum policy, defined from the year 2021 onwards, revised and updated using the BNCC national curriculum guidelines (2021), which resulted in the reduction/reduction of the topic of sexual diversity to the field of biological diversity only. This strengthened the presence of veiled homophobia in educational establishments, contributing to processes of school dropout, however, at the João XXIII school, this situation made the opposite possible, that is, it enabled the carrying out of intervention projects, such as the confrontation corridor, which culminated in other projects, inter and transdisciplinary, which aimed at welcoming students who do not fit into the heteronormative, socially hegemonic model.

**Keywords:** Combating homophobia. School dropout among LGBTQIA+ segments. Sexual diversity. Continuing training. João XXIII School.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>DIALOGANDO SOBRE O TEMA E A PESQUISA A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS OCORRIDAS EM RECIFE .....</b>	<b>16</b>
2.1	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA .....	16
2.2	OBJETIVOS .....	24
2.3	BREVE RELATO DA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE .....	24
<b>3</b>	<b>APORTES TEÓRICOS .....</b>	<b>34</b>
3.1	DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	34
3.2	NARRATIVAS DO SILÊNCIO .....	39
3.3	EVASÃO E FRACASSO ESCOLAR: AÇÕES DE COMBATE ENQUANTO REDE MUNICIPAL DE ENSINO .....	45
3.4	SEXUALIDADE E GÊNERO: AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E METODOLÓGICAS ENQUANTO REDE MUNICIPAL DE ENSINO NAS ESCOLAS DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	51
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>56</b>
4.1	ABORDAGEM QUALITATIVA E ANÁLISE DOCUMENTAL .....	56
4.1.1	<b>Diário etnográfico e Análise de Discurso .....</b>	<b>57</b>
4.1.2	<b>Campo empírico: a Escola João XXIII, quanto a seu corpo gestor, comunidade escolar e seus docentes na atualidade .....</b>	<b>60</b>
4.1.3	<b>Cronograma de atividades .....</b>	<b>60</b>
4.2	DA REALIZAÇÃO DAS	61

	ATIVIDADES .....	
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS COM PROPOSTA SUGESTIVA PARA O COMBATE À EVASÃO DE SEGMENTOS LGBTQUIA+ NA ESCOLA JOÃO XXIII .....</b>	<b>63</b>
5.1	A ANÁLISE DAS FONTES .....	63
5.2	DO MOMENTO DE INGRESSO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE: DISCURSOS EXCLUDENTES/SEGREGADORES .....	64
5.3	DA REALIZAÇÃO DOS CONSELHOS PEDAGÓGICOS AO ENCAMINHAMENTO PARA TURMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO DO TRAVESSIA .....	66
5.4	ANÁLISES DA POLÍTICA RECIFENSE DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DE REGISTROS DO DIÁRIO DE CAMPO .....	69
5.5	DA HOMOFOBIA À EVASÃO ESCOLAR: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII .....	79
5.6	DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	85
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>
	<b>APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA DIDÁTICO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO E HOMOFOBIA NO ESPAÇO ESCOLAR DA ESCOLA JOÃO XXIII, DA CIDADE DO RECIFE- PE .....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, avanços foram promovidos em relação ao trato do tema da diversidade sexual no âmbito social e educacional. Ao mesmo tempo, alguns movimentos contrários também puderam ser evidenciados. Em 2002, foi elaborado o Programa Nacional de Direitos Humanos, e em 2004 criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Em meio a tantas discussões sobre a pauta da diversidade sexual, em 2006, iniciou-se o curso de formação de professores (nacional) com o objetivo de mobilizar docentes para questões ligadas à diversidade sexual. No âmbito estadual, em 2009, foi criada a Assessoria Especial do Governador para assuntos de Diversidade Sexual. Em 2011, tivemos a realização da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTQIA+; logo depois, em 2014, foi criado o Centro Estadual de Combate à Homofobia, bem como o Centro de Referência Municipal em Cidadania, ambos do mesmo segmento LGBTQIA+, na cidade do Recife.

No âmbito educacional, houve a promulgação da LDBEN 9394/1996 e a produção da versão preliminar dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que, além de ratificar os princípios de inclusão e participação social e do resgate da relevância e dos significados sociais dos conteúdos veiculados na escola, incluiu em seu formato curricular os chamados temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo.

Em especial, O tema transversal “Orientação Sexual”, definido nos Parâmetros Curriculares Nacionais, “objetiva promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no trato de questões da sexualidade” (Brasil, 1997, p. 287).

A educação sexual, proposta nos Parâmetros, com base nos pressupostos da Cidadania, da Ética e dos Direitos Humanos, revela um respeito à expressão individual, coletiva e sociocultural da sexualidade, assim como apresenta também uma conotação dirigida para a “educação da saúde”, principalmente em decorrência do aumento dos casos de aids no país (Brasil, 1997, p. 287). Vale enfatizar que essa inclusão do tema transversal “Orientação Sexual” permitiu romper com a política do silêncio, mantida até a década de 70 e início da de 80, principalmente por parte dos poderes instituídos, em relação à implantação da educação sexual na escola. Esse importante marco histórico, contraditoriamente é muitas vezes ofuscado pelos próprios intelectuais da sexualidade humana e profissionais da área de educação, a partir de críticas e insatisfações, vindas de um comportamento muitas vezes

padronizado, por seguir regra social e até mesmo por ordem religiosa. Porém, mesmo que essa proposta de educação sexual tenha sido questionada por alguns educadores, tendo como razões uma normatização do espaço escolar como forma de controle e cumprimento dos conteúdos e atividades a serem concretizados na grade curricular de ensino, fato é que temáticas ligadas à diversidade sexual causam uma enorme divergência de opiniões e comportamentos que não devem adentrar nem ser visíveis ao espaço escolar. Dessa forma, é preciso sublinhar que é inerente a todo e qualquer processo de construção curricular a garantia mínima da coadunação dos componentes curriculares, entrelaçando-se numa proposta de ensino que traduza inclusão. Com isso, essa construção curricular representou um primeiro passo institucional na direção de uma vontade política de destacar e dar visibilidade à educação sexual. A sua estrutura (conteúdo e metodologia), ressaltou-se, foi também inovadora, pois considerou a pluralidade de expressões da sexualidade e com isso as diferentes possibilidades de produção de subjetividades.

Contudo, faz-necessário sublinhar também aqui a pouca relevância da temática da diversidade sexual no contexto de elaboração dos PCNs, posto que o assunto aparece apenas na introdução ao documento e aos temas transversais, sendo citado somente uma vez no volume de Orientação Sexual dos PCNs do primeiro ciclo, com o intuito de enfatizar que esse tema deverá ser tratado a partir da 5ª série em diante (Daniliauskas, 2011, p. 75). Já nos PCNs dedicados ao segundo ciclo, sua menção se dá em um contexto que chama a atenção para as dificuldades de se tratar de tema tão complexo e controverso.

Assim, é possível afirmar, até este momento, o poder na redução da sexualidade à heterossexualidade e destacar a restrita menção da homossexualidade nos PCNs, bem como também o silenciamento da discriminação sofrida pela população LGBTQIA+ nos espaços escolares. Nesse aspecto, o que tem prevalecido é a reiteração compulsória da heterossexualidade, mas, por outro lado, como destaca Louro (2009), vale destacar os esforços de pesquisadores(as) na área com trabalhos recentes que problematizam essa questão, com destaque para a crítica ao processo de invisibilidade da população LGBTQIA+ no cotidiano escolar.

Desse modo, com o passar dos anos, no início do século XXI, ocorreram mudanças significativas no panorama dos temas ligados à homossexualidade, ocasionando transformações no quadro de visibilidade da temática com a multiplicação de iniciativas no campo legislativo, da justiça e da extensão de direitos (Silva, 2010). Todavia, sobretudo a partir do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2015, alguns

movimentos caminharam numa direção contrária, obtendo êxito por meio, por exemplo, do cancelamento da página do governo federal sobre a temática e o fechamento da Secadi.

Assim, diante da situação política que enfrentamos, quando vemos ameaçados valores e direitos humanos inegociáveis, bem como a própria democracia, entendemos que os espaços públicos como a escola passam a ser fortemente atacados não só enquanto instituição, mas também enquanto espaço de produção de atores sociais. Por conta disso, nesse primeiro momento, justificamos este estudo por seu aspecto relacionado às subjetividades e à diversidade sexual nos espaços escolares. Adicionado a isso, a questão/problema de pesquisa em foco envolveu a seguinte pergunta: como docentes lidam com estudantes que representam/expressam a diversidade sexual nesses espaços, levando em consideração, nesse processo, a formação e as construções de suas subjetividades no campo da homossexualidade? Por subjetividade, entendemos algo que varia de acordo com o julgamento de cada pessoa e que, no contexto do espaço escolar, faz-se presente por meio de sentimentos como o medo e a insegurança, ocasionando, assim, um alerta de evasão escolar a partir desses aspectos atuantes no cotidiano.

De acordo com Ciliato e Sartori (2015), situar-se sobre os aspectos que originam o processo de abandono escolar exige por parte do corpo docente e equipe técnico-administrativa a compreensão e as razões pelas quais esse ou essa estudante deixa a escola em seu percurso de formação. Fatores como *bullying* e preconceito, sabemos, podem influenciar essa falta de perspectiva do/a estudante de estar em sala de aula. Assim, ao procurar entender as razões que levam o/a discente ao abandono escolar, deve-se compreender que é papel fundamental da escola e do professor impedir tal evasão.

Conforme ressalta Gonçalves (2017), a figura docente deve ser propulsora no que se refere à inclusão da diversidade dos estudantes. Como foco, destacamos a inclusão dos estudantes LGBTQIA+. No atual cenário brasileiro, pensar a educação como uma corrente reprodutora de normas e comportamentos dentro de uma esfera homogênea é ocultar as muitas identidades que compõem o espaço escolar, não compreendendo que dentro da escola há uma diversidade de ideias e pensamentos.

Cabe aqui citar Ciliato e Sartori (2015) novamente, quando colocam que cabe às escolas o importante papel de trabalhar temáticas ligadas ao contexto sociocultural dos estudantes, passando pelas temáticas transversais como pluralidade cultural e diversidade sexual. Dessa forma, no processo de escrita desta dissertação, é válido dizer que as tentativas de combate à evasão escolar se dão de forma frequente e cotidiana, sendo comum a todos os alunos, porém nos chama a atenção que, nesse contexto, os alunos LGBTQIA+ são sujeitos

recorrentes. A evasão escolar é fator comum nas escolas da cidade do Recife, chamando a atenção devida, seja pelo contexto sociocultural dos alunos, seja pelas muitas facetas da repressão à homossexualidade, entre outros fatores.

Assim, as muitas formas de expressão da identidade sexual do estudante LGBTQIA+ se fazem presentes no âmbito escolar, e nesse percurso podemos ter o julgamento docente permeado por segregações e exclusões, produzindo e reproduzindo comportamentos e falas excludentes, dentro de uma unidade escolar. E isso ocorre desde os conselhos pedagógicos até os muitos momentos de regência em classes, através de ações disfarçadas como brincadeiras e sorrisos que expressam olhares de negação a estudantes homossexuais, o que evidencia um comportamento “homonormatizador”, que reflete a normalização e normatização de um modo *gay* de ser, de uma cultura *gay*, porém construída/reconstruída a partir das referências da heteronormatividade (Novena, 2013).

No entanto, enquanto estudante do Curso de Mestrado Profissional em Educação Básica, pude constatar que as disciplinas propostas pelo programa estimularam a promoção de várias reflexões relacionadas ao silenciamento escolar e à negação de direitos a diversos estudantes homossexuais da rede municipal de ensino, na modalidade anos finais do Ensino Fundamental, o que contrasta com o fato de que muitas escolas na cidade do Recife são espaços normatizadores do sujeito homossexual – e isso ocorre desde o porteiro até funcionários outros, por meio de falas que diminuem a autoestima do/da estudante homossexual, falas que incluem tanto aspectos familiares quanto os de cunho religioso.

Vale lembrar que todo esse comportamento regulatório da identidade homossexual costuma ter a anuência do corpo gestor das unidades de ensino, nas pessoas de coordenadores pedagógicos, docentes e até mesmo técnicos da Secretaria de Educação da cidade do Recife e suas regionais de ensino (mais adiante, exponho narrativas que exemplificam isso). Ao citar aqui um chamado “comportamento regulatório”, concordamos com Almeida (2010), quando menciona o conceito de regulação no contexto educacional como um conjunto de normas que se manifestam por meio de um estado regulador, frente aos currículos, formas de avaliação e até mesmo dos modelos de gestão nas unidades escolares da cidade.

Sobre isso, o que tem aparecido e emergido nos corredores dessas escolas é que tais unidades de ensino necessitam de uma ação continuada com mais aprofundamento teórico frente às múltiplas identidades que permeiam a diversidade sexual e, conseqüentemente, os espaços escolares. Diante desse cenário, de acordo com Bortolini (2008, p. 12), interações negativas com docentes, as dificuldades de aprendizado, as repetências, os preconceitos e as questões emocionais presentes na adolescência podem ser as causas do abandono escolar com

ausências das aulas decorridas, entre outros fatores, devido aos anseios frente à diversidade sexual, no sentido de sua não aceitação escolar. Dessa forma, tornar a escola mais interessante e atrativa aos/às estudantes é um passo fundamental para que eles/elas se mantenham no ambiente escolar. E essa é uma tarefa constante de uma gestão que luta por igualdade e respeito às diferenças, objetivando condições de acesso e permanência.

Com a crescente prática da negação das identidades homossexuais no espaço escolar e o discurso de não saber lidar com tais sujeitos, muitos gestores, coordenadores, professores e outros membros da equipe técnica tendem a não dar voz a esses estudantes, silenciando-os e enxergando-os como alunos-problema. Assim, essa ordem preconceituosa e excludente traz consigo o sentimento de desigualdade, indiferença e de estar fora da norma e do padrão para aqueles que não se enquadram dentro do perfil heterossexual hegemônico. É nesse momento que projetos, planos de aula e outras ferramentas devem emergir no sentido de combate a essa indiferença e invisibilidade escolar.

Assim, outras perspectivas de avaliação que possam enxergar e validar a subjetividade desses estudantes, considerando suas especificidades de modo plural e multicultural, devem ser destacadas (Arroyo, 2012, p. 32). Nesse aspecto, o desafio para a construção de uma gestão democrática escolar, junto à diversidade sexual e comprometida com uma educação de qualidade que visa enxergar as inúmeras identidades, coloca-se no eixo de compreensão da “diversidade, entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças e que realiza-se em meio às relações de poder” (Gomes, 2012, p. 47). A partir disso, destacamos o contexto atual e algumas questões que nos parecem fundamentais nele, como a tendência ao estímulo a discursos de violência, ódio e intolerância às diferenças, especificamente relacionadas à diversidade sexual.

Assim, perguntamos: como é possível efetivar uma pedagogia da diferença? Sob a luz dos estudos de Perrenoud (1997), que exprimem o conceito de pedagogias diferenciadas num contexto onde se garanta uma educação de qualidade, acesso e permanência aos bens comuns, a escola é um caminho necessário à formação humana do sujeito na construção de suas subjetividades/identidades (Hall, 2007). Desse modo, a presença dessas pedagogias diferenciadas é fator relevante dentro do espaço escolar mediante a realidade da comunidade na qual a escola campo está inserida. Nesse cenário, surge a inquietação: como a Escola Municipal João XXIII se relaciona com a diversidade sexual? E quais os encaminhamentos para lidar com registros de evasão escolar por parte de estudantes LGBTQIA+?

Nesse aspecto, esta pesquisa visou contribuir com a produção de subjetividades dentro de uma perspectiva pautada numa política de ensino e de formação plural e multicultural, ou

seja, de respeito às diferenças, sobretudo sexuais. É válido salientar que o trato da diversidade sexual urge dentro dos diversos espaços da unidade escolar citada, como um instrumento propulsor que requer ações pedagógicas planejadas pelo trio gestor coordenação pedagógica, vice-gestor e gestor, juntamente com a equipe de professores. Tais ações devem estar embasadas em intervenções que visem à consolidação de identidades permeadas por um sentimento de igualdade, justiça e respeito às diferenças.

É notório informar que documentos oficiais da unidade escolar, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o plano de ação pedagógica, trazem o planejamento de ações norteadoras que foram pensadas de forma conjunta e democrática com os representantes de cada segmento do espaço em tela, visando alinhar suas intervenções de acordo com a comunidade na qual está localizada a escola. Atualmente, fazendo parte do corpo gestor dessa unidade de ensino, como vice-gestor escolar, trago inquietações que são comuns no momento de observação, enquanto pesquisador, questões que vão desde a segregação e a exclusão até as muitas formas de enfrentamento ao preconceito referentes à diversidade sexual.

Assim, durante este processo de escrita da dissertação, pude vivenciar momentos de reflexão sobre a evasão de estudantes LGBTQIA+ no espaço escolar João XXIII, que é o nosso campo de estudo. Tentamos atuar contra essa evasão específica, junto a professores e demais integrantes da equipe pedagógica, por meio de oficinas, rodas de diálogo e conversas com familiares dos estudantes. Isso feito a partir de parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) como a Gestos – que atua aqui na cidade do Recife – e com órgãos institucionalizados, pertencentes ao poder municipal, tais como o Grupo de Trabalho em Orientação Sexual (GTOS)<sup>1</sup> e a Gerência de Livre Orientação Sexual (GLOS), que trazem consigo uma história de luta e resistência frente à exclusão, segregação, intolerância e outros temas ligados à sexualidade humana e à diversidade sexual.

Dessa forma, é preciso que a escola esteja pedagogicamente preparada para o debate, no sentido de contribuir com o avanço da sociedade e com a integração entre culturas (Gerência de Livre Orientação Sexual, 2016, p. 12), posicionando-se no sentido de promover o equilíbrio entre os diferentes. Para a construção de um ambiente escolar saudável e desejável, são essenciais os processos de formação da comunidade escolar acerca do sujeito LGBTQIA+ (Gerência de Livre Orientação Sexual, 2016, p. 15).

---

<sup>1</sup> Com o passar dos anos e os acontecimentos referentes aos estudos sobre gênero, sexualidade e educação, além das mudanças das siglas que se dirigem ao público homossexual, o referido coletivo se denomina hoje Grupo de Trabalho Educação em Sexualidade (GTES). Atualmente ele é formado por cerca de quatro servidores que trabalham as temáticas ligadas a gênero, sexualidade e educação, tendo sido institucionalizado Pela Portaria Municipal Nº 30, de 29 de janeiro de 2016. Suas ações são planejadas, tendo como lócus de formação e funcionamento a Escola de Formação de Educadores Professor Paulo Freire.

Desse modo, diante do exposto acima, destacamos que esta dissertação foi dividida em mais sete seções, além desta Introdução. Na próxima, expomos o tema e a pesquisa, destacando os impactos que a evasão escolar causa no processo de ensino-aprendizagem de jovens adolescentes LGBTQIA+ dos anos finais da escola pública da cidade do Recife João XXIII. Na terceira seção, abordamos os aportes teóricos fundamentados por autores que validam nossas discussões, enquanto ambiente escolar no que tange nossa pesquisa realizada nos anos finais do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, alicerçando nossos discursos que emergem de nossa comunidade escolar, quanto aos aspectos de suas identidades e diversidades, bem como seu trato pedagógico frente a esses temas ligadas a um contexto social que é o do direito à educação sem discriminação das diversas identidades que adentram ao universo escolar.

Na quarta seção, discorremos sobre os procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa e de análise documental, esta última feita por meio de normativas, decretos e publicações em Diário Oficial do município e registros de diário de campo. Por meio dessa documentação, buscamos aproximarmo-nos da realidade escolar, fazendo uso da análise do discurso para identificar ações excludentes e inclusivas aos estudantes LGBTQIA+, por parte dos docentes e da gestão escolar.

Na quinta seção, trazemos um detalhamento dos registros do diário de campo desta pesquisa sobre as atas de conselho escolar, registros de acompanhamento de aprendizagem nos plantões pedagógicos e participação em projetos didáticos, institucionalizados (enquanto rede municipal de ensino) e interdisciplinares realizados na própria escola campo de pesquisa, referentes aos anos finais do Ensino Fundamental, como ação estratégica para combater a evasão escolar sofrida por estudantes homoafetivos.

Na sexta seção, apresentamos nossas considerações finais a respeito da temática e da pesquisa. A seguir, registramos as fontes que embasaram nosso estudo na seção de Referências. Encerramos esta dissertação com o Apêndice A, onde reproduzimos o produto educacional: *Guia didático de enfrentamento da evasão e homofobia no espaço da Escola João XXIII, da cidade do Recife-PE.*

## **2 DIALOGANDO SOBRE O TEMA E A PESQUISA A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS OCORRIDAS EM RECIFE**

### **2.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Ao iniciar a produção deste texto, é preciso citar o histórico de lutas das camadas populares do Brasil, lutando por educação de qualidade, saúde, moradia e tantos outros fatores sociais marcados por muitos embates, debates e movimentos de resistência para que pudessem ser enxergados como cidadãos. No entanto, esta pesquisa trouxe como fim compreender os impactos causados no processo de ensino-aprendizagem de alunos homossexuais, que representam a diversidade sexual, a partir do trato pedagógico de seus professores, na modalidade de anos finais (6º ao 9º) do Ensino Fundamental, no que concerne especificamente a processos de evasão escolar.

Nesse contexto, foram analisadas as formações docentes inicial e continuada com temas ligados às expressões da diversidade sexual, a partir da política de ensino e de formação da rede municipal do Recife, bem como as ações e contribuições da gestão escolar frente à temática em foco, na realização de projetos e estratégias metodológicas que objetivassem acesso e permanência desses estudantes no espaço escolar, a partir dos referenciais do direito à diferença, diversidade sexual na escola, identidades e combate à evasão escolar, envolvendo questões de sexualidade e gênero.

Como já colocamos na introdução, apesar das resistências, a diversidade sexual tem sido alvo crescente de discussões, debates e fortalecimento das identidades homoafetivas em muitos momentos de formação, dias de planejamento escolar e cotidianamente, no enfrentamento de brincadeiras com teor pejorativo, desigual e excludente. A motivação pelo tema emerge de estudos enquanto pesquisador e profissional da educação desde o início de minha formação inicial no curso de magistério até os dias atuais, que consolidam o fortalecimento da pesquisa de temas anteriores como ligados à diversidade sexual, como sexualidades, educação em direitos humanos, identidades e direito à diferença.

A minha busca pelo conhecimento vem sendo realizada desde meu percurso de formações inicial e continuada, enquanto estudante do curso de Pedagogia e logo após a continuidade, com uma pós-graduação em Educação Especial que me possibilitou a abertura

para enxergar as múltiplas facetas da homofobia, com o grupo LGBT surdos<sup>2</sup> de Pernambuco, como o audismo<sup>3</sup>, e com a chegada de estudantes surdos homossexuais nas escolas municipais da rede, com histórias de múltiplos preconceitos, discriminações e segregações, pela deficiência auditiva, sexualidades, desigualdades sociais e até mesmo pela questão racial.

Dessa forma, ao presenciar os muitos discursos, falas e comportamentos de ordem segregadora direcionados aos estudantes homossexuais, enquanto docente da rede pública de ensino do Recife, e, entre eles, os contrários a pessoas com surdez, identifiquei a presença do audismo por parte de professores, gestores e técnicos pedagógicos, embasados numa formação continuada, onde apenas era tratada a deficiência, seus limites e possibilidades do sujeito surdo, sem alusão às questões sexuais. No entanto, quero chamar a atenção especificamente para esses comportamentos dentro do campo educacional da rede municipal de ensino do Recife, onde teremos como referência a Escola Municipal João XXIII, localizada na mesma cidade, tendo como nossas categorias teóricas os estudos referentes às identidades, evasão escolar e diversidade sexual no campo da educação.

O direito à educação, como bem prevê a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 e outros documentos oficiais que regulam e direcionam o acesso ao ensino como bem público e subjetivo, é reafirmado nos planos municipais de educação de diversos lugares do Brasil. Quero aqui evidenciar o artigo que menciona o direito à educação como garantia de uma educação de qualidade:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (Brasil, 1996).

---

<sup>2</sup> LGBT: lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros. A referida pesquisa se deu em meados dos anos de 2011 e 2012, focando os aspectos da educação formal, não formal e informal e a necessidade de organização enquanto movimento social.

<sup>3</sup> O termo audismo foi usado pela primeira vez pelo surdo Tom Humphries, para significar os esforços de sujeitos ou da comunidade ouvinte para dominar surdos/as, numa relação de opressão linguística e cultural (Hora, 2020, p. 52).

De acordo com esse trecho da LDB de 1996, ligando-o aos dias atuais, em específico ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), podemos presenciar e sentir os muitos retrocessos ocorridos no que se refere às questões ligadas à diversidade, neste caso em especial à diversidade sexual, como, por exemplo, a extinção da Secretaria de Alfabetização e Diversidade (Secadi) em 2019, que provocou enxugamento das verbas destinadas a diversos núcleos e grupos populares como organizações não governamentais, coletivos civis e outras forma de expressão coletiva desses sujeitos, atingindo, notadamente, instituições de defesa da pauta homoafetiva. Em nível estadual, em Pernambuco, esse contexto de cortes orçamentários fez com que uma assessoria fosse reduzida a uma sala de coordenadoria, com pessoal mínimo dedicado a políticas de inclusão voltadas a esse público, dificultando o alcance de pessoas homossexuais por meio de políticas públicas sociais.

Falar sobre a diversidade sexual, as sexualidades e suas manifestações na escola comumente é um entrave para gestores e professores devido a uma cultura dominante que nos dias atuais vem provocando negação, regulação e silenciamento dessas identidades no âmbito escolar (Louro, 2007a; 2007b). Infelizmente, acerca disso, muitos governos municipais no estado de Pernambuco, na Região Metropolitana do Recife em especial, colaboram com essa lógica por meio de coordenadorias estabelecidas de modo aligeirado, ou seja, sem formação e sensibilidade dos representantes quanto ao acolhimento dessa minoria discriminada por sua identidade sexual.

Sobre isso, os vários Grupos de Trabalho (GT) criados com temáticas transversais para dialogarem sobre direitos LGBTQIA+ e questões de raça e gênero no espaço escolar narram as muitas dificuldades em trabalhar essas temáticas durante a vigência do governo de Bolsonaro, que tentou erradicar essas diferenças, não dando voz a elas. Mas é preciso reiterar a resistência e, neste caso, vale a pena mencionar que, na década de 90, um pequeno grupo de professores da rede do Recife se mostrou interessado pelo tema da sexualidade e da diversidade sexual na escola, que então já começava a aparecer através do público à época denominado de GLS (*gays*, *lésbicas* e *simpatizantes*).

Assim, esse grupo buscou promover a formação de docentes nos campos de gêneros, sexualidades e diversidade sexual, fazendo nascer o Grupo de Trabalho em Orientação Sexual (GTOS). Devido ao contexto nacional, em que se criavam as políticas públicas e ações afirmativas, em 1994 a Secretaria de Educação do Recife abriu o processo para compor a equipe que iria trabalhar com esses temas, ligados aos temas transversais, com foco em gêneros, sexualidades e diversidade sexual nas escolas. Com o decorrer dos anos, a despeito

das muitas mudanças de governo, a equipe se manteve firme, sendo institucionalizada mediante portaria publicada no Diário Oficial do município, em 29 de janeiro de 2016.

Oficialmente o Grupo de Trabalho em Educação em Sexualidade (GTES), no formato em que se desenvolve hoje e com essa nomenclatura, foi instituído pela Portaria Nº 30, de 29 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial do Município do Recife.

Dessa forma, salientamos aqui os objetivos do GTES que estão definidos no artigo 2º da Portaria Nº 30, de 29 de janeiro de 2016, que assim dispõe:

Art. 2º - O Grupo de Trabalho em Educação em Sexualidade - GTES tem como objetivo promover a formação de profissionais da educação através da socialização de conhecimentos e informações acerca da sexualidade. Parágrafo único - A formação a que se refere o *caput* deste artigo tem a proposta da revisão de preconceitos, mitos, tabus e interditos que permeiam a temática da sexualidade, através da formação dos(as) profissionais da educação e da ampliação dos currículos escolares na perspectiva de corroborar para a construção de uma sexualidade mais saudável, responsável, com mais equidade de gênero e que contemple o respeito às diversidades.

Contudo, devido à falta de incentivo à pesquisa e investimento em programas de formação de professores, referentes às temáticas que perpassavam o currículo transversal, *a posteriori*, esse grupo teve seus registros silenciados, fruto, entre outras causas, da grande difusão da famosa “ideologia de gênero”, que espalhava conceitos equivocados sobre as pedagogias da sexualidade (Louro, 2007a; 2007b). Ainda sobre os GTs, é preciso falar das impossibilidades e dos limites institucionalizados estabelecidos contra eles, como o feito pela Gerência de Livre Orientação Sexual (GLOS), que trabalha apenas com estudantes do 9º ano, de turmas de correção de fluxo dos anos finais e da Educação de Jovens Adultos e Idosos (EJAI), por haver uma idade mínima de 15 anos para, assim, estar nesses programas.

Dessa forma, só se pode discutir temas referentes às sexualidades e diversidade sexual na escola, para que assim não haja problemas entre escola e comunidade, a partir dessa faixa etária. Esse mal-estar fora causado, entre outros motivos, pela chegada do livro de leitura paradidático *Mamãe, como eu nasci?*, de autoria de Marcos Ribeiro (1990). Tal obra narra como acontece o ato sexual entre um homem e uma mulher, numa linguagem lúdica e de fácil entendimento para as crianças em faixa etária de 6 aos 12 anos, como também auxilia a perceber as primeiras manifestações do corpo, frente à sexualidade em processo de construção.

O livro didático "Mamãe como eu nasci?" ainda estava sendo distribuído entre alunos do terceiro ano do ensino fundamental da rede pública do Recife e já começou a ser recolhido, nesta semana, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, diante da polêmica que provocou. De

autoria de Marcos Ribeiro, premiado pela Academia Brasileira de Letras e referência nacional em educação sexual, o livro chegou a ser considerado "pornográfico" pelo vereador André Ferreira (PMDB), representante da bancada evangélica na Câmara (Pernambuco é [...], 2010, p. 6).

Assim, forças políticas advindas sobretudo da bancada evangélica da Assembleia Legislativa de Pernambuco, munidos do discurso de acusação de uma doutrinação sexual orquestrada pelos movimentos sociais e por educadores de esquerda, conseguiram que ocorressem audiências públicas, contando com a participação de educadores, estudantes, pesquisadores e coletivos sociais, o que acabou com a decisão de retirada de todos os livros de Ribeiro e devolução dos exemplares que já estavam em poder das famílias.

Pais de alunos se mostraram revoltados com a publicação, que fala de forma clara sobre sexo e traz, entre as ilustrações, um menino e uma menina se masturbando – ele em uma banheira e ela defronte da televisão. Com o apoio de vereadores de vários partidos, a Câmara de Vereadores realiza uma audiência pública no dia 12 para debater o assunto. “O livro usa cenas e palavras pesadas, chega a ser constrangedor ler o que está lá”, afirmou Ferreira, que o considera inadequado para crianças. Para ele, cabe aos pais a educação sexual dos filhos. “Quem é a escola para escolher o tempo certo para abordar o assunto?” (Homofobia [...], 2010, p. 4).

Dessa maneira, as escolas foram obrigadas a emitir avisos, solicitando a devolução dos livros, com a justificativa de que fora um engano o recebimento desse material e que conversas de foro íntimo como o tema da sexualidade são de responsabilidade apenas da família, cabendo à escola ministrar os conteúdos referentes ao estudo de ciências fixados em sua grade curricular. Contudo, o GTOS, grupo já citado aqui, formado por quatro profissionais da educação e professoras da rede de ensino municipal e do ensino superior, associado a grupos de pesquisa em diversas universidades ligadas à pesquisa, não se rendeu a essas narrativas de negação.

Vale destacar que, na política de ensino do ano de 2014, fruto da luta e dos estudos do grupo citado acima, o caderno de fundamentos teórico-metodológicos traz questões ligadas à diversidade que contemplam aspectos referentes às sexualidades, raças e gêneros que estão na segunda parte do livro, intitulada “Eixos e princípios da política de ensino: escola democrática, diversidade, meio ambiente e tecnologia”, sob orientação de diversos professores de universidades públicas e privadas e com a participação de um número mínimo de docentes da rede municipal.

Porém, tal caderno não chegou a ter nenhum impacto no ambiente escolar, prevalecendo, assim, um clima de invisibilidade diante das muitas situações cotidianas no

espaço escolar ligadas às sexualidades e diversidade sexual. Esse silenciamento se dava devido à falta de formação docente de modo mais frequente, juntamente com medos e incertezas em um contexto religioso, ou por serem temas que não poderiam ser discutidos no espaço da sala de aula e que seriam de responsabilidade da família, supostamente única detentora da prerrogativa de realizar conversas referentes às diversas formas de manifestação da sexualidade. No entanto, o que prevalecia sempre era um contexto padronizador, focando apenas em conteúdos, preenchimentos de formulários de diários de classe, direcionados apenas ao domínio de conteúdos para cumprimento do currículo.

Logo após, no ano seguinte, uma nova política de ensino fora produzida, dessa vez com maior empenho e participação de gestores, coordenadores pedagógicos, técnicos, representantes de universidades e professores, buscando orientação para as áreas em estudo e visando evidenciar as discussões sobre a temática das sexualidades nas escolas, esta pensada como uma educação em direitos humanos para toda rede de ensino. Assim, surge o item educação em sexualidade, dividido por eixos como “Corpo, justiça social e diversidade sexual” com objetivos e estratégias didáticas de aprendizagem, objetivando a permanência de estudantes homossexuais na escola, devido ao alto índice de evasão deles, sobretudo nos anos finais da rede municipal.

Com o passar dos anos e com a produção de documentos advindos do Ministério da Educação (MEC), parcerias de fundações privadas, institutos de pesquisa e com a filosofia do melhoramento da qualidade da educação municipal, o citado caderno da política de ensino foi atualizado e revisado no ano de 2021, mediante os parâmetros da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), homologados em dezembro de 2017. Nesse novo caderno, entretanto, não existe registro referente à educação em sexualidades ou temas transversais, o que anteriormente dava aos docentes um referencial de visibilidade e aporte teórico-metodológico para que se pudesse criar estratégias de enfrentamento às desigualdades e por conseguinte, formas de se trabalhar a diversidade sexual em sala de aula e nos diversos momentos de atividades culturais, rodas de diálogos, projetos e programas.

Igualmente, outras ações didáticas dentro da escola e fora dela, como atividades externas com os alunos, foram suprimidas pelas narrativas do silêncio, dando apenas lugar aos conteúdos curriculares. Sobre esse aspecto, como bem pontua Novena (2004), sai a pedagogia das sexualidades para dar lugar a uma pedagogia da negação, da inexistência e da não valorização da diversidade, nem dos diferentes.

É interessante ressaltar que, embora não houvesse propriamente uma lei proibindo a implantação da educação sexual nas escolas, também, por outro lado, não havia a sua permissão legal. O que se produziu foi um “silêncio ameaçador”... que provocou certa paralisação nos administradores escolares, esvaziando qualquer possibilidade de implantação de algum programa de educação sexual (Novena, 2004, p. 57).

Diante do exposto, sinalizam-se como justificativa desta pesquisa algumas inquietações que emergiram desde meu ingresso na rede municipal, enquanto profissional da Educação Básica, em 2013, momento no qual, por diversas vezes, a homofobia velada dentro da escola se apresentou – e ainda hoje se apresenta – nos muitos olhares e preconceitos de gênero que se fazem atuantes sobre mim por ser um homem *gay*. Também vejo essa homofobia junto aos diversos alunos LGBTQIA+ que são silenciados e rotulados por seus comportamentos, tanto por um gestor quanto por demais funcionários de uma escola, como já se colocou, devido a questões religiosas, biológicas e normatizadoras, entre outras.

Assim, as minúcias da negação se dão em discursos frequentes vindos de um contexto que possui como referência o padrão dominante de sujeito, com exemplos de famílias nucleares adjetivadas de “perfeitas”. Nesse processo de escrita e de coleta de dados, foi necessário pensar na possibilidade do não reconhecimento do diferente nas escolas e sobre a falta de formação de docentes e de técnicos da rede municipal de ensino acerca disso e como essa ausência de formação contribui para o silenciamento dessas identidades homoafetivas. Por fim, pensou-se em como garantir acesso e permanência escolar ao público LGBTQIA+ na escola em tela, diante dessas adversidades provenientes de posicionamentos negacionistas de gestores, docentes e técnicos.

Objetivando responder a essas indagações, utilizamos como referencial metodológico (sobre o qual discutiremos com melhor propriedade mais adiante) os estudos de Orlandi (2009), quando cita a análise do discurso e os aspectos entre o dito e não dito e seu lugar de interpretação como dispositivo de análise, para fortalecer nossos registros de observação que constroem nosso diário etnográfico, mediado pelas observações nos espaços da escola campo de estudo e alinhados com a produção das autoras como André (2011) e Gatti e André (2011). Nesse processo, também fizemos uso da análise documental, sob a luz dos estudos de Ludke (1986) e André (1986), examinando o plano de formação docente da rede municipal de ensino do Recife, os cadernos de registro de ocorrências, as atas dos conselhos pedagógicos, as leis municipais que se dirigem aos aspectos da diversidade sexual no espaço escolar pesquisado e os registros de planos de ação pedagógica com fins a compreender as ações estratégicas e de

enfrentamento à evasão escolar e outras formas de exclusão sofrida por parte de alunos LGBTQIA+.

Dando continuidade, é bom lembrar que a escola traz consigo uma gama de histórias de vida dos sujeitos que dela fazem parte. A escola onde se realizou esta pesquisa, a João XXIII, parte de uma gestão que se coaduna com filosofias de enfrentamento a toda e qualquer desigualdade, discriminação e negligência familiar, compreendendo que as identidades estão em constante movimento e que a diversidade chegada das comunidades do entorno, onde estamos localizados, faz-nos compreender que as mudanças são constantes e as muitas formas de ensinar e aprender também, forçando-nos a reinventarmos-nos e a acompanhar esse movimento, na busca por garantir o acesso e a permanência dos estudantes, através dos diversos programas e projetos de combate à evasão escolar e de práticas pedagógicas inclusivas e transdisciplinares.

Quanto a esse aspecto, ao entrar na graduação, já me interessava por esse debate. Logo depois, esse interesse pessoal se intensificou mediante a participação em rodas de diálogo, oficinas, grupos de pesquisa, congressos e outros eventos ligados à educação, com enfoque na diversidade sexual.

A incessante pesquisa e o desejo de visibilizar as demandas dos estudantes que estão nas diversas escolas de anos finais sendo normatizados por discursos excludentes e subalternizantes me impulsionaram a realizar a seleção ao Mestrado Profissional em Educação Básica (MPEB) conduzido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR).

Desse modo, através desse mestrado, busquei consolidar, aprimorar e contribuir com essa discussão referente à diversidade sexual e às práticas pedagógicas dos docentes, para que, assim, possamos combater discursos que subalternizem a homossexualidade de estudantes da rede municipal, dentro de uma proposta de formação docente relativa à atuação com alunos do 6º ao 9º ano. Sobre isso, ressalto que me alinho à ementa da linha de pesquisa à qual submeti minha pesquisa – Diversidade, Inclusão e Educação –, no que se refere à discussão sobre as desigualdades no campo educacional, diante das diversas expressões focadas em ações como gênero e sexualidades.

Nesse caminho, sublinho o quão precioso foi refletir em sala de aula sobre essas exclusões, elucidadas pelas falas de diversos colegas de turma, professores e autores em estudo, promovendo uma transdisciplinaridade no currículo do programa do curso de mestrado, que visou compreender as demandas da Educação Básica em seu interior, munindo docentes da rede básica de ensino com um aporte de conhecimento e uma troca de

experiências muito ricos, frente aos novos tempos em que vivemos. Todo esse conhecimento se mostra em processo de construção contínua e funciona como um mecanismo sinalizador para dar visibilidade a esses estudantes, que por vezes anulam-se para adentrar o espaço escolar, fugindo de “chacotas” e olhares repressores por parte de colegas, professores e outros que compõem o espaço educacional.

## 2.2 OBJETIVOS

### a) Geral:

- Avaliar o trato da temática *diversidade sexual* na Escola João XXIII, da Prefeitura do Recife, com fins de combate à evasão escolar, em se tratando de efetivação, na prática pedagógica do corpo docente e na sua formação continuada, de ações em favor de estudantes LGBTQIA+ dos anos finais do Ensino Fundamental, a partir das metas e ações prescritas no Projeto Político-Pedagógico (PPP), no plano de ação e nos cadernos da política de ensino e de formação da rede municipal do Recife.

### b) Específicos:

- Descrever ações e propostas mediadas e realizadas pela equipe de professores e gestores da unidade escolar da João XXIII, nos anos finais do Ensino Fundamental, quanto ao combate da evasão escolar ocasionada pela homofobia e transfobia;
- Elaborar sugestões, por meio de uma cartilha, que possam auxiliar na criação de um programa de formação continuada em diversidade sexual, gênero e sexualidade, em parceria com o GTES e a GLOS.

## 2.3 BREVE RELATO DA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

Nosso início terá um breve relato sobre a importância dos cadernos da política de ensino e da política de formação continuada dos professores da Rede Municipal do Recife e a respeito de como esses documentos nos deram suporte para falarmos em diversidade sexual na escola e na formação de professores. Mas aqui quero também destacar o perfil do professor

traçado nessa política de ensino: dele é pedido o compromisso com uma educação cidadã, no sentido do fazer pedagógico contribuir para a valorização da diversidade e das diferenças.

O processo referente à construção da política de formação continuada surge em 2019, mediado por um diálogo entre os profissionais que atuam na Rede Municipal. O encontro se deu na Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire (Efer), que teve sua abertura em 1º de julho de 2010, na gestão do então prefeito João da Costa. Esse centro de formação trouxe consigo a valiosa troca de experiências e o surgimento de alianças pedagógicas entre professores, gestores, técnicos da Secretaria de Educação e coordenadores pedagógicos em muitos encontros de formação continuada e nos diversos fóruns de gestores e de coordenadores pedagógicos, oportunidades nas quais cada um trouxe, em suas falas, as realidades de suas comunidades escolares, partilhando anseios e angústias sobre diversos temas, entre eles o da diversidade sexual.

Porém, a partir de muitos momentos advindos das rodas de diálogo sobre temas como a diversidade sexual e através das demandas das escolas e dos coletivos populares, surge a 1ª Conferência da Livre Orientação Sexual do Recife, em 2007, com a missão de articular políticas e ações públicas de desconstrução de preconceitos, combate à homofobia, lesbofobia e transfobia, com promoção de respeito à diversidade oriunda de pressupostos de uma sociedade cidadã. Entre diversas resoluções, registramos a que afirma que compete à educação o trato da diversidade sexual, mencionada pela GLOS:

Promover valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Garantir o acesso à educação sem discriminação de orientação sexual e identidade de gênero. Fortalecer e ampliar nas escolas o GTOS (Grupo de Trabalho e Orientação Sexual). Propor a inclusão nos PPPs (Projeto Político Pedagógico) de capacitações sobre a temática da diversidade sexual, direcionando-as também a todas as escolas de comunidade e espaços universitários, garantindo ações voltadas para o combate à homofobia, transfobia e lesbofobia. Realizar parcerias entre a Prefeitura do Recife e os movimentos sociais visando à elaboração de projetos e pesquisas educacionais que objetivem a capacitação de professores(as) na questão LGBT e a produção de subsídios para a sua formação continuada. Criar curso de especialização gratuito para os professores(as) da rede municipal sobre “Diversidade Sexual na Educação”. Formar Rodas de Diálogos nas escolas do Município sobre Diversidade Sexual. Divulgar nas escolas e para o movimento LGBT agenda do tema Diversidade Sexual. (Recife, 2007, p. 3).

No ano de 2015, com cerca de 100 profissionais da Rede Municipal da capital pernambucana, aconteceu o Seminário Diversidade Sexual e Política de Ensino da Secretaria de Educação do Recife, realizado na Efaer, localizada no bairro da Madalena. Nesse encontro,

além de professores, coordenadores, diretores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs), também se fizeram presentes às exposições, o promotor de Justiça Maxweel Vignoli e uma representante da Associação das Mulheres Trans de Pernambuco, Vanessa Sampaio. O debate foi promovido pelo GTES, formado por professoras da Secretaria de Educação do Recife que pesquisam o tema e promovem formações relacionadas ao assunto há 18 anos.

As(Os) professoras(es) da rede vêm sinalizando a necessidade de formação continuada que aborde essa questão, como foi visto em seus depoimentos a respeito de como trabalhar com a diversidade, quando sugerem Gênero e Diversidade Sexual como temas culturais a serem incluídos na organização do currículo para a educação das(dos) estudantes em todos os ciclos de vida. (Secretaria de Educação do Recife, 2015, p. 37).

De acordo com a professora e integrante do grupo GTES, Lúcia Bahia, a formação sobre temas referentes à diversidade sexual tem sido muito importante na luta contra o preconceito sexual nas escolas municipais. Em pesquisa realizada no ano de 2015, sobre as representações sociais da diversidade sexual na Rede Municipal de Ensino, foram entrevistados cerca de 80 professores. A referida docente mencionou que existem muitas resistências e dificuldades para se trabalhar a temática em foco.

Notei que os professores que mais demonstravam aceitar e respeitar a diversidade eram os que já tinham participado de formações relacionadas ao tema. Mas, mesmo estes mais abertos às discussões, disseram que sentiam necessidade de estudar e se aprofundar mais no assunto. Para que mais educadores sejam sensibilizados, a solução é a ampliação e intensificação das formações, que é o que estamos fazendo na escolas municipais do Recife. Desmitificar tabus, mitos e preconceitos é fundamental. (Secretaria de Educação de Recife, 2015, p. 49).

Na época, a gerente-geral de Política e Formação Pedagógica da Secretaria de Educação do Recife, a professora Élia Maçaira, destacou o quanto a Rede Municipal de Ensino havia avançado nessas discussões ao tratar da diversidade sexual na política de ensino lançada com fins a promover formações continuadas sobre o tema: “Essas são demonstrações de que estamos trabalhando para que esse assunto seja tratado de forma efetiva nas nossas escolas” (Secretaria de Educação de Recife, 2015, p. 49).

Ainda em continuidade à fala da professora, pode-se afirmar que a Rede Municipal tem dado passos importantes ao olhar para a diversidade e discuti-la, ao invés de ignorá-la. As escolas não podem silenciar diante dessa temática historicamente envolvida em tabus, preconceitos e silêncios. Não é um tema fácil de lidar, porque muitos de nós não estudamos

essas questões e não fomos preparados para essas discussões. Por isso, a contribuição do GTES, na história da Rede Municipal, é muito significativa, sempre assegurando a discussão sobre essa temática.

Vale dizer que, embora com todas essas publicações dos cadernos da política de ensino, no ano de 2015, o caderno da EJAI, além de trazer em seu interior aspectos metodológicos, referentes à educação em sexualidades, traz também um recorte específico sobre a diversidade sexual, com o título em destaque, por entender que a modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos corresponde a uma faixa etária na qual se pode incluir e discutir determinados temas, o que não ocorre no caderno do Fundamental do 1º ao 9º ano, devido a fatores aqui já mencionados. Assim, no caderno do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, o item educação em sexualidades aparece dividido sob a formação de eixos temáticos. São eles:

Esse documento propõe a realização de um programa de trabalho por etapas e modalidades de ensino que busca atender o perfil dos(as) estudantes da Rede Municipal de Ensino, através de três eixos temáticos, que compreendem: a) corpo: concebido como um todo integrado que inclui a dimensão biológica com seus sistemas interligados; a dimensão psicológica com os sentimentos e sensações de prazer e desprazer; e a dimensão social com a participação dos elementos culturais e históricos na construção de sua percepção; b) relações e justiça de gênero: refere-se ao respeito às diferenças em relação aos atributos, papéis e vivências que expressam o que significa ser homem e mulher na vida social; c) diversidade sexual: refere-se às diversas possibilidades de viver a sexualidade, considerando as identidades sexuais e de gênero (Secretaria de Educação do Recife, 2015, p. 53).

Além disso, o referido documento, após elencar os eixos acima citados, traz também orientações metodológicas de como abordar o tema da educação em sexualidades, dando aportes metodológicos a docentes que até então não promoviam uma discussão frente aos temas da sexualidade e diversidade sexual por motivos de não saber trabalhar a temática, ou não ter noção de como abordá-la em sala de aula. O texto deu-lhes, assim, um rumo, uma direção na forma de alcance para chegar aos estudantes, que já se apresentam como sujeitos pertencentes à categoria da diversidade sexual na escola.

a) ampliação do tema da cidadania nas aulas: o(a) professor(a), ao trabalhar os princípios da liberdade, da solidariedade, de participação e de justiça social, estimulará a construção de um espaço fértil na sala de aula, para práticas democráticas que venham a garantir a inclusão das questões que permeiam a educação em sexualidade;

b) apresentação de bases teórico-científicas sobre o tema, adequadas a cada ciclo de ensino: o(a) professor(a), ao apresentar estudos científicos sobre o tema da sexualidade, contribuirá para a revisão dos conceitos e valores,

muitas vezes equivocados, que o(as) estudantes trazem sobre o tema, em decorrência dos conteúdos apresentados pela mídia. Esse processo contribuirá com a aprendizagem sobre o tema, possibilitando que o(a) estudante construa o seu lugar na sexualidade, distante dos preconceitos e discriminações de orientação sexual e de gênero;

c) problematização e discussão de temáticas relacionadas à sexualidade: cabe ao(a) professor(a) desenvolver processos pedagógicos que facilitem a construção de uma vivência da sexualidade de forma respeitosa e saudável, a partir de um debate franco sobre o respeito às questões relativas à diversidade sexual e relações de gênero, como os estereótipos e expectativas de gênero que limitam as escolhas de homens e mulheres, bem como promover uma reflexão sobre homossexualidade e homofobia, procurando sensibilizar acerca do respeito à diversidade sexual humana;

d) adequar as temáticas da sexualidade a cada ciclo de escolarização: a sexualidade está presente em todas as fases do desenvolvimento humano e, sendo inerente às pessoas, é impossível desvinculá-la da existência. Nesse sentido, sugere-se uma educação que respeite cada etapa desse desenvolvimento, de modo a reconhecer as características e expressões da sexualidade presentes em cada uma delas e;

e) aproximar as famílias da escola, a fim de promover a apresentação, os esclarecimentos e a discussão acerca das temáticas que compõem a educação em sexualidade, bem como sobre os processos pedagógicos que são desenvolvidos a esse respeito (Secretaria de Educação de Recife 2018, p. 55).

Nesse contexto, ao longo do processo de escolaridade, faz-se necessário o trabalho com temáticas de respeito às diferenças, à diversidade e às necessidades e curiosidades dos estudantes, considerando suas experiências como instrumento propulsor para a mediação e consolidação de novas aberturas de aprendizagem que contribuam para a formação de sua subjetividade. Dessa forma, o sujeito poderá se sentir mais seguro e autodeterminado frente às decisões e conflitos que possa vivenciar nos campos da sexualidade humana.

De acordo com o caderno da política de ensino do ano de 2021, numa edição atualizada e revisada de acordo com as orientações da BNCC, ao se tratar do currículo da política de ensino da RMER, enfoca-se a importância de a escola levar os(as) estudantes a conviverem com a diversidade, respeitando as diferenças que configuram o cenário social, contribuindo para o desenvolvimento de sua consciência crítica. Desse modo, o citado documento informa que a diversidade é mais um eixo da política que envolve as questões de gêneros e sexualidades, raças, etnias e educação especial.

No tocante aos aspectos da sexualidade, os registros que aparecem são baseados em autores que discutem a sexualidade na organização escolar, a partir das etapas de desenvolvimento do sujeito. Assim, ancorados pelos estudos de Freud (Zimmerman, 1999) sobre as fases psicosssexuais e também em pesquisas sobre o conhecimento da informação quanto ao HIV/aids e os papéis de gêneros, dá-se destaque à diversidade sexual.

Em relação à diversidade sexual, nessa fase genital, podem surgir interesses de os(as) adolescentes experimentarem as possibilidades de orientação sexual do desejo, que podem ser atração pelo mesmo sexo (homossexual), pelo sexo oposto (heterossexual) ou por ambos os sexos (bissexual). Nesse sentido, pode acontecer de eles(elas) estabelecerem relações do tipo “ficar”, com a finalidade de entrarem em contato com as diferentes formas de seu desejo heterossexual, homossexual ou bissexual (Secretaria de Educação de Recife, 2021, p. 57).

Sob esse contexto é pertinente, então, promover uma discussão conceitual a respeito das diversas expressões do desejo e do afeto das pessoas, como sugere Furlani (2011, p. 157), de modo que, em um primeiro momento, a discussão seja em torno da etimologia dos termos que constituem as palavras “homossexual”, “heterossexual” e “bissexual” e, em um segundo momento, sejam trazidas questões mais gerais, ligadas às vivências e ao preconceito social, para serem discutidas (Secretaria de Educação de Recife, 2021, p. 57).

Dessa forma, na medida em que a escola apresenta e dirige um processo pedagógico acerca da temática da diversidade sexual, ela demonstra não só assumir a corresponsabilidade junto à família sobre essa formação, como demonstra, sobretudo, a sua função de compreensão e acolhimento das diferenças e diversas possibilidades de ser adolescente. Vale ressaltar que, independentemente da escola, o(a) adolescente constrói a sua sexualidade e orientação de seu desejo (heterossexual, homossexual ou bissexual), o que nos faz aqui destacar os direitos de aprendizagem quanto a nossa categoria teórica da diversidade sexual, elencados na política de ensino do ano de 2015, visando contribuir para uma educação em sexualidade.

A Educação em Sexualidade, no eixo Diversidade Sexual para Educação Básica, apresenta, como Direitos de Aprendizagem: a) compreender que a sexualidade apresenta diferentes expressões de identidades sexuais e de gênero; b) conhecer os conceitos de discriminação, preconceito, culpabilidade e intolerância; e c) respeitar a diversidade sexual, como parte da dimensão humana (Secretaria de Educação de Recife, 2015, p. 61).

Nesse contexto, é válido também aqui mencionar os objetivos de aprendizagem descritos para esse eixo voltado aos anos finais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Eixo: diversidade sexual – objetivos de aprendizagem

A)	Construir a noção de que etnia, classe social, idade, orientação sexual e identidade de gênero não devem ser barreiras para a formação de amizades e relacionamentos amorosos.
B)	Respeitar as diferenças individuais de etnia, sexo, idade, condição social e diversidade sexual.
C)	Respeitar as diferentes identidades sexuais e suas expressões sociais, afetivas, culturais e históricas.
D)	Compreender que as pessoas podem ter interesse amoroso/sexual por pessoas do sexo oposto (heterossexuais); outras, por pessoas do mesmo sexo (homossexuais), ou por pessoas dos dois sexos (bissexuais).
E)	Compreender que as diferentes formas de vivência da sexualidade (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade) são construções realizadas ao longo da vida e, em grande parte, em função dos processos identificatórios.
F)	Entender que as pessoas podem optar por transformações físicas e sociais em função da transexualidade e da travestilidade.
G)	Respeitar o desejo de as pessoas adotarem o nome social, usarem roupas e adereços, independentes do sexo biológico.
H)	Desmistificar a homossexualidade, a bissexualidade, a travestilidade e a transexualidade, como sendo patologias, doenças, perversões ou anormalidades.
I)	Desnaturalizar as diferenças, compreendendo que a identidade de grupos, as estereotípias e os preconceitos são construções socioculturais e históricas, assentadas num direito social inalienável.
J)	Respeitar os diferentes mecanismos (leis, normas, decretos) de defesa dos grupos LGBT.
K)	Compreender que os homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, enquanto sujeitos de direito, devem ser respeitados em sua dignidade humana.

Fonte: Secretaria de Educação de Recife (2015).

Dando seguimento a essas etapas de ensino com o quadro acima, que se dirige aos anos finais do Ensino Fundamental, chamam-nos a atenção as ações metodológicas para o ensino da Eja, que também, por se tratar do Ensino Fundamental nos anos finais, traz em seu caderno o título “A Educação em sexualidade no ensino e aprendizagem de jovens e adultos: encontros possíveis e desejáveis para estudantes, educadores e educadoras”. Além de apresentar as orientações do quadro acima, de uma forma geral, o caderno enfoca a formação das identidades sob os referenciais de Stuart Hall (2007), com um item em específico, que é a diversidade sexual, pontuando que esta, na política de ensino da Rede Municipal, procura garantir o reconhecimento das identidades sexuais por meio dos direitos e objetivos de aprendizagem que irão nortear as práticas educativas, no sentimento de garantir amplo debate e inspirar as vivências no campo da sexualidade, como podemos visualizar no quadro abaixo.

Quadro 2 – Item Diversidade sexual – Educação de Jovens e Adultos

A)	A educação em sexualidade, no eixo corpo para educação básica, apresenta, como direitos de aprendizagem: ter o direito de conhecer e se apropriar do corpo nos diversos ciclos do desenvolvimento da sexualidade humana, na perspectiva de contribuir com a compreensão e o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo as diferentes formas de desejo sexual, respeitando as relações e justiça de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos.
B)	Educação em sexualidade, no eixo relações/justiça de gênero para a educação básica, apresenta como direitos de aprendizagem: ter o direito de se apropriar dos conceitos de sexo, sexualidade e relações de gênero em seus contextos culturais, psicossociais e históricos; ter o direito de reconhecer, desmistificar, defender-se e denunciar atos e preconceitos relacionados à identidade de gênero e sexual.
C)	Educação em sexualidade, no eixo diversidade sexual para educação básica, apresenta como direitos de aprendizagem: compreender que a sexualidade apresenta diferentes expressões de identidades sexuais e de gênero; conhecer os conceitos de discriminação, preconceito, culpabilidade e intolerância e respeitar a diversidade sexual, como parte da dimensão humana.

Fonte: Secretaria de Educação de Recife (2015).

A finalidade da educação em sexualidade é a consideração e a incorporação de temáticas como prazer, desejo, afeto, amor e identidades, num diálogo com as demais áreas e temáticas presentes em seu cotidiano escolar, o que de fato nos faz compreender sua coadunação/entrecruzamento com os eixos de ambos os quadros descritos acima. Nesse aspecto, as questões concernentes ao corpo, relações e justiça de gênero e diversidade sexual, junto às discussões sobre raça, etnia, religião e geração, poderão ser reconstruídas, para que todos e todas tenham acesso e permanência a bens culturais, sociais e acadêmicos, bem como à livre vivência da sexualidade com equanimidade.

Considerando a livre orientação do desejo como algo inerente à sexualidade, uma vez que a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade são formas socialmente produzidas e legítimas da expressão sexual, defende-se que:

A escola que se alinha com a qualidade social, busca, cotidianamente, desenvolver processos pedagógicos que favoreçam o reconhecimento e o respeito aos homossexuais (quando se deseja alguém do mesmo sexo), bissexuais (quando se deseja ambos os sexos), assim como precisa reconhecer e respeitar os heterossexuais (quando se deseja alguém do sexo oposto), pois é “uma manifestação íntima da pessoa” [...] “um direito inalienável” (Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde; Departamento de DST, aids e hepatites virais, 2016, p. 15).

Com isso, de acordo com registros do caderno da política de ensino para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, essa diversidade é uma das principais marcas do corpo discente da Eja, de modo que é importante e necessário reconhecer as diferentes idades, experiências de vida e bagagens culturais que esses estudantes carregam e expressam nas salas de aula. Entretanto, a diversidade das identidades desses sujeitos precisa ser bem compreendida, a fim de se garantir sua permanência e seu direito à aprendizagem. Portanto, sobre os(as) estudantes da Eja, é imprescindível a análise de que não existe apenas uma identidade, mas, sim, identidades singularizadas, a partir da condição geracional, cultural e social dos(as) alunos(as).

A educação em sexualidade no contexto da EJA, precisa vir amparada por um olhar crítico em torno dessa modalidade de ensino, precisamos destacar os/as sujeitos que estão envolvidos nesse processo, legitimar suas demandas e construções, em seguida apresentarmos algumas ponderações sobre esse ponto (Secretaria de Educação do Recife, 2015, p. 52).

No ano de 2018, foi publicado um Ofício Circular de Nº 48, no *site* da Prefeitura da Cidade do Recife, que destaca os desafios para as políticas de formação docente, enfatizando

que as formações precisam ser pautadas no contexto das diversidades, devendo elas estarem atentas ao contexto sociocultural da comunidade escolar ao qual pertencem seus estudantes. Desse modo, a formação deve possibilitar que os professores reflitam sobre suas práticas, para que assumam suas responsabilidades no fazer pedagógico e sejam protagonistas de suas ações.

No tocante à categoria da Diversidade Sexual, a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife procura garantir o reconhecimento das identidades sexuais. Considera a livre orientação do desejo como algo inerente à sexualidade, uma vez que a homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade, são formas socialmente produzidas e legítimas da expressão sexual (Secretaria de Educação do Recife, 2015 p. 85).

Nesse processo de formação docente, a discussão formativa deve contemplar as experiências vividas nas escolas, assim como o que está sendo desenvolvido nas universidades deve auxiliar na formação continuada dos educadores e educadoras e no amparo dos projetos de ensino das unidades escolares. Ainda de acordo com a fala da Secretaria de Educação do Recife, em 2018, tal concepção apontava para a superação de uma formação continuada eventual, sugerindo uma política formativa baseada na escuta do professor e da professora de modo a possibilitar o desenvolvimento de sua carreira profissional, como caminho de preparação para a pesquisa.

De acordo com Gomes (2008), a inserção da diversidade nas políticas educacionais, nos currículos, nas práticas pedagógicas e na formação docente implica em compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como: desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e a consequente evasão escolar. Nesse sentido, a autora afirma que falar sobre diversidade e diferença implica em se posicionar contra processos de colonização e dominação e em compreender e lidar com relações de poder.

Diante disso, como podemos observar por meio da produção dos cadernos da política de ensino e das ações das políticas de formação e de resistência dos grupos trabalho, os docentes da Rede Municipal do Recife puderam se valer de estratégias metodológicas de como ministrar conteúdos em cada área de ensino, desde a Educação Infantil, valorizando as especificidades de seus estudantes e validando também suas experiências socioculturais, como instrumento de aprendizagem. Isso acabou por gerar muitas formas de orientação e de diálogo com os estudantes e até mesmo com suas famílias, fazendo com que a relação entre professor e aluno pudesse ser pautada pelo respeito, objetivando o acesso e a permanência na escola, sem distinção de orientação sexual.



### 3 APORTES TEÓRICOS

#### 3.1 DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A diversidade relaciona-se com a diferença, mas nada tem a ver com classificações quanto à inferioridade ou superioridade de um grupo sobre o outro (Aranha, 2011, p. 55). Desse modo, salientamos a importância de formações continuadas para promover aceitação, respeito e tolerância quanto à diversidade sexual e conscientizar sobre como os comportamentos de docentes contribuem para a construção das subjetividades de estudantes homossexuais. Assim, políticas de inclusão e igualdade quanto à orientação sexual são necessárias contra a evasão escolar especificamente dos segmentos LGBTQIA+.

Segundo Martins (2001), apesar de expressões como diversidade, respeito às diferenças e liberdade atualmente terem se tornado objeto de olhar nas pautas da educação, a escola ainda está atrelada a concepções sobre corpo, sexualidade e gênero que foram construídas no século XVI e, portanto, tais discussões são entendidas como polêmicas e permeadas por tabus e discursos controlados.

Sobre esse aspecto, Louro (1999) afirma que a escola é uma entre as múltiplas instâncias sociais que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero, colocando em ação várias tecnologias de governo. Esses processos ocorrem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno, exercidas pelos sujeitos sobre si próprios, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou “jeitos de viver” sua sexualidade e seu gênero (Louro, 1999, p. 21).

Ainda de acordo com Louro (2003, p. 44), chama a atenção “uma noção singular de gênero e sexualidade que vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas, normatizando as ações dos sujeitos para um único padrão de normalidade”. Com isso, excluem-se outras possibilidades, estas silenciadas por um currículo cristalizado em preconceitos.

De modo geral, a escola, através de seus agentes e currículos, negligencia questões que tratam de temas ligados à diversidade sexual e suas expressões de identidade. Nesse caso, a escola ainda reflete o panorama de desconhecimento de políticas atuais no que diz respeito a ações práticas que envolvem essa temática, o que dificulta o reconhecimento da homofobia, presente e atuante no cotidiano escolar, ressaltando o despreparo de educadores para lidar com essa situação, como bem pontua Borrillo (2010, p. 75).

Nesse contexto, é preciso mencionar que a ideia de se discutir a diversidade sexual na escola ainda assusta muitos docentes da Rede Municipal devido ao medo, insegurança de achar que está adentrando em temas que não domina ou de expressar um juízo de valor, seja por conceitos religiosos ou morais, de acordo com o padrão vigente de sujeito de ordem cristã, branca e heterossexual, como bem ressalta Louro (2007a; 2007b). Todavia, a importância de se trabalhar um currículo com a temática da diversidade sexual é salutar para o trabalho docente, pois:

Na escola, o currículo é a diretriz fundante das práticas de ensino adotadas pelos docentes e pela gestão escolar, pois nele estão descritos as finalidades e os objetivos visados; ele também elucida sobre a organização, os conteúdos, as avaliações e os métodos de ensino-aprendizagem. Já a formação docente, é um percurso amplo e que nunca cessa, desde aquele curso que os professores realizam de maneira autônoma, a uma segunda graduação ou pós-graduação, até as formações institucionalizadas que antecedem o período letivo, ou seja, tudo que compõe o processo formativo docente é parte do trajeto de formação, que normalmente busca instrumentalizar, informar e apontar caminhos entre a didática e o conteúdo na prática docente (Araújo; Cruz; Dantas, 2018, p. 27).

De acordo com Junqueira (2007), os currículos escolares são artefatos políticos e de produção cultural, que podem (re)produzir as normas de gênero sociais, a heteronormatividade, afetando não só aos que fogem à norma. Portanto, a escola deve desenvolver ações para além daquelas voltadas ao desempenho acadêmico, pois ela é um espaço privilegiado que, dependendo de sua atuação, pode corroborar ou não para a cristalização de percepções preconceituosas em relação às condutas que fogem do padrão heteronormativo da sociedade.

Assim, se a escola opta por fortalecer práticas excludentes e discriminatórias, em desfavor de estudantes homossexuais, contribui para aquilo que é chamado de homofobia, com o argumento de uma padronização dos sujeitos, o que Borrillo (2009) define como sendo a “manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal” (Borrillo, 2009, p. 15). Ainda como reforça esse autor, a pessoa homofóbica tende a disseminar ódio para com as pessoas que têm como orientação sexual a homossexualidade, tendendo a fazer com que outras pessoas acreditem que essa não é uma forma de relacionamento “normal”, pois não está baseada na heteronorma (Borrillo, 2009, p. 29).

Em 2004, um estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) apontava para um alto índice de imagens homofóbicas e de intolerância quanto à homossexualidade entre estudantes e professores. A discriminação contra

homossexuais, diferentemente de outras formas de segregação, como aquelas relacionadas ao racismo e ao sexismo misógino, não é somente mais abertamente assumida, mas também valorizada, entre jovens alunos e professores (Castro; Abramovay; Silva, 2004).

Na pesquisa realizada por Castro, Abramovay e Silva, em 2004, intitulada *Juventudes e sexualidades*, foi constatado, mediante análise de entrevistas com docentes e discentes do Brasil, como muitos rejeitam a ideia de ter um estudante homossexual em sala no momento de ministração das aulas. Nesses resultados, Recife, aparece com um percentual de 39,6% de estudantes que não queriam ter um colega de classe homossexual, referindo-se ao masculino, ao dito “homem”.

Mesmo quando uma suposta tolerância ocorre na escola, pode ser recorrentemente investida de heteronormatividade, por exemplo: alunos(as) homossexuais são aceitos(as) no espaço escolar desde que “se comportem”, ou seja, desde que não expressem ou não aparentem, em nenhum momento, a sua sexualidade, devendo manter a sua homoafetividade totalmente reprimida e rejeitada nesse espaço de trânsito sociocultural que a escola deveria ser. Contudo, essa forma de opressão homofóbica nas escolas não está direcionada somente contra alunos assumidamente LGBTs, mas contra todos aqueles que não se conformam às regras hegemônicas de gênero, pois a polícia do gênero e da sexualidade atua inclusive sobre aqueles que se esforçam cotidianamente para se enquadrar nos modelos binários hegemônicos de masculinidade e feminilidade. Nesse caso, preconceito e discriminação aparecem de forma bem explícita e se desenvolvem como uma espécie de medo da “perda de gênero” – na verdade, medo de contaminação, de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher de verdade. Assim, muitos indivíduos heteronormativos dizem que não têm preconceito, desde que o homossexual permaneça longe, que não insinue que eles podem ser um igual ou um parceiro de relação (Castro; Abramovay; Silva, 2004, p. 445).

Felizmente, nos últimos anos, é possível identificar uma mudança significativa na postura de estudantes que não se conformam aos padrões “ditos normais” e que hoje estão se assumindo como homossexuais, com um sentimento de leveza e autoafirmação de sua identidade sexual. Com isso, eles fazem emergir o engajamento de outros estudantes, estimulando o rompimento da discriminação junto a seus pares.

Ao longo do trabalho de educação sexual realizado nas escolas municipais do Recife, percebe-se a importância de se ampliar e acirrar o debate, desde a educação infantil, para que em parceria com a família e a escola, se possa vislumbrar relações mais justas e igualitárias entre todas e todos que constituem a sociedade. (Secretaria de Educação do Recife, 2014, p. 128).

Assim, nos últimos anos, mesmo em meio a um governo que subalternizou e inferiorizou as minorias, especificamente o público LGBTQIA+, foi evidenciado, dentro de unidades escolares, momentos de luta registrados nesse contexto da educação do Recife quanto à atuação dos grupos de trabalho aqui já mencionados. No entanto, para dar continuidade ao esforço, embasados pela premissa de que o direito à educação é de todos os estudantes e buscando sanar evasões e infreqüências de alunos homossexuais, os integrantes da Escola João XXIII, que é o nosso campo de estudo, além de fazer uso de projetos institucionais, são adeptos de uma pedagogia atrelada ao vínculo do afeto, amizade e compromisso com a formação de seus estudantes.

Diante disso, o papel de sua gestão escolar e de seus grupos de professores se mostra necessário como forma de enfrentamento às discriminações sexuais. Assim, à medida que a própria escola, de acordo com Bortolini (2012), passa a ser elemento fundamental na construção de uma sociedade democrática e pluralista, é imprescindível promover a formação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade, pelo reconhecimento do direito à livre expressão afetivo-sexual e à livre identidade de gênero de cada cidadão e cidadã; afinal, o problema não está nas diversas possibilidades de orientação sexual e de identidades de gênero, mas, sim, no modo negativo como se lida com elas, discriminando-as e excluindo seus sujeitos do campo dos direitos, inclusive do direito à educação (Bortolini, 2012, p. 38).

Segundo Pereira *et al.* (2007, p. 30), “As convicções sobre o que é certo ou errado devem ser consideradas no espaço privado e familiar, pois as verdades de alguns não valem para o conjunto da sociedade”. Sobre isso, Tardif e Lessard (2012) destacam que, embora o docente se sinta despreparado para lidar com a discriminação sexual, a função dele, além de ensinar o conteúdo, também é a de analisar criticamente “o entorno” do ensino, ou seja, os conteúdos, as atividades didáticas e a sua prática docente que devem atender às especificidades da comunidade escolar na qual ele se faz presente no exercício do magistério. Sendo assim, a sua formação docente consiste num processo contínuo de construção de conhecimento e de treinamento das habilidades teórico-práticas (Tardif; Lessard, 2012, p. 276).

Nesse caso, Jesus *et al.* (2008) enfocam que é preciso a criação de projetos transdisciplinares, que cruzem as disciplinas para que elas caminhem muito além, gerando o interesse dos alunos no sentido do desenvolvimento de habilidades sociais, num incentivo para que queiram mudar sua realidade. Hoje, de acordo com a Secretaria de Educação do Recife (2018), tem-se o reconhecimento institucional da diversidade sexual, e as escolas

devem contemplá-la na construção de seus projetos político-pedagógicos, juntamente com suas equipes de professores e técnicos, alinhados com a política de formação.

A escola, cumprindo sua responsabilidade de formar cidadãs e cidadãos, deve oferecer mecanismos que levem ao conhecimento e respeito das culturas, das leis e das normas. Deve-se investir na comunicação dessas normas a todos aqueles e aquelas envolvidos com a educação. Deve-se, como “aposta pedagógica”, ter um plano de ação para formar as cidadãs e os cidadãos para a valorização da diversidade, favorecendo o encontro e o contato com a diversidade. Essa “aposta pedagógica” se faz de forma desafiadora e com rigor, de modo que seus participantes sejam capazes de: a) aprender a escutar; b) aprender a formular argumentos; c) aprender a avaliar argumentos e situações; d) aprender a trabalhar em equipe (Secretaria de Educação do Recife, 2018, p. 89).

A escola precisa transformar-se, proporcionando não apenas conhecimentos e metodologias tradicionais, mas questionando sua própria cultura escolar a fim de romper com seus preconceitos sobre possibilidades de aprendizagem, valores e comportamentos de seus estudantes ligados a uma identidade padronizada.

Fixar uma determinada identidade como norma é privilegiar a hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (Silva, 2012, p. 83).

Stuart Hall (2007) argumentava que as sociedades modernas são, por definição, “sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes”, que por sua vez são caracterizadas pela diferença, isto é, “elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes identidades” (Hall, 2007, p. 12). Mediante essas variações identitárias, dentro do campo educacional, é visto no Projeto Político-Pedagógico da Escola João XXIII, o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que priorizam a inclusão, a garantia da permanência, a formação com qualidade, a igualdade e a equidade de oportunidades.

Nesse sentido, Bortolini (2012) relata que, para que haja uma abordagem mais ampla sobre a diversidade sexual na escola, é importante a participação dos pais, com interação dos professores dentro do ambiente escolar, sendo necessário entender também a importância de se respeitar as diferenças presentes no cotidiano do aluno.

O caminho é sempre fazer a ampliação da cidadania, tema das aulas, ou seja, se o professor trabalhar com os estudantes os princípios da dignidade humana, da liberdade e da igualdade, a sala de aula se tornará naturalmente um campo fértil para práticas pedagógicas sobre o tema. Convém ainda sinalizar que acordos de convivência, pactuados entre professores e estudantes, são necessários com o objetivo de qualificar a produção de um ambiente escolar acolhedor e motivador, para propostas pedagógicas serem realizadas no cotidiano escolar.

Dessa forma, de acordo com registros da Secretaria de Educação do Paraná (2010), formar docentes, desde o pedagogo até os professores de componentes específicos, sobre a temática da diversidade sexual é uma forma de romper com representações e padrões hegemônicos do que é concebido como masculino e feminino, trazendo novos paradigmas e conceitualizações, ampliando as possibilidades de compreensão da vida humana, auxiliando, assim, o trabalho pedagógico a compor um lugar de inclusão e respeito (Secretaria de Educação do Paraná, 2010, p. 65).

### 3.2 NARRATIVAS DO SILÊNCIO

Nesta seção, quero discorrer sobre o trato da diversidade sexual, ressaltando que, enquanto pesquisador e profissional da Educação Básica da cidade do Recife, pude presenciar, desde o meu momento de ingresso na Rede Municipal, no ano de 2013, até os dias atuais, muitas pedagogias de negação e invisibilidade partilhadas em espaços escolares (Arroyo, 2012, p. 34), em escolas onde os gestores muitas vezes apresentavam posturas autoritário-repressoras em torno da diversidade sexual, práticas advindas, entre outros elementos, de seus fundamentos religiosos, morais e até mesmo biológicos.

Sobre isso, é importante também dizer que esses comportamentos surgem de uma educação repressora que advém do núcleo familiar, chegando aos espaços de educação formal como a escola, através de discursos e práticas negacionistas de que a diversidade sexual não deve existir, por não estar adequada a uma norma heteronormativa.

Lembro que todo e qualquer sujeito LGBTQIA+ ou não, ao iniciar sua prática docente, é recebido pela gestão da escola, sendo-lhe repassadas as informações sobre o funcionamento da unidade, datas de planejamento, formações continuadas e outras atividades que são de incumbência do professor regente, bem como também sua contribuição na construção das propostas pedagógicas, criação de projetos e demais ações de cunho pedagógico que visem dar uma melhor qualidade ao processo de ensino de seus alunos. No ano de 2013, ao iniciar o

exercício da docência em uma escola dos anos iniciais (1º ao 5º), na comunidade do Alto da Telha, em Nova descoberta, na zona norte do Recife, pertencente ao grupo da Região Político-Administrativa 3 (RPA 3), tivemos como peça-chave uma gestora e pastora de uma comunidade evangélica, atuante nos arredores e bairros circunvizinhos em que a mesma geria a unidade escolar, por cerca de 30 anos.

Se vendo como fundadora desse espaço de educação e tomando-o como sua casa, a crescente violência homofóbica, o não reconhecimento da diversidade e da inclusão eram justificados com discursos de que toda e qualquer ação, pessoa ou evento que não se enquadrasse na norma padrão vigente era dada como errada, portanto, merecedora de castigo divino. Assim, as muitas falas e dizeres preconceituosos aconteciam de formas sutis entre gestos e olhares, nesse espaço, entre gestão, professores e demais funcionários, ocasionando um silenciamento dos diversos sujeitos que ali estavam por medo e insegurança, observando que o tema da diversidade sexual é assunto proibido dentro da unidade escolar.

Felizmente, com o passar dos anos e com o entrosamento docente, houve a necessidade de se trabalhar com temas ligados às sexualidades. Isso foi algo de grande visibilidade porque vinha dos próprios estudantes e da formação continuada efetivada pelos grupos de trabalho de professores e outros gestores que puderam contribuir para a criação de uma inclusão social, dentro das unidades que estavam a gerir. Contudo, a possibilidade de esperar a visibilidade de temas como a diversidade sexual nessa escola não se deu, o que acarretou na não aceitação e na não confiabilidade das formações ofertadas por haver um alicerçamento num contexto biológico e religioso, enraizado na cultura escolar dessa unidade de ensino.

Para reforçar nossa fala, quanto a esses eventos, citemos aqui Mantoan (2003, p. 13), quando menciona que, se queremos uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças. Nesse caso, o não respeito de colegas de trabalho à homossexualidade se mostra muitas vezes de modo silenciado, por meio de olhares reguladores ou condenadores de que o sujeito não pode ocupar o lugar, espaço de que não seria merecedor devido a sua orientação sexual.

Sobre essa ótica do silenciamento, Santos (2010, p. 3), nos reafirma que o silêncio proporciona a construção de fantasmas, assim como o fortalecimento de tabus sexuais: não se discute a essência dessas manifestações, tais como a própria descoberta das crianças e adolescentes em relação ao seu corpo e identidade, sendo um período de intensas angústias,

conflitos e dúvidas que refletem e se confrontam com a rigidez e a tradição do ambiente escolar.

Logo abaixo, iremos exemplificar o quanto essas narrativas de silenciamento e exclusão estão presentes em nosso contexto escolar, através de estudos sobre diversidade sexual na escola e evasão escolar que envolvem a pesquisa realizada pela Unesco, em 2004, chamada *Juventudes e sexualidades*, na qual podemos perceber que não avançamos nesse sentido da inclusão da diversidade sexual. Vale salientar que essa realidade não está distante de nós, como bem evidência o relato a seguir, colhido no contexto de uma atividade em um grupo focal com alunos de escolas públicas de Salvador (BA):

Na minha sala, tinha um menino homossexual e a galera, os meninos, o perturbaram tanto até ele sair da escola, não voltou. Ele chegava assim, todo assim, e os meninos ficavam perturbando, fazendo hora, brincando. Acabou que teve de sair da escola porque foi muito forte a história. Acho que deveria ter mais campanha na escola para alertar a galera que vivemos num país democrático. Hoje cada um é e pode ser o que quer. Acho que é importante respeitar os outros. (Castro; Abramovay; Silva, 2004, p. 287).

A narrativa acima nos chega carregada de inquietudes quando se fala de homossexualidade na escola, considerando que o entendimento de “bagunça de alunos que gostam de aparecer e saem das normas de comportamento escolar” diz respeito a falas recorrentes nos diversos conselhos pedagógicos. Em meio a isso, é importante evidenciar que:

Alguns professores comentam que, apesar de abordarem a questão da homossexualidade pelo lado do respeito humano, é bastante difícil lidar com o assunto, pois os alunos sempre levam para a brincadeira. Já outros assumem uma postura de distanciamento e assim de cumplicidade passiva com a violência contra jovens tidos como homossexuais – cada um é, pode ser como quiser ou como um tema que não é de sua alçada. Dessa forma, omite-se o debate sobre assuntos que são engendrados por preconceitos e discriminações, quando muito pregando uma abstrata tolerância, em que cada um poderia ser o que quisesse, quando, na prática, não é isso o que ocorre (Castro; Abramovay; Silva, 2004, p. 288).

No entanto, para seguirmos nesse caminho de narrativas que reforçam a necessidade de uma ação interligada a uma cultura escolar, pautada no âmbito da inclusão e que promova o fortalecimento das identidades homoafetivas e o enfrentamento da evasão escolar advinda das muitas formas de opressão sofridas por estudantes LGBTQIA+, ressaltamos também uma outra pesquisa organizada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos

Humanos (E-Clam)<sup>4</sup>, em parceria com diversos estudiosos dos campos de gênero, sexualidades e educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A iniciativa contou também com a criação de cursos de extensão<sup>5</sup> e pós-graduação *lato sensu*, sobre gênero, sexualidade e educação<sup>6</sup>.

A pesquisa recolheu discursos, a partir de entrevistas feitas, no período de abril de 2007 a abril de 2008, com professores das redes pública municipal e privada e de membros do entorno das comunidades escolares, destacando que a evasão escolar é fator determinante no abandono dos estudos por parte dos estudantes LGBTQIA+ (62,1%) contra 39,9% de estudantes que não se afirmam nesse segmento. É importante evidenciar ainda sobre isso discursos que testemunham a existência de práticas de silenciamento, segregação e exclusão em unidades escolares, como bem nos aponta o registro abaixo colhido em um grupo focal com alunos de escola pública do Rio de Janeiro:

Para nós, frequentar a escola e receber um tratamento desigual não significa ter seus direitos garantidos; ter que esconder quem realmente é para ser aceito/a no espaço escolar, não significa ser acolhido/a e ser tratado/a com igualdade. Um lugar em que as pessoas são tratadas com hostilidade e desrespeito é impróprio para a aprendizagem, e é dever dos/as professores/as e demais profissionais garantir que as crianças e os/as adolescentes não sejam expostos a situações humilhantes e constrangedoras. (E-Clam, 2011, p. 289).

Essas narrativas contribuem para perceber a gravidade da não acessibilidade dos estudantes LGBTQIA+ ao espaço escolar e da contribuição desse tipo de exclusão para o adoecimento e evasão deles. Na Rede Municipal de Ensino do Recife, que por sinal faculta a tais estudantes direitos quanto a sua orientação sexual, contudo, diversas vezes também há violações feitas por profissionais que discriminam alunos, inferiorizam-nos e até mesmo os excluem de atividades pedagógicas, como se fossem “portadores” de uma doença contagiosa, a homossexualidade, isto feito através de falas, discursos e brincadeiras. Desse modo, pesquisadores/as, professores/as e profissionais de diversas áreas podem se unir e somar forças nessa luta que visa ao respeito e à valorização de todos/as, sem qualquer tipo de

---

<sup>4</sup> Desenvolvido como um programa de formação *on-line* do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (E-CLAM/IMS/UERJ), o e-Clam tem como objetivo oferecer cursos nas temáticas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos a profissionais das áreas da saúde, educação e ciências humanas e sociais.

<sup>5</sup> O curso visa sensibilizar profissionais da educação que atuam no ensino público, no que concerne às desigualdades baseadas em gênero, orientação sexual e raça/etnia no Brasil, capacitando-os/as para trabalhar transversalmente sobre essas questões no cotidiano escolar.

<sup>6</sup> O curso EGeS visava formar profissionais nas áreas da saúde, educação e ciências humanas e sociais, em temas relacionados às desigualdades baseadas em gêneros e sexualidades.

distinção. Os relatos das pesquisas acima nos trazem diversas situações referentes à diversidade sexual em inúmeras escolas, tanto no contexto regional quanto estadual.

No entanto, trazendo o assunto para nossa realidade, enquanto pesquisador e profissional da Educação Básica, reitero que falas, dizeres e brincadeiras de ordem discriminatória, infelizmente, ainda continuam presentes em corredores, salas de professores e até em momentos de planejamento coletivo, perpetradas por colegas docentes. Esses comportamentos inflexíveis quanto à diversidade sexual perpassam por gestões quando se trata de temas como sexualidades e gêneros, com argumentos de ação biológica e fundamentalista.

Infelizmente, por mais que saibamos que esses comportamentos não devam estar presentes em espaços de educação como a escola, esses sujeitos encontram-se apoiados no silêncio de suas gerências regionais, que não realizam intervenções de ordem administrativa, atendo-se apenas ao processo de ensino-aprendizagem, e ao *ranking* educacional que foi instaurado nos últimos anos.

Dessa maneira, há uma tendência forte de entender que é suficiente incentivar o alcance de níveis elevados de proficiência, estimulando uma corrida para bom desempenho dos estudantes nas provas externas, atentando-se apenas àqueles que possuem um bom rendimento escolar. Esse discurso, comportamento excludente e segregador da diversidade sexual, ganhou força nos anos do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), período no qual comportamentos de ordem religiosa foram estimulados em nossas escolas por parte de gestores e professores, que, apoiando-se no bordão “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, acabou por revigorar comportamentos excludentes contra as pessoas LGBTQIA+.

Bortolini (2008, p. 23) menciona, na cartilha *Diversidade sexual na escola*, que o Grupo *Gay* da Bahia (GGB)<sup>7</sup> tem sido um vetor importante e referente na luta pela inclusão da diversidade sexual em diversos campos de atuação, ressaltando que a educação é um dos caminhos para se desejar uma ação igualitária entre as pessoas, visando banir toda e qualquer forma de exclusão e discursos discriminatórios referentes à homossexualidade de estudantes na escola (Bortolini, 2008, p. 23-24).

Um educador cuja religião nega ou condena a homossexualidade não pode simplesmente negar ou condenar um aluno homossexual. Esse educador precisa ter claro para si que os seus valores são, antes de tudo, seus. Que o

---

<sup>7</sup> O referido grupo visa promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

aluno diante dele tem outros. E que tem direito de tê-los, assim como ele próprio (Bortolini, 2008, 2010, p. 24).

Um outro ponto que nessa caminhada merece destaque é a situação de estudantes que percorrem o caminho até a escola com roupas femininas e, ao chegarem, vão ao banheiro pôr a farda escolar, com os adereços femininos, como brincos e batons, sendo retirados para assim se sentirem “aceitos” e “normais”, junto aos demais.

Nesses casos, é notório o quanto esses comportamentos tendem a agredir as identidades desses discentes, num contexto de violência promovida pela heterossexualização compulsória (Butler, 2003; Miskolci, 2014). Assim, a matriz heterossexual designa a coerência linear entre o sexo, designado ao nascer, com o gênero, desejo e práticas sexuais.

A anulação dessas identidades que compõem uma pequena representação da diversidade sexual, citada nos casos acima, refere-se a estudantes de anos iniciais do Ensino Fundamental, no caso do 4º e 5º, que, por apresentarem um comportamento que não condiz com a política de funcionamento da escola, veem-se na obrigação de eles próprios praticarem em si mesmos tal silenciamento identitário, por conta do receio das muitas facetas da homofobia, como visto também nos anos finais.

Direta ou indiretamente, essas posturas atuam como fatores variáveis e intervenientes, sobre o processo de ensino-aprendizagem e incidem nos modos em que as interações pedagógicas se desenvolvem na educação de jovens e adultos, entre alunos e professores e entre os próprios alunos (Silva, 2010, p. 44). Entendemos que a prática docente tem uma grande força na construção de um ambiente escolar mais igualitário com relações sociais mais dignas e respeitadas. Nesse enfoque Silva (2010, p. 34) pondera que, quando pensamos no currículo escolar, focamo-nos apenas em um conhecimento conteudista, nesse caso o cumprimento da grade de conteúdos que fazem parte do currículo escolar. Ressalta, no entanto, que esse currículo está ligado a uma identidade, ao que somos e nos tornamos a partir de nossas subjetividades.

Por fim, alinhados com uma política de inclusão e de uma pedagogia do afeto, ressaltamos que temos muitos gestores, técnicos, professores e coordenadores pedagógicos atuantes em favor da igualdade, permeados por sentimentos de justiça dentro das escolas, fomentando a importância da vida escolar para uma profissionalização, uma transformação do sujeito com o objetivo de conquistar o reconhecimento de sua orientação sexual.

Em 2019, a escola na qual se realizou este estudo, promoveu uma exposição denominada *Corredor do enfrentamento*, criado para combater as muitas formas de

discriminação social, a partir de rodas de diálogo, que se realizaram em momentos no decorrer do ano letivo, levando docentes e demais membros da equipe escolar a criar projetos pautados pela valorização à diversidade escolar com referência nos Estudos Culturais.

Assim, também foram realizados, com a participação da Rede Municipal de Ensino, projetos voltados para os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, que tinham por objetivo fortalecer essas identidades no espaço escolar e fora dele, com momentos de escuta individual e atendimentos em grupos, e com oficinas sobre temas transversais nas quais alguns monitores LGBTQIA+ estiveram partilhando experiências cotidianas com alunos em processo de construção de suas identidades, pondo a escola como instrumento impulsionador para uma formação crítica daqueles que têm o direito de ser diferentes em sua individualidade e iguais em direitos (Santos, 2001).

Tais projetos trouxeram consigo um alinhamento com os professores dos anos finais do Ensino Fundamental nos momentos de planejamento e criação de projetos inter e transdisciplinares, alcançando como resultados a diminuição da evasão escolar, a participação dos alunos nas atividades em sala, a motivação pelos estudos e um melhoramento no processo de ensino-aprendizagem quanto ao domínio das competências e habilidades fixadas no currículo de cada componente curricular.

### 3.3 EVASÃO E FRACASSO ESCOLAR: AÇÕES DE COMBATE ENQUANTO REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A evasão é um problema histórico, decorrente do chamado fracasso escolar, que afeta o desenvolvimento pessoal e profissional de crianças, jovens e adultos no Brasil. Para falar sobre fracasso escolar, é necessário compreender sua dimensão, pois existem inúmeros motivos e causas para um aluno permanecer ou evadir-se da sala de aula (Bortolini, 2008, p. 42). No que diz respeito à educação, a Constituição Federal afirma que é responsabilidade da família e do Estado orientar as crianças em todo o seu percurso social e educacional (Brasil, 1988), contudo, autores como Patto (1997, p. 59) ressaltam que

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido [*sic*] aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, que, ao se

pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.

A respeito dessa problemática, Queiroz (2002) destaca que de certa maneira os estudos a respeito do fracasso e da evasão escolar pressupõem que ele é causado por duas abordagens diferentes: uma delas se refere a fatores externos à escola, como o trabalho, as desigualdades, a criança e a própria família; e o outro, a fatores internos, como a própria escola, o professor e até a linguagem. Para esse autor, a evasão escolar não é um problema limitado às instituições escolares, mas, sim, uma questão geral, que abrange todo o território nacional.

Ainda segundo Queiroz (2002, p. 114), diversos estudos consideram os aspectos sociais como determinantes do fracasso e da evasão escolar. Esses temas vêm sendo discutidos cada dia mais pelo Estado, pela sociedade e por diversas organizações educacionais. Estudos enfatizam que, para uma família desestruturada, a falta de políticas públicas e de ações dos governos acerca de emprego, desnutrição, gravidez na adolescência e até de acesso à própria escola são fatores determinantes para a exclusão social e educacional. Assim, de acordo com Snyders (2005, p. 38), o fracasso escolar é a derrocada da política contemporânea, ou seja, tal autor destaca que a política também é responsável pelo fracasso escolar, mas ressalta que a abertura dela pode proporcionar aos brasileiros a continuidade da construção de uma sociedade democrática, que pode superar as relações capitalistas. O fracasso, a evasão e a repetência escolares são problemáticas ainda presentes na educação brasileira (Snyders, 2005, p. 38).

Sobre isso, Machado (2009) destaca que tratar a evasão é cuidar do fracasso escolar, isto é, olhar para as causas que permitiram que um sujeito não tivesse êxito em sua trajetória na escola. Na opinião de Batista, Souza e Oliveira (2009, p. 75), o abandono escolar é composto por inúmeras dimensões conflitantes, que interagem dentro dessa problemática, como aspectos de ordem política, econômica, cultural e social. Desse modo, o abandono da escola não pode ser analisado e compreendido sem levar em consideração todos os elementos citados acima (Batista; Souza; Oliveira, 2009, p. 75).

Muitos autores destacam em suas pesquisas, como Veiga e Bergiante (2016, p. 32), por exemplo, que, entre as inúmeras causas que levam o educando ao fracasso escolar, encontram-se a dificuldade no aprendizado, a falta de conhecimento por parte do docente, o uso de drogas, o desinteresse, o trabalho infantil, a gravidez na adolescência e a falta de acolhimento. Dessa forma, podemos dizer que aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos causam o

chamado fracasso escolar e conseqüentemente a evasão, o abandono e a repetência (Veiga; Bergiante, 2016, p. 33).

A evasão escolar sempre esteve presente no dia a dia das salas de aula, sendo identificada por ausências frequentes nos registros de chamadas do diário *online*, sob monitoramento constante por parte de professores e da equipe gestora, sendo esse acompanhamento algo comum nas atribuições do corpo docente e equipe no sentido de zelar pelo cumprimento dos 200 dias letivos de trabalho escolar, como prevê a LDBEN de 1996. Em seu artigo 13, tal lei destaca as ações incumbidas ao corpo escolar:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III – zelar pela aprendizagem dos alunos; IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (Brasil, 1996).

No enfrentamento da evasão escolar, a Secretaria de Educação do Recife tem como referência o projeto político-pedagógico, fundamentando nas legislações vigentes que tratam do assunto, e também a parceria e a participação em projetos como o Busca Ativa Escolar, que possui registros cotidianos e relatos docentes sobre a evasão e as muitas dificuldades de se promover um melhoramento no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Tais registros e relatos são encaminhados para que os familiares sejam contactados para justificarem as reiteradas ausências de estudantes na escola.

Nesse movimento mais amplo, o projeto Busca Ativa Escolar é uma ação que envolve tecnologias e metodologias inovadoras. Ele foi criado pela Unicef e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), além de outros órgãos que visam identificar crianças e adolescentes que estão fora da escola, ajudando-os a voltarem para seu cotidiano enquanto estudantes. A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento daqueles que estão fora da escola, ou em risco de evasão. Por meio do Busca Ativa Escolar, os municípios e estados obtêm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que favoreçam a garantia de direitos dos estudantes da rede municipal.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde e Assistência Social. Cada secretaria e profissional tem uma ação

específica que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada de providências necessárias para seu atendimento em diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola. (Unicef, 2022, p. 15).

Alinhados pelo enfrentamento da evasão escolar, que acomete vários estudantes, entre eles, parte dos LGBTQIA+, ressaltamos, no que se refere a esse tipo específico de evasão, os muitos discursos homofóbicos de professores e gestores, como citado anteriormente, que incitam estes discentes a abandonarem as escolas por falta de acolhimento. Para o combate dos discursos homofóbicos, faz-se necessária a criação de projetos pedagógicos e culturais que valorizem as diversas identidades e seus espaços de convivência. Uma pesquisa realizada pela Unicef, no período de 2016 a 2019, mostra-nos que o índice de evasão escolar tem tido uma certa diminuição no Ensino Fundamental da Prefeitura de Recife, pois a taxa de abandono escolar nesse nível era de 0,99%, caindo para 0,81% (Unicef, 2019, p. 34). Contudo, embora dados da referida pesquisa se mostrem abaixo do valor de referência determinado para os municípios, sinaliza-se que o índice de evasão ainda permanece alto.

No entanto, tendo como foco estudantes LGBTQIA+ das escolas públicas municipais do Recife e a forma de luta contra a evasão deles dos espaços escolares, destacamos que foram criados e realizados projetos e eventos que promoveram inclusão social na escola, contando com o apoio da GLOS, que como já colocado, realiza eventos de formação (oficinas e rodas de diálogo), com professores e estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, juntamente com o Núcleo de Combate à Violência Escolar (NEVE) e outras secretarias, como a De Assistência Social. O surgimento do NEVE ocorreu mediante a Portaria Nº 1335, de 10 de junho de 2016, considerando o que fixam a Leis Nº 8.069/1990, que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente o ECA, e Nº 13.185/2015. A primeira lei destaca, em seu artigo 5º, as diversas formas de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão contra crianças e adolescentes. Já a segunda dispõe sobre o programa de combate à intimidação sistemática (*bullying*), visando fomentar ações de combate no âmbito escolar (Diário Oficial do Recife, Poder Executivo, 2016, p. 2).

Para que, através de encontros formativos, possamos chegar aos adolescentes e mediar ações contra a evasão, com sentimento e valorização de suas identidades, a escola campo de pesquisa, João XXIII, utiliza-se, entre outras, de ações culturais como o Dia do Estudante, em que os alunos podem realizar uma apresentação musical ou expor suas produções textuais com projetos voltados a sua realidade, seja escolar, seja externa (Bortolini, 2008, p. 29).

Assim, através de parcerias, tal espaço favorece o desenvolvimento pelas discentes de atitudes de autoafirmação de suas identidades, incluindo nesse processo os LGBTQIA+.

Esse protagonismo juvenil, nos anos finais do Ensino Fundamental de nossa escola campo de pesquisa, possibilita que especificamente estudantes LGBTQIA+ possam evidenciar/denunciar ações de inferiorização devido a sua identidade sexual, em canais de comunicação disponibilizados por órgãos da Prefeitura da Cidade do Recife, tendo acesso às diversas campanhas de combate à homofobia.

Queremos reparar toda essa violência contra a comunidade LGBT. Para isso, a gente vai também às escolas. “O grande objetivo é evitar a evasão escolar principalmente dos transexuais, que, por sofrerem discriminação e agressões, abandonam a escola muito cedo e passam a viver da prostituição. Por outro lado, temos meninos que estão na descoberta da sexualidade e que, se não se sentirem acolhidos, vão deixar esse espaço”, explica o gerente de Livre Orientação Sexual da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Wellington Pastor (UFPE sedia [...], 2016, p. 13).

Vale ainda dizer que, entre as ferramentas de enfrentamento da evasão escolar, uma plataforma direcionada ao público LGBTQIA+ foi lançada em 17 de maio de 2018, em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Homofobia, com base na Lei Municipal Nº 16.780/2002, que afirma que toda forma de discriminação é odiosa e constitui crime contra a pessoa e os direitos humanos como um todo. A discriminação com base na prática e comportamento sexual do indivíduo é crime e deve ser tratada e punida como tal, na forma da presente lei, assim como por meio da Lei Nº 17.025/2004, que pune qualquer ato discriminatório ao homossexual, bissexual ou transgênero, instituindo, assim, 17 de abril como o Dia da Diversidade Sexual (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2017, p. 19).

Para marcar o Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia, celebrado no próximo dia 17, a Prefeitura do Recife (PCR) lança uma plataforma digital para recebimento de denúncias de LGTBfobia. No formulário *online*, é possível denunciar casos de preconceito e discriminação com base nas leis municipais nº 16.780/2002 e nº 17.025/2004, que proíbem manifestações preconceituosas ou discriminatórias em razão da orientação sexual ou identidade de gênero, punindo os estabelecimentos públicos ou particulares, empresas ou organizações sociais que desrespeitarem as legislações. A ferramenta está disponível no *site* da Prefeitura. O objetivo da criação do formulário digital é facilitar e estimular a denúncia, bem como divulgar as leis municipais. A ação é da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife (SDSJPDDH), através da Gerência de Livre Orientação Sexual (Glos), e faz

parte do Programa Recife Sem Preconceito e Discriminação. (Recife lança [...], 2016, p. 13).

Dando continuidade a ações de combate à evasão escolar de alunos LGBTQIA+, dentro das escolas municipais do Recife, a Glos realiza projetos e campanhas de ação social como atendimento psicológico e jurídico, dando orientação nos processos de autoafirmação das identidades homossexuais, como a validação do nome social no diário *online*, a emissão de novas carteiras de identidade e a formação para o primeiro emprego, tudo feito com alicerce legal em normativas como o Lei Nº 30.306 de 17 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o reconhecimento e a inclusão do uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração pública direta e indireta (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2018, p. 3).

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta devem aceitar, incluir e usar o nome social das pessoas travestis e transexuais, servidores/as e/ou usuários/as, em todos os atos, procedimentos e registros municipais, relativos aos serviços públicos sob sua responsabilidade, como fichas de cadastro, formulários, prontuários e outros documentos congêneres.

§ 1º Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificados por sua comunidade e em seu meio social.

§ 2º A anotação do nome social das pessoas travestis e transexuais deverá ser registrada por escrito, prioritariamente, quando necessário, acompanhado do respectivo nome civil, entre parênteses.

§ 3º Os servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo prenome social indicado.

§ 4º O prenome anotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do prenome escolhido.

§ 5º Os documentos obrigatórios de identificação e de registro civil serão emitidos nos termos da legislação própria.

Art. 2º As pessoas travestis e transexuais deverão manifestar, por escrito, seu interesse na inclusão do nome social, mediante o preenchimento e assinatura de requerimento próprio, conforme modelo constante do Anexo I deste decreto.

§ 1º As pessoas travestis e transexuais poderão manifestar, verbalmente, seu interesse na inclusão do nome social, em situações sociais que dispensem a formalidade escrita.

§ 2º No caso de pessoa analfabeta, o servidor ou empregado público municipal que estiver realizando o atendimento certificará o fato, na presença de 2 (duas) testemunhas, mediante declaração, cujo modelo consta do Anexo II deste decreto.

Art. 3º Os órgãos da Administração direta e as entidades da Administração indireta capacitarão seus servidores e adequarão seus sistemas de cadastro para o cumprimento deste decreto.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, por meio da Gerência de Livre

Orientação Sexual, promover ampla divulgação deste decreto para esclarecimento sobre os direitos e deveres nele assegurados. (Lei Nº 30.306/2017).

Em 2018, em seu relatório de atividades, a mesma Gerência de Livre Orientação Sexual nos traz o projeto *Por uma Escola Livre, Aberta e Transformada*, que tem como objetivo proporcionar informações aos/as professores/as, alunos/as e comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino, sobre o respeito à diversidade sexual e suas expressões, bem como à identidade de gênero.

Durante o ano de 2018, 2.100 alunos (as) de 27 escolas da rede municipal de ensino, foram transformados (as) em agentes multiplicadores da diversidade, participando das Oficinas sobre Gênero e Diversidade Sexual. Com a implantação do Projeto já é possível observar alguns impactos na Rede de Ensino Municipal: (I) Ampliação da discussão acerca das relações de gênero e diversidade sexual nas Escolas; (II) Elevação do respeito e melhoria das relações sociais e desmistificação de preconceitos a respeito da homossexualidade, diversidade sexual e sexualidade; (III) Participação das comunidades escolas, (IV) Estímulo à promoção dos Direitos Humanos, a partir dos princípios da igualdade e da liberdade (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2019, p. 8).

O citado projeto traz em seu interior a missão de erradicar formas de exclusão e evasão de estudantes homoafetivos

O Projeto visa, em longo prazo, reduzir de forma significativa à evasão e exclusão de *Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais*, *Travestis* e *Transexuais* nas Escolas da Rede Municipal de Ensino. Ao mesmo tempo, acredita-se e espera-se que os resultados do Projeto e sua visibilidade garantam uma atualização do Plano Municipal de Educação de maneira que ele incorpore e destaque o respeito às diferenças na perspectiva de reduzir a evasão escolar de LGBT, principalmente do segmento trans, que apresenta taxas de evasão ainda maiores, o que limita as opções de vida destes indivíduos apartados dos estudos e do mercado de trabalho pelo preconceito. (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2018, p. 9).

Ainda em 2018, a Prefeitura do Recife implantou uma plataforma virtual para recebimento de denúncias de preconceito e discriminação, com base nas Leis Municipais Nº 16.780/2002 e Nº 17.025/2004. O objetivo da criação desse canal foi facilitar o processo e estimular a denúncia, bem como divulgar as leis municipais que colaboram para a construção de um Recife sem preconceito e discriminação. Diante disso, foi verificado que de forma significativa emergiram casos de evasão escolar provocados, segundo os reclamantes, por conta de uma homofobia silenciada, presente nas escolas de anos finais do Ensino

Fundamental, sendo citados ocorrências como, por exemplo, a negação de matrícula escolar a um transexual masculino, negando-lhe o direito à educação, conforme o relatório de dados da plataforma de denúncias contra a população LGBTQIA+, com dados referentes ao período de maio de 2018 a dezembro de 2019 (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2019, p. 10).

### 3.4 SEXUALIDADE E GÊNERO: AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E METODOLÓGICAS ENQUANTO REDE MUNICIPAL DE ENSINO NAS ESCOLAS DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O tema da educação sexual, conforme nos mostram os estudos de Louro (2002, p. 17), ainda é visto com um olhar de medo e incerteza, sendo tratado pela família e pela escola de forma comedida ou silenciada. Tomamos como referência teórica para esta subseção, a citada autora e a contribuição dos estudos de Butler (2003) acerca da presença das muitas identidades de gênero.

Iniciamos, trazendo o registro realizado recentemente, em 2022, por uma organização não governamental de caráter internacional, a Human Rights Watch (HWR), que realizou uma pesquisa denominada *Tenho medo*. Este era o objetivo da ação: combater esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. A citada pesquisa traz um relatório que analisa cerca de 217 projetos de lei apresentados e leis aprovadas no período de 2014 a 2022, com intenções de proibir o ensino e a divulgação de material pedagógico sobre gênero e sexualidade nas escolas. Sobre o cruzamento dos campos da sexualidade e do gênero no espaço escolar, frente a questões de ordem política, ressaltamos:

A educação sobre gênero e sexualidade é usada como ferramenta política e por políticos que querem se popularizar entre determinada parcela da população. O presidente Bolsonaro sempre explorou esse viés usando a desinformação e inventando problema que não existe, de que as crianças estariam sendo doutrinadas nas escolas com a chamada “ideologia de gênero” (Gomes, 2022, p. 24).

Levando em conta o contexto atual, salientamos que a sexualidade aqui é entendida como uma construção social, histórica e cultural. Nesse caso a escola, como pondera Louro (2007b, p. 32), é um espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo em sua dimensão, como campo de investigação e intervenção, no sentido de problematizar objetivos e práticas e, conjuntamente, caminhar buscando superar

limites e efetivar uma proposta de formação comprometida para com a temática (Louro, 2007b, p. 33).

Em conformidade com estudos de Louro (2007b, p. 11), apenas mais recentemente alguns estudiosos e estudiosas estão buscando um refinamento nas análises, acentuando algumas distinções que podem ser importantes. Ao longo de seus estudos, Jeffrey Weeks (1993, p. 6) afirma diversas vezes que a sexualidade tem a ver tanto com palavras, imagens, rituais e fantasias quanto com projeções do corpo. Compartilhando da posição de muitos outros estudiosos e estudiosas, ele fala da impossibilidade de se compreender a sexualidade observando apenas seus elementos “naturais, pois esses tais elementos só ganham sentido através de processos inconscientes e formas culturais (Weeks, 1993, p. 15).

Louro (2007b, p. 32), por sua vez, nos ajuda a perceber que, na produção do nosso registro de campo, muitas vezes o trabalho da sexualidade se mantém fixo no componente curricular de ciências, focando apenas nas ações biológicas do funcionamento do corpo humano. Assim, para ela, é notório que muitos docentes ainda não assumem compromisso com o trabalho didático-pedagógico quanto aos temas da sexualidade, sendo tais assuntos negligenciados dentro dos currículos escolares, como nos afirma também Bonfim (2009). Desse modo, tais autores afirmam que a sexualidade e o sexo, quando abordados na escola, de um modo geral, são reduzidos a questões ligadas à biologia e à reprodução. Esse reducionismo tem como consequência a manutenção de significados biologizantes, como a crença na existência de um “gênero original” que corresponde automaticamente ao sexo biológico (Louro, 2007b, p. 34).

Quanto às nossas discussões referentes ao gênero, apoiadas pelos estudos de Butler (2003), tomamos como premissa sua conceituação do gênero num contexto que enxerga a escola como um espaço cultural, produtor de diversas identidades. Tal autora afirma que a definição de gênero nos foi imposta como uma ação determinada pelo sentido biológico, presente na ideia de sexo, implicando, assim, na ação biológica como um destino, uma ação direcionada e fechada sem possibilidades de outras vertentes do gênero. Dessa forma, o sujeito nasceria homem ou mulher e suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente de acordo ao sexo com o qual nasceu.

A ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a

biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2003, p. 26).

No entanto, conforme Butler (2003), esse determinismo biológico serve como instrumento de desigualdade entre homens e mulheres nos diversos espaços de atuação da sociedade; sendo assim, a conceituação de gênero para ela nasce para consolidar que as diferenças sexuais não são apenas fixadoras das diferenças sociais entre os sujeitos (homens e mulheres), mas são submersas e destacadas por uma ação cultural que produz diferenças que são postas em xeque como uma ação natural (Butler, 2003, p. 26). A autora ainda pondera que essa conceituação do gênero como algo em construção também pode nos transportar a um determinismo que, mesmo não sendo biológico, será cultural (Butler, 2003, p. 35). Diante disso, parte dos estudos foucaultianos sobre a história da sexualidade e da prática de vigiar e punir (Foucault, 1988; 2013) considera tal categoria (gênero) como instrumento regulador, que se constrói no seu próprio campo de atuação. Em suas palavras: “Um sentido importante de regulação, então, é que as pessoas são reguladas pelo sexo e que este tipo de regulação funciona como condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa” (Butler, 2003, p. 52). Mais adiante, afirma:

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas, resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2003, p. 53).

Todavia, ela nota uma lacuna existente na conceituação do gênero. E isso é o que nos leva a uma ação radical, pelo fato de que estar/permanecer nessa lacuna gera a possibilidade de se tornar livre de qualquer forma coercitiva de uma identidade de gênero. Nesse caso, o gênero não necessita de um fator fixo de identidade para se construir, estando aberto a construções provisórias da identidade. “O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (Butler, 2003, p. 42), o que permite a ele múltiplas convergências e divergências “sem obediência a um *telos* normativo e definido” (Butler, 2003, p. 42).

Diante dos diversos embates instaurados pelo enfrentamento de ações reducionistas do gênero e da sexualidade no espaço escolar, a Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, juntamente com outros grupos de trabalho, como o GTES, e os diversos coletivos LGBTQIA+ ligados à sociedade civil, como os movimentos sociais da cidade e o movimento

gay Leões do Norte, o fórum LGBTQIA+ de Pernambuco e o Centro de Combate à Homofobia, luta por uma educação igualitária e inclusiva, promotora de direitos humanos como o direito à diferença.

A intolerância à diversidade sexual tem crescido em ritmo alarmante no Brasil, e se intensificou ainda mais desde a chegada da pandemia de Covid-19. É o que mostram os relatórios de indicadores criminais de Pernambuco, da Gerência de Análise Criminal e Estatística (GACE) da Secretaria de Defesa Social (SDS), cujas estatísticas que compreendem o período de janeiro de 2019 a julho de 2021 assustam ao revelar um forte aumento de casos de violência, violência doméstica, crimes de estupro e os Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CLVI), praticados contra a população LGBT. Os dados da SDS apontam que, durante o ano passado, 2.113 crimes foram cometidos contra pessoas LGBT, e que em 2021, até o mês de julho, já havia registro de 1.389 novos casos. Apenas nos três primeiros meses deste ano, foram registrados 604 crimes contra essa comunidade, sendo esse o pior trimestre desde 2018, considerando o mesmo período dos anos anteriores. Em 2020, por exemplo, Pernambuco foi o estado que mais registrou crimes contra o público LGBT dentre todos os estados brasileiros, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Educação [...], 2021, p. 12).

Nesse intento, sobre os registros da intolerância, vale destacar as ações descritas na *Segunda Conferência LGBTQIA+ da Cidade do Recife*, que teve como título “Por um Recife livre da pobreza e da discriminação; promovendo a cidadania LGBT”, e fixadas no relatório da Gerência de Livre Orientação Sexual (2021, p. 7), referentes ao direito à educação, visando promover valores de respeito à paz e de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

1. Garantir o acesso à educação sem discriminação de orientação sexual e identidade de gênero;
2. constituir a implementar um comitê municipal com representação tripartite para acompanhar as diretrizes escolares em relação à diversidade sexual;
3. Fortalecer e ampliar a atuação do GTOS (Grupo de trabalho e Orientação Sexual), em parceria com outras secretarias e gerências, principalmente a GLOS, ampliando seu quadro pessoal e dialogando com o Movimento LGBT, com vistas à construção de uma agenda sistemática;
4. Garantir a inclusão do temário da cidadania LGBT em todos os PPPs da rede municipal do Recife;
5. Realizar parcerias entre a Prefeitura do Recife e os movimentos sociais visando elaboração de projetos e pesquisas educacionais que objetivem a capacitação de profissionais da educação na questão LGBT e a produção de subsídios para a sua formação continuada;
6. Realizar curso de especialização gratuita para os professores(as) da rede municipal sobre "Diversidade Sexual na Educação", em parceria com as universidades;

7. Garantir a distribuição do material didático específico de livre orientação sexual e identidade de gênero para os (as) profissionais da rede municipal de ensino, a partir da educação infantil;
8. Apoiar entidades sociais através de projetos que desenvolvam ações culturais e educativas nas comunidades da baixa renda, especialmente os de inclusão social e qualificação profissional, e que respeitam a livre orientação sexual e de identidade de gênero;
9. Realizar uma campanha de esclarecimento quanto à laicidade do Estado e garantir que seus princípios sejam respeitados nas escolas e nos demais espaços públicos municipais;
10. Garantir que todos os instrumentos educativos e diretrizes aqui propostas incluam na sua estrutura e desdobramento as questões relativas à acessibilidade para pessoas com deficiência;
11. Estimular a produção literária e as demais expressões culturais nas escolas da rede pelo fim da homofobia, lesbofobia, transfobia e pela consolidação do Estado laico, premiando as escolas e os/as estudantes que participarem;
12. Articular junto ao poder legislativo uma lei municipal que garanta a laicidade nos espaços públicos, principalmente nas escolas.
13. Realizar campanha itinerante de sensibilização dentro das escolas sobre diversidade sexual e de gênero através de produção de comunicação (*banner*, panfleto, cartazes, cartilhas) (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2021, p. 8).

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 ABORDAGEM QUALITATIVA E ANÁLISE DOCUMENTAL

Este estudo foi de cunho qualitativo por entender sentimentos, ideias, angústias e demais questões referentes ao trato pedagógico, a partir da formação continuada na Rede Municipal de Ensino do Recife, buscando escolher técnicas de pesquisa que garantissem uma coleta de dados com rigor acadêmico-científico necessário para a abordagem em tela.

Assim, a pesquisa qualitativa:

[...] não se apresenta como uma proposta rigorosamente estruturada, permitindo que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques [...]. Os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (Tuzzo; Braga, 2016, p. 142).

A pesquisa de natureza qualitativa, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), mostra-nos o caminho para a intervenção, o método e as técnicas a serem utilizadas. Um fundamento da pesquisa do tipo qualitativo é a busca por compreender o significado que os acontecimentos têm para pessoas comuns, em situações particulares, enfatizando-se a importância da interação simbólica e da cultura para a compreensão do todo (Bogdan; Biklen, 1994, p. 335). O conceito acima se alinhou ao caráter social da comunidade escolar em que se realizou este estudo, pois nos apontou valores, crenças, hábitos e opiniões, sendo úteis para compreender o contexto (Turato, 2005, p. 21).

Assim, dentro das reflexões acerca de nosso estudo como percurso metodológico num contexto qualitativo, destacamos que a pesquisa qualitativa é:

[...] aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados (Creswell, 2007, p. 35).

Desse modo, como colocado acima, consideramos que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, permitindo o intercâmbio com outros métodos. Nesse sentido a pesquisa documental representou um desses outros métodos que utilizamos. Além disso, os documentos foram considerados fontes de dados para estudos qualitativos, merecendo, portanto, nossa atenção. Contudo, não nos esqueçamos de que o trabalho de pesquisa envolveu o contato direto do pesquisador com um grupo de pessoas que foi estudado, haja vista que, em nosso caso, esse coletivo de sujeitos estudados se refere ao corpo docente da escola campo de estudo, a João XXIII.

A palavra documentos foi entendida aqui de forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, fragmentos de atas dos conselhos de classe, fichas de acompanhamento do plantão pedagógico e relatórios de aprendizagem escolar), que produziram registros que contribuíram com essa pesquisa por se coadunarem e reafirmarem eventos que ocorreram na história da educação municipal do Recife, quanto a aspectos ligados às sexualidades e à diversidade sexual na escola. Tais documentos são primários quando “produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou ‘secundários’, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência” (Godoy, 1995, p. 21-22).

Segundo Ludke e André (1986), o uso da análise documental é apropriada quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, o que foi o nosso caso, através do grupo de docentes da escola em tela; ou quando há problemas de acesso aos dados, ou ainda, quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta, como, por exemplo, a entrevista, o questionário ou a observação. Portanto, a pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, coletados com o propósito de obter informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com bancos de dados que são considerados heterogêneos (Ludke; André, 1986, p. 35).

#### **4.1.1 Diário etnográfico e Análise de Discurso**

Devido ao caráter qualitativo desta pesquisa, utilizamos o diário etnográfico, a pesquisa documental e a Análise de Discurso para evidenciarmos, de forma mais detalhada,

nossa coleta de dados. O uso do diário etnográfico atende à concepção das autoras Ludke e André (1986, p. 34), que o definem como um recurso utilizado para examinar discursos e interpretar sentidos, pois através dele se busca compreender os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao seu contexto, à sua cultura. Assim, a descrição etnográfica se utiliza de técnicas voltadas para a descrição densa do contexto estudado.

Diante disso, o método etnográfico correspondeu aos primeiros estágios da pesquisa de campo: observação (direta, indireta, participante) e descrição do trabalho de campo através das anotações do pesquisador na Escola João XXIII. Como está associada ao estudo de grupos humanos, suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças, a etnografia foi relevante no processo de compreensão do espaço escolar (Angrosino, 2008, p. 30).

Ainda é válido ressaltar que esse contexto etnográfico veio juntamente com a pesquisa qualitativa, como já mencionado, haja vista que, ao olharmos para determinados temas com objetivos qualitativos, a etnografia apresentou-se como uma base metodológica para a pesquisa, bem como uma estratégia adequada aos propósitos pretendidos de um estudo que se referiu ao trato pedagógico dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental, na escola em tela, no que tange ao tema da diversidade sexual. Na área da educação, os estudos etnográficos têm sido importantes, com a abordagem socioantropológica dando voz e ouvidos aos sujeitos envolvidos, possibilitando reflexões e ações nas práticas e políticas educacionais que envolvem os sujeitos (Mattos; Castro, 2011, p. 17-20).

Sobre isso, concordamos com André (1995, p. 19), quando afirma que “a principal preocupação da etnografia é com o significado que possuem as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados”, na tentativa de descrever sua cultura e compreender seus significados, tornando-se, assim, fonte preciosa de interpretações.

Por sua vez, a Análise de Discurso foi utilizada nesta dissertação a partir do trabalho da autora Eni Orlandi (2009; 2020). Nessa perspectiva, ressalta-se, que a subjetividade foi relacionada ao silêncio, entrelaçando-se com o dito e o não dito. Nesse percurso, outros autores como José Ribamar Lopes (2020) e Francilane Lima de Souza (2020) também foram usados no sentido de apontarem aspectos significativos quanto ao processo de Análise de Discurso, destacando que, nessa prática metodológica, a fala não é uma mera mensagem a ser decodificada ou decifrada, ao contrário, ela é efeito de sentido ligado à subjetividade do sujeito, sendo produzido em contextos histórico-sociais e próximo do objeto a ser pesquisado.

Na Análise do Discurso, a subjetividade também é vista da exterioridade, é uma construção histórica sob determinadas condições, e se dá na relação com o discurso. Discorrer sobre a subjetividade, assim como sobre o sujeito e a identidade, não significa entrar na interioridade do sujeito, requer apreendê-lo pela exterioridade. Não se trata de uma relação do sujeito consigo mesmo pela ótica da interioridade, pois ele se constitui sob determinadas condições de produção, é construído na relação da/com a exterioridade (Orlandi, 1993, p. 52).

Assim, analisar o discurso foi interpretar os sujeitos e suas falas, tendo a produção de sentidos como parte de suas identidades, quanto às suas atividades sociais no campo escolar. Acerca do discurso, Orlandi (1999, p. 15) nos aponta que essa palavra, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr e de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando, e isso remete à memória das narrativas, seu lugar, sua historicidade. No entanto, o lugar histórico e social em que sujeitos LGBTQIA+ se encontram traz consigo contextos que promovem a produção de um desejo de serem incluídos no espaço escolar, especificamente no que concerne às suas identidades homoafetivas.

O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico. Trata-se de alguma coisa mais forte que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua, que vai se historicizando [...] marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (Orlandi, 1999, p. 32).

É possível perceber que os discursos precedem aos sujeitos e às subjetividades e que estas últimas são corporificadas em ideologias que garantem os primeiros. No entanto, autores como Fischer (2003) nos chamam a atenção para atentarmos para os efeitos dessas práticas que tanto podem se exercer a partir daquilo que é “[...] propriamente discursivo (linguagem, discurso, enunciado), como também podem ser observadas em práticas institucionais – exercícios, rituais, definição de lugares e posições, distribuição espacial dos sujeitos etc. – práticas que jamais ‘vivem’ isoladamente [...]” (Fischer, 2003, p. 387). Quanto a esse aspecto, foi interessante, nessa perspectiva, observar discursos produzidos nas relações de saber/poder no cotidiano dos professores da Escola João XXIII, de forma a analisar e avaliar suas subjetividades no trato da temática da diversidade sexual, tanto na escola quanto fora dela.

#### **4.1.2 Campo empírico: a Escola João XXIII, quanto a seu corpo gestor, comunidade escolar e seus docentes na atualidade**

A Escola Municipal João XXIII está localizada na Estrada do Caiara, 350, no bairro da Iputinga a capital pernambucana, na Região Metropolitana do Recife. A unidade faz parte da RPA 4 e atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Atualmente a escola conta com cerca de quase 500 alunos pertencentes às comunidades do Caiara, Detran, Córrego do Abacaxi, Alto da Foice, Avilã e comunidades do movimento sem teto, além de jovens adolescentes em lares temporários, amparados pela Justiça.

O referido campo de pesquisa contém histórias de diversos sujeitos que passaram por esse local de formação e trazem consigo a importância da escola para a construção de suas identidades, num contexto de dignidade humana e profissionalização. Em seu interior, ela conta com 10 salas de aula e outros espaços de acomodação de seus integrantes, como sala dos professores, coordenação, direção, pátio para culminância de projetos, sala de tecnologia e outras atividades. Funciona no horário diurno, no qual são distribuídas turmas de Ensino Fundamental e de correção de fluxo.

Quanto à gestão escolar e ao corpo docente, a unidade conta apenas com um gestor e um vice-gestor, que visam atender às demandas da comunidade escolar, através do diálogo, buscando conscientizar os professores e os funcionários da importância da escuta, referente às experiências que nossos estudantes trazem de suas relações fora do espaço escolar. O corpo docente conta com profissionais da educação como pedagogos e licenciados, com pós-graduação de diferentes níveis. A escola possui projetos institucionalizados pela Rede de Ensino, com o objetivo de realizar uma aprendizagem significativa, a partir da elaboração de projetos inter e transdisciplinares ligados a temas do cotidiano dos estudantes. É com esse grupo de gestores e docentes e com esses projetos institucionalizados, incluindo nesse processo o PPP da escola e seu plano de ação pedagógica, que se trabalhou nesta pesquisa, na perspectiva de realização de um estudo qualitativo, com realização do diário etnográfico e da pesquisa documental, esta última feita a partir da Análise de Discurso, como já explicitado.

#### **4.1.3 Cronograma de atividades**

Nosso cronograma de atividades foi construído sob a luz dos registros de nosso diário de campo, feito a partir de nossas observações na escola e de nossa análise documental, o que nos deu direção para traçar as etapas metodológicas. Para haver um melhor entendimento da

descrição das etapas fixadas e desenvolvidas desde o início, dividimo-las em dois momentos. No primeiro, fizemos o registro do item da realização das atividades, onde destacamos as diversas práticas de cunho pedagógico e administrativo no momento de exercício delas. O outro momento foi o da descrição das etapas, subdivididas em três momentos: sendo o primeiro o de realizar a análise das fontes; o segundo, a análise da política de ensino/educação em sexualidade com foco na participação nos conselhos pedagógicos, elencando os alunos LGBTQIA+, verificando o nível de evasão escolar deles junto com a revisão do Projeto Político-Pedagógico da Escola João XXIII. Por fim, o terceiro e último momento foi o da análise documental educacional: atas dos conselhos pedagógicos, registros de acompanhamento dos plantões pedagógicos, leis municipais; políticas de formação continuada e planos e projetos de ação pedagógica até a entrega deste produto final.

#### 4.2 DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Nesse processo de realização das atividades descritas em nosso cronograma, foram necessários diversos ajustes/adequações, devido ao processo de requalificação/reforma pelo qual a escola campo de estudo tem passado, desde o início da produção escrita deste trabalho, até os diversos momentos de observação dentro do campo. Vale salientar que a unidade escolar onde se realizou a pesquisa está incluída no programa de requalificação da Prefeitura da Cidade do Recife, denominado de *Escola no grau*.

O referido programa foi lançado em 30 de junho de 2022, tendo como proposta a ampliação, requalificação e construção de novas unidades escolares, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Vale salientar que o programa só foi divulgado meses depois do início das obras da escola campo de estudo. No entanto, em meio aos muitos fatores de ordem física e estrutural, a unidade escolar passou a realizar rodízios de turmas e de professores, aderindo, assim, às práticas metodológicas de ensino remoto e híbrido.

Em meio a essa quebra da rotina escolar de ensino presencial dos estudantes, muitos pais e responsáveis acabaram por optar pela transferência de seus filhos para outras unidades das redes municipal e estadual. Esse comportamento é justificado por parte dos familiares devido à lacuna existente no processo de aprendizagem dos estudantes que passaram por um processo pandêmico no período de 2020 a 2021, período no qual o ensino foi oferecido de modo totalmente *online* e remoto, com apenas o envio de atividades em grupos de WathasApp e uso de recursos como Google Sala de Aula, canais educativos no YouTube da Prefeitura da

Cidade do Recife (Educarecife)<sup>8</sup> e criação da escola municipal para aulas digitais, a chamada Emad<sup>9</sup>.

A falta de formação docente de professores para lidar com questões de homossexualidade estimulou, nesse processo, o não uso de práticas inclusivas que viabilizassem o acolhimento de estudantes LGBTQIA+. Atualmente a Escola João XXIII, está sob o formato de aulas híbridas devido ao rodízio de turmas e salas disponíveis nesse movimento de requalificação, contexto em que toda ação pedagógica inclusiva, para trazer esses estudantes de volta ao cotidiano escolar, tem sido feita através dos muitos documentos encaminhados a órgãos como Conselho Tutelar, utilização de projetos pedagógicos transdisciplinares e apoio em projetos de combate à evasão escolar, como o Busca Ativa, que já mencionamos. Na próxima seção, registraremos e detalharemos os resultados e a proposta de superação desse quadro de evasão de discentes LGBTQIA+.

---

<sup>8</sup> É um programa que tem como objetivo implementar o ensino híbrido na Rede Municipal do Recife.

<sup>9</sup> A Escola Municipal para Aulas Digitais (Emad) foi criada com o desafio de oferecer aulas inovadoras para todos os estudantes e é formada por uma equipe gestora e por mais de 40 professores.

## **5 ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS COM PROPOSTA SUGESTIVA PARA O COMBATE À EVASÃO DE SEGMENTOS LGBTQIA+ NA ESCOLA JOÃO XXIII**

### **5.1 A ANÁLISE DAS FONTES**

Como falado anteriormente, cada etapa do nosso cronograma de atividades foi pensada para uma melhor adequação metodológica no que tange à fidelidade de nossos objetivos, aqui já descritos e adequados à realidade atual da escola campo de estudo. No entanto, vale salientar que o cumprimento das aulas obrigatórias do referido programa deste Mestrado Profissional em Educação Básica e as muitas discussões, trocas de experiência e diversos relatos de colegas em sala serviram como forma de aprofundamento teórico-metodológico para que pudéssemos nos atentar às minúcias de nossa realidade.

Assim, cursar as disciplinas e o conhecimento produzido até o momento de escolha da análise das fontes trouxeram consigo o reconhecimento e a valorização de estratégias que se alinham à realidade existente de nosso público-alvo, ocasionando uma satisfatória coleta de dados. Buscando entrelaçar a questão da diversidade sexual à evasão escolar de estudantes LGBTQIA+ na escola em tela, pudemos perceber as muitas formas de silenciamento demonstradas por comportamentos de repressão à homossexualidade, através de gestos e olhares de negação, advindos de um ambiente hostil, permeado pela negação dessas identidades no espaço escolar.

Diante disso, na sequência, destacamos os discursos e registros fixados em nosso diário de campo, examinados a partir da ótica da Análise de Discurso de Orlandi (2009; 2020). Sobre as entrevistas e o material colhido, cabe colocar que examinamos documentos escolares. Como tais textos contêm os nomes dos sujeitos observados, iremos utilizar nas suas identificações as seguintes siglas: PAF (correspondente a professor de anos finais), pondo seu componente de atuação, e GEAF (referente a gestor escolar dos anos finais). Contamos para as entrevistas com a presença de trinta (30) profissionais, assim divididos: cinco (5) gestores escolares atuantes nas modalidades anos iniciais/finais; dezessete (17) professores; uma (1) mediadora de leitura, cinco (5) monitores do projeto socioemocional na escola e duas (2) técnicas da gerência regional sudoeste/oeste que acompanham nossa escola-campo no cumprimento de suas metas e objetivos, quanto ao processo de aprendizagem de nossos estudantes. As fontes documentais serão categorizadas e analisadas pelos registros do diário de campo, feitos desde meu ingresso na Rede Municipal de Ensino do Recife, posto que já vinha acompanhando experiências quanto ao estudo de autores nos campos da diversidade

sexual, sexualidade, gênero e educação, entre eles, Louro (2004; 2007), devido à minha participação no grupo de pesquisa Diversità da Universidade de Pernambuco (UPE), sob coordenação da professora Nádia Patrícia Novena.

Assim sendo, com os códigos dos registros de campo elencados, segue-se uma numeração que indica o quantitativo de sujeitos presentes nos encontros de formação continuada na escola, conselhos de classe e plantões pedagógicos, essenciais para nosso momento de registro e análise dos dados presenciados nessa caminhada profissional e acadêmica como docente e pesquisador da educação pública da cidade do Recife. Nesses registros, evidenciamos os contextos aqui já citados quanto à evasão escolar, formação continuada e ações pedagógicas e metodológicas de ordem excludente, segregadora até; além das ações inclusivas fixadas no projeto político-pedagógico, em projetos pedagógicos e no plano de ação pedagógica que valorizam a diversidade sexual e as diversas identidades nos espaços escolares, tornando a escola um ambiente plural e acolhedor aos estudantes LGBTQIA+.

## 5.2 DO MOMENTO DE INGRESSO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE: DISCURSOS EXCLUDENTES/SEGREGADORES

GEAF1 - Sei que seu nome de batismo é XXXXXX, não posso lhe chamar pelo nome que você deseja, está no documento, eu gestora YYYYYYY recebi essa pessoa, esse professor(a), o documento veio nesse nome e não no nome que você quer que eu e os demais colegas chame.

Primeiramente, trazemos à tona a fala acima de uma ex-gestora de anos finais do Ensino Fundamental da Escola João XXIII da Rede Municipal de Ensino do Recife, para destacar que esse momento ocorreu no recebimento de um docente, lotado na unidade onde a citada docente foi gestora por mais de dez anos. Vale aqui ressaltar que a referida era ordenada pastora de uma comunidade evangélica, localizada próximo da comunidade escolar, e se via como fundadora daquele ambiente formal de educação escolar, estendendo ao espaço escolar seus conceitos, estereótipos e comportamentos de cunho pessoal e moral, permeados por um contexto religioso e biológico frente à homossexualidade. Não iremos adentrar no contexto religioso, mas é preciso evidenciar que discursos advindos desse campo e do biológico se fazem presentes no cotidiano escolar, contribuindo, assim, para uma discriminação da identidade homossexual de forma tanto explícita quanto velada, discreta e

silenciosa, como evidenciamos nos discursos abaixo, colhidos de docentes do espaço educacional em tela, na época em que a pastora era a gestora.

PAF1- Cheguei na escola com uma camisa da bandeira do movimento homossexual. Fui informado pela gestão da escola não posso vir trabalhar com ela para não influenciar e dar forças a estudantes homoafetivos e que a gestora, é pastora de uma comunidade próxima e referência na comunidade escolar, pelo trabalho pastoral que faz. (prof. de anos finais – componente curricular de história).

GEAF2 - Infelizmente, por mais que saibamos que existe todo um discurso, um movimento contra a discriminação da sexualidade e dos *gays*, aquilo que não está dentro do normal, em muitas escolas da rede municipal de ensino, é determinado pelo gestor, devido a sua crença religiosa. A escola daqui de baixo, descendo a ladeira, a gestora é missionária, e ela acha que a escola é um campo de missões para evangelizar. A comunidade automaticamente (alunos) se normatizam, vemos muitas exclusões na postura, na fala, mas o silêncio toma conta, ninguém quer se indispor. Chegamos nas escolas e encontramos esse sistema cultural de invisibilidade quanto a temáticas transversais em foco (gênero, sexualidade e homossexualidade).

Louro (2007, p. 115) nos lembra que historicamente a escola é vista como uma instituição normativa, comprometida em manter a ordem social de uma hegemonia vigente: a heteronormatividade. Pesquisadores como Borrillo (2010, p. 24), em seus escritos sobre homofobia no espaço escolar, menciona que a heterossexualidade é vista como algo “natural”, “normal” e “universal” e que outras formas de sexualidade são tidas como desviantes da norma padrão existente e uma afronta à moral e aos bons costumes.

PAF15- Não iremos dar conta dessas questões sociais, me sinto desanimada porque temos que cumprir o conteúdo estabelecido pela rede. Trato todos eles por igual! E esses assuntos de sexo, sexualidade na minha aula é vetado! Eles fazem muita confusão, conversinhas, risos escondidos... Preciso cumprir o conteúdo e não falar é manter o domínio de sala. (prof. anos finais – componente curricular de língua portuguesa).

PAF12 – Evitamos falar sobre temas da diversidade aqui na escola. Já se foi visto que a gestora tem um comportamento regulador que acha que fazendo cara feia, ficando com raiva pode no mínimo manter a ordem da escola e que também para ela não se tem importância de se falar sobre diversidade, e que só existe masculino e feminino, outra coisa que esteja divergindo é “gambiarra” e não é nem diversidade sexual é diversidade! (prof. anos finais – componente curricular de matemática).

PAF7 – Eu digo logo! Pra mim só existe macho e fêmea, tudo aquilo que for diferente do natural pra mim é anormal, é “gambiarra”, conversa encerrada na sala de aula e não se fala nisso, eu corto logo o assunto e vou dar minha aula, cumprir meu planejamento e pronto. (prof. anos finais – componente curricular de inglês).

É sabido que, com o passar dos anos, toda essa discussão sobre a homossexualidade, nos campos religioso e biológico, foi dada como equivocada diante de várias pesquisas e estudos sobre diversidade sexual, gênero e sexualidades, originadas de pesquisadores, instituições de pesquisas educacionais e movimentos sociais no Brasil. Em Recife, destacamos o papel do movimento *gay* Leões do Norte, com suas campanhas de enfrentamento à homofobia nos diversos espaços da cidade.

O conceito de “gambiarra”, citado nos recortes de fala acima, traz como sentido algo ilegal, fora da norma. Vale reiterar, a partir da Análise de Discurso, que a ideologia da exclusão de pessoas LGBTQIA+ atravessa tal sentido. Para Orlandi (2009, p. 24), a presença de comportamentos normatizadores é indicada muitas vezes pelo silêncio. No caso de alguns entrevistados acima, notamos esse silêncio frente a temáticas ligadas à diversidade sexual.

O silêncio, ainda de acordo com Orlandi (2007, p. 36-37), é visto como fator essencial, como a própria condição do significar, pois há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido. Em conformidade com seu pensamento (Orlandi, 2007, p. 38), entendemos que existe um campo silenciador dentro dos espaços escolares, produzindo discursos e comportamentos excludentes através de gestos, olhares e códigos ao redor de pessoas LGBTQIA+.

### 5.3 DA REALIZAÇÃO DOS CONSELHOS PEDAGÓGICOS AO ENCAMINHAMENTO PARA TURMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO DO TRAVESSIA

Como prática pedagógica, na realização dos nossos III e IV Conselhos Pedagógicos na Escola João XXIII, nos anos de 2021 e 2022, foram sinalizados os alunos que estavam com distorção entre idade e série para serem encaminhados ao Programa de Correção de Fluxo “Travessia”<sup>10</sup>, bem como aqueles que apresentavam um número elevado de ausências do espaço escolar. Vale aqui dizer que muitos desses estudantes são homossexuais ou estão em processo de reconhecimento/afirmação de suas identidades, a partir de suas vivências culturais.

---

<sup>10</sup> O Projeto Travessia, lançado em 2007, foi adotado como uma política pública voltada para o campo educacional. A proposta do projeto era a de utilizar a metodologia do extinto Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho, visando reduzir a distorção entre idade e série dos estudantes do Ensino Médio. A partir de 2010, o referido programa passou a atender estudantes do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, ou seja, na modalidade anos finais.

PAF22 - Bota aquele aluno no Travessia, tá fora de faixa! Ele dá muito trabalho! Sem contar que quando vem pra escola, vem com aquelas unhas em gel enormes pra ficar chamando atenção. (prof. anos finais – componente curricular de matemática).

PAF18 - Acredito que esse aluno em específico destoa da turma; ele é muito diferente e não se adéqua às normas da sala, da escola. Acho que é melhor, ano que vem, botar ele no Travessia mesmo, assim em um ano ele sai mais rápido da escola, nem sinto a falta dele. (prof. anos finais – componentes curriculares de geografia e história).

PAF15 - Essa turma é cheia de problemas. Eles não querem nada, não prestam atenção, são conversas absurdas que eles trazem de casa quanto à homossexualidade, como se fosse algo “normal”. Vejo que muitos ainda não têm a compreensão do peso da vida, das responsabilidades, do futuro deles. Aquela aluna Z, do 7º ano C, tem umas conversas que é bissexual, que namora com aluna D, só vejo ela com risos e cartinhas para outras alunas. Isso logo depois de ouvir conversas em sala que ela já tinha beijado outras alunas. Não acho isso saudável. Acredito que ela também, deva ser remanejada para o Travessia ano que vem (prof. anos finais – componente curricular de língua portuguesa).

Em observação a esse remanejamento de alunos para o Programa de Correção de Fluxo Travessia, são destacadas falas acerca do comportamento de discentes dos anos finais, considerados não normais. Tais comportamentos, por sua vez, envolvem questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, expondo ideologias de preconceito e estigma correspondentes ao que não está dentro da heteronormatividade. Cabe ainda dizer que esse remanejamento acaba por mudar a rotina dos estudantes, separando-os dos demais colegas da sala de aula regular. Nesse aspecto, a lógica advinda desse afastamento, por meio do Travessia, é pensada no sentido de que apartar tais alunos pode gerar uma mudança comportamental, ou seja, longe daqueles que partilham da mesma identidade estigmatizante, desestruturam-se grupos (Oliveira, 2007). Isso prejudica o discente, como mencionado na ficha de registro de acompanhamento/encaminhamento pedagógico de estudantes para o ano letivo de 2023.

PAF9 – Acredito que a vinda de alguns alunos do turno da tarde para o Travessia no turno da manhã não foi legal. Acredito que isso foi uma punição. Sabemos que a ideia de encaminhar para o programa é uma forma dele sair mais rápido da escola, porque ele conclui os anos finais em um ano, independente do ano que ele esteja, basta ter idade. Mas esses adolescentes, eles têm histórias de vidas sofridas. Após a pandemia, muitos tiveram até que trabalhar para ajudar em casa a botar comida na mesa e chegar na escola, estarem longe de seus amigos e grupos e estar deslocados, eles ficam calados no canto, não interagem em sala. (prof. anos finais – pedagoga docente da turma de correção de fluxo).

Assim, essa mudança de sala e de turma surge como um instrumento coercitivo, instaurado nos espaços escolares, expondo ações excludentes e segregadoras, apoiadas em ideologias cautelosas e sutis de estigmatização (Oliveira, 2007), que incentivam a evasão escolar. No contexto da Análise de Discurso, Orlandi (2009, p. 49) sublinha que o sujeito é algo inacabado, sempre em constante processo de reconstrução, e é também heterogêneo, devido ao fato de os discursos produzidos estarem atravessados por outras vozes, considerando, assim, um ser social que se constrói a partir das interações com outras pessoas. Quanto a tal aspecto, pelo que foi observado, o remanejamento de discentes acaba afetando as interações sociais de um leque de alunos, entre eles, os LGBTQIA+, sendo um procedimento realizado como forma de deslocá-los/forçá-los a se adequar aos padrões de comportamento estabelecidos.

PAF6 – Ano que vem, acredito que aquele grupinho do 8º ano C deve ser separado, até pro bem deles mesmo. Eles não percebem que esse comportamento deles de ficar o tempo todo falando e falando, gesticulando safadeza, umas coisa feia. Eles contaminam a turma que tem alunos comportados e realizam as atividades tudo direitinho, tudo certinho. (prof. anos finais – componentes curriculares de geografia e história).

PAF10 – Eu e a outra professora de português, tivemos uma conversa com eles na volta do semestre, dizendo que os nomes deles estavam em observação para irem para o Travessia no ano que vem (2023). Já percebemos que eles têm demandas pessoais que o ensino regular não ajuda, não contribui em sua formação e em seu processo de aprendizagem. Eles não entendem nada do que a gente fala na aula. É melhor irem para o Travessia; lá ao menos as coisas vão ser mais fáceis pra eles e a turma poderá ter um rendimento melhor. Eles dão muito trabalho em sala de aula. (prof. anos finais – componente curricular eletivo de introdução às leis trabalhistas – ILT).

O uso da expressão “contaminar” é posta de forma frequente na fala dos professores, em referência ao contexto de remanejamento de alunos de outras turmas, que, segundo eles, causam “problemas”. A palavra vem carregada, entre outros sentidos, do da homossexualidade como um estigma (Oliveira, 2007), ou seja, como um desvio da norma heteronormativa (Louro, 2007b, p. 35).

Orlandi (2009), na obra *As formas do silêncio*, destaca que a gestualidade e a relação com o corpo estão orientadas pela fala, de modo que, quando alguém se pega em silêncio, outras produções de sentido reorganizam-se. A autora cita significados do silêncio, entre eles os das emoções, da revolta, da disciplina, do exercício do poder e da resistência, o que nos leva a crer na existência desses sentimentos presentes nos discursos acima transcritos (Orlandi,

2009, p. 15). Diante disso, podemos, através da Análise do Discurso, identificar o quanto se fazem presentes, em nosso âmbito escolar, facetas do silêncio, atuantes de forma sutil (às vezes nem tanto), nos registros de atas dos conselhos pedagógicos e registros de acompanhamento pedagógico para a formação das turmas de correção de fluxo.

#### 5.4 ANÁLISES DA POLÍTICA RECIFENSE DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DE REGISTROS DO DIÁRIO DE CAMPO

A Proposta Curricular da Rede Municipal do Recife (2014; 2015; 2021) traz consigo ações metodológicas que dão direcionamento ao processo escolar no sentido de assegurar, de forma igualitária, o direito à educação. O referido documento, da política curricular de ensino do Recife, do ano de 2014, teve seus primeiros vestígios de aparição em 2010, como uma política curricular baseada em ciclos de aprendizagem, feita com o objetivo de desenvolver competências e habilidades dos estudantes. Porém, apenas no ano de 2014, com sua publicação, tal documento fez um histórico da construção do processo de formação continuada, elencando como focos a mediação e a dialogicidade na aprendizagem entre docentes e discentes, promovendo, assim, a necessidade de se aproximar das comunidades escolares, levando em consideração seu aspecto sociocultural. Desse modo, ele faz um levantamento da trajetória da Rede Municipal, com recortes de marcos importantes dos momentos de luta da categoria docente no intuito de compreensão do passado e do presente, sinalizando metas futuras, alinhadas aos princípios da educação (Secretaria de Educação do Recife, 2021, p. 19).

No entanto, em concordância com a fala da Secretaria de Educação do Recife, sobre os cadernos da política de ensino da Rede Municipal, enquanto servidor e pesquisador de temas ligados à diversidade sexual e às pedagogias da sexualidade, posso afirmar que de fato o referido documento sinalizou avanços com suas discussões em momentos de formação continuada, seminários e exposições referentes à diversidade, a partir das orientações metodológicas para se trabalhar gênero, sexo, sexualidades e diversidade sexual na escola, isso feito mediante estudo de obras como as de Louro (2007a; 2007b; 2015; 2020), por exemplo, que acenam para uma discussão inclusiva sobre as pedagogias da sexualidade, práticas pedagógicas e formação de professores, frente à diversidade.

Assim, ao analisarmos o caderno do ano de 2014, intitulado *Fundamentos teórico-metodológicos*, verificamos, a partir da página 65, o item: “Orientação sexual na escola;

desejos, comportamentos e identidades sexuais”, abrindo essa discussão como um conhecimento necessário a ser debatido nos momentos de formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino. A professora da UPE Nádia Patrícia Novena foi colaboradora do processo de construção do citado caderno e da formação do GTOS.

De acordo com a Secretaria de Educação do Recife (2014, p. 66), ao observar toda a crescente evolução sobre a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas, iniciou o processo de composição de equipe para o futuro GTOS, tendo como ponto de partida as demandas vindas das comunidades escolares, relatadas por professores em momentos de formação e em situações do cotidiano escolar.

Incluir na política de ensino da cidade do Recife uma fundamentação teórica para a aplicação de práticas pedagógicas a respeito da educação sexual traduz o entendimento do quanto é importante uma atenção especial a esta temática. Nesta proposta, a sexualidade é considerada um dos temas mais inquietantes do universo escolar e é concebida, não somente a partir da dimensão do sexo com caráter puramente biológico, fisiológico e anatômico, mas também a partir de sua dinâmica social e cultural. Isso porque, em função dessas dinâmicas se instalam constantemente sentidos, valores, normas, interditos e permissões, fazendo-se necessário que se considere a sexualidade como um todo, ou seja, como um fenômeno global que envolve a nossa existência, capturando e produzindo diferentes subjetividades que dão sentidos inesperados e ignorados a gestos, palavras, afetos e atividades sociais (Novena, 2004, p. 17).

Frente a esses registros do caderno de 2014 e sua repercussão, um ano depois, temos a publicação de um novo caderno da política de ensino da Secretaria de Educação do Recife (2015). O referido documento vem com uma ampliação quanto a essa discussão dos campos do gênero, sexo e sexualidades, fomentando agora discursos referentes ao direito à diferença, com objetivos de aprendizagem dentro de dois eixos: relações e justiça de gênero; corpo e diversidade sexual, dando, assim, um melhor alicerce aos docentes da rede para trabalharem tais temáticas em foco, incluindo-as dentro de suas metodologias em suas aulas, com diversos textos, contextualizando experiências, focando a diferença e a diversidade (Secretaria de Educação do Recife, 2018, p. 67).

Após toda essa militância de professores envolvidos com uma ação inclusiva quanto às pedagogias da sexualidade (Louro, 1999), foram aparecendo diversos relatos de docentes, em suas participações nos encontros formativos, de teor positivo quanto ao respeito e ao direito à diferença sexual. Estas falas compuseram nosso diário de campo de forma significativa para a nossa escrita.

PAF22 - A diferença está em como lidamos com isso que a vida nos apresenta. Em muitos casos, a pessoa, por se ver diferente do “padrão social”, pode ter problemas em se relacionar com outras pessoas. Em outra situação, essa pessoa pode tentar camuflar sua sexualidade. Para outras pessoas, isso pode não ser um grande problema (prof. anos finais – componentes curriculares de artes e língua portuguesa).

PAF15 - Seja qual for a maneira como uma pessoa viva sua sexualidade, um questionamento precisa ser feito: “o que eu tenho a ver com isso?” A questão da diversidade sexual atinge diretamente a todos(as). Muitas pessoas do nosso convívio direto são *gays*, lésbicas. (Prof. anos finais – componente curricular de artes).

GEAF3 - Bissexuais, travestis, transexuais, mas em boa parte das vezes sequer imaginamos isso. Um(a) colega de classe, um(a) professora, um(a) vizinho(a), um(a) primo(a), um irmão ou irmã, tio ou tia, amigo(a). Também precisamos derrubar o mito de que alguém pode “virar” *gay* ou lésbica por se relacionar com essas pessoas.

Ao observarmos as falas acima, podemos identificar, por meio da presença de um discurso referente ao direito à diferença, uma ideologia de respeito à diversidade sexual que leva em consideração as vivências de estudantes em seu ambiente sociocultural. Conforme a Secretaria de Educação do Recife (2021, p. 16), nos anos de 2017 e 2018, tivemos a primeira edição do caderno da política de ensino do Recife, destacando que a revisitação das matrizes curriculares, além de atender ao caráter normativo da BNCC, trazia consigo a oportunidade de rever o documento, a partir das demandas advindas na implementação da prática docente (Secretaria de Educação do Recife, 2021, p. 17-18).

Vale dizer que a primeira edição do caderno, como citado acima, não veio com fins de ser uma publicação física, aparecendo somente como registro de pesquisa realizada, momentos de formação continuada e sugestões de atividades, dentro das diretrizes de formação dos anos de 2017 e 2018, juntamente com as Diretrizes de Formação Continuada de Educadores/as do Recife: Planejamento das Ações 2019, o que se deu com o nome de ciclo aprofundado de temáticas (Diretrizes da Formação Continuada de Educadores/as do Recife, 2019, p. 3).

Porém, diante de uma análise documental mais detalhada de nossos registros de campo, informamos que as diretrizes para a formação continuada (de 2017 a 2019) não mencionam a sexualidade, nem nos aspectos de formação de docentes nos anos finais do Ensino Fundamental (conforme seus registros), tampouco em outras vertentes, pertencentes ao campo da sexualidade, deixando de forma silenciada/apagada, por entre linhas, os aspectos do sexo, sexualidade, gênero e diversidade sexual nos anos finais do Ensino Fundamental, somente trazendo o debate sobre diversidade a partir da promoção de um trabalho interdisciplinar,

numa perspectiva lúdica, para a fase I da Educação de Jovens Adultos e Idosos (Ejai) e no oferecimento da formação diferenciada, realizada no segundo semestre de 2019, destinada a professores dos anos iniciais, com duas matrículas funcionais, atuantes na mesma modalidade de ensino na rede, conforme podemos conferir nos quadros abaixo.

Quadro 3 – Diretrizes para a formação continuada (Ejai, 2019.1)

<b>Educação de Jovens e Adultos, EJAI - 1º SEMESTRE - 2019</b>
TEMÁTICA: A prática pedagógica na EJA mediada por atividades lúdicas
OBJETIVO: Promover atividades lúdicas, a partir da perspectiva interdisciplinar, considerando o respeito à diversidade de gênero e étnico-racial.
PÚBLICO: Professores/as da Educação de Jovens e Adultos - Fase I
1º ENCONTRO: Jogos e brincadeiras: concepções e perspectivas no processo de alfabetização da EJA;
2º ENCONTRO: Contos de Assombração e Literatura Oral – aspectos, históricos, de gênero e étnico-raciais na prática pedagógica da EJA sob o viés da ludicidade;
3º ENCONTRO: Escrivivências: a escrita na primeira pessoa – dialogando com as ancestralidades africanas, indígenas e histórias de vida;
4º ENCONTRO: Socialização de experiências pedagógicas sobre o brincar na sala de aula da EJA.
PERÍODO: março a junho de 2019
CARGA HORÁRIA DE CADA ENCONTRO: 5 h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL: 20 h/a
<b>FORMAÇÃO DIFERENCIADA 2019</b> <b>Anos iniciais e Educação Infantil - 2º bimestre de 2019</b>
TEMÁTICA: Gênero e sexualidade na educação
OBJETIVO: Reconhecer como ocorre a construção das relações de gênero desiguais nos processos de socialização a partir da infância e quais as possibilidades de desconstrução dessa lógica.
PÚBLICO: Profissionais de Educação Infantil ou de anos iniciais do Ensino Fundamental que possuem duas matrículas

1º ENCONTRO: As socializações de relações e justiça de gênero na infância
2º ENCONTRO: Relações de gênero: as formas de desconstruções da violência
PERÍODO: maio a junho de 2019
CARGA HORÁRIA DE CADA ENCONTRO: 5 h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL: 10 h/a

Fonte: Secretaria de Educação do Recife (2019).

Para a edição de 2021, referente ao momento de atualização da Secretaria de Educação do Recife, investiu-se no olhar sobre o currículo no cotidiano das práticas pedagógicas das unidades escolares, opção referendada por novas identidades profissionais e modalidades de ensino a atender, especialmente a reivindicação dos(as) professores(as) para um maior detalhamento dos fundamentos teórico-metodológicos acerca das temáticas gênero e sexualidade, pautados nas discussões acadêmicas a respeito também da concepção de currículo, que incorpora conhecimentos escolares, cultura e práticas educativas, considerando, por fim, a homologação da Base Nacional Comum Curricular, datada de dezembro de 2017.

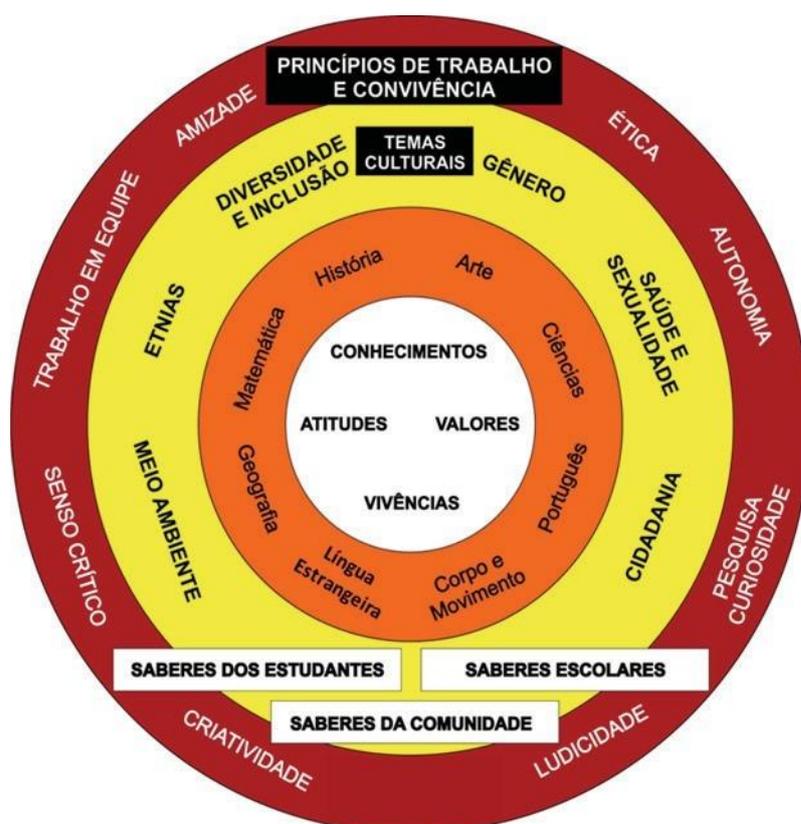
Ao longo dos últimos dois anos, foram desenvolvidos estudos e um amplo processo coletivo de discussão e revisita às matrizes curriculares e textos introdutórios da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, em face da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo, o processo compreendeu a revisão do currículo da Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e da Educação de Jovens e Adultos, publicados [*sic*] inicialmente em 2015 (Secretaria de Educação do Recife, 2021, p. 18-19).

Cabe aqui dizer que, diante da fala acima, onde se comprova que a publicação dos cadernos se deu inicialmente no ano de 2015, para a modalidade de Educação de Jovens Adultos, ressaltamos que o caderno do ano de 2014 traz em seu interior, como mencionado anteriormente, uma gama de relatos de socialização de experiências, objetivando um cruzamento/comunicação dos campos da diversidade sexual, sexualidade e gênero com temas culturais, ligados ao cotidiano de nossos estudantes, bem como com os diversos componentes curriculares (Secretaria de Educação do Recife, 2014, p. 118).

Para melhor visualizarmos esse cruzamento curricular, utilizamos a imagem abaixo, referendada no caderno de fundamentos teórico-metodológicos de 2014, que fora trabalhada em encontros de formações com diversas coordenadoras pedagógicas que sugeriram temas e princípios educacionais, exercitando a riqueza de possibilidades que ela apresenta (Secretaria de Educação do Recife, 2014, p. 117).

Desse modo, tal imagem sugere, por exemplo, que o tema da diversidade pode ser analisado pelos olhares da história e da geografia, através da leitura e escrita de textos, de mapas, de poemas. Pode também ser: pesquisado e representado por diferentes linguagens da arte, como a música, a dança e o teatro; investigado por meio das diferentes mídias sobre as representações que são feitas na sociedade a esse respeito; utilizado em debates para desconstrução/construção de posturas e de valores; e usado para o desenvolvimento da oralidade ao defender pontos de vista e apresentar conclusões. Ao mesmo tempo, a imagem ajuda a ressaltar princípios como amizade, ética, trabalho em equipe, criatividade e senso crítico, entre outros. Nessa lógica de construção circular, traz à tona narrativas e descobertas, permitindo que se façam perguntas, elaborem-se hipóteses e busquem-se novos espaços e tempos para pesquisa, conectando o local a contextos mais amplos (Secretaria de Educação do Recife, 2014, p. 108).

Figura 1 – Ilustração do caderno de fundamentos teórico-metodológicos de 2014



Fonte: Secretaria de Educação de Recife (2014).

São esses princípios que têm orientado a construção de experiências democráticas de gestão escolar nas unidades de ensino, como os fóruns de debate para representação de seus

diferentes segmentos nas Comudes; e a realização de discussões efetuadas com as(os)estudantes de todas as escolas da rede, visando à elaboração de propostas para o Orçamento Participativo Criança. (Secretaria de Educação do Recife, 2014, p. 109).

Ao destacarem a necessidade de trabalhar “conhecimentos que abordem a realidade regional, local, social das (dos) estudantes, ligados às suas vivências”, as unidades escolares sugerem também a aproximação com a concepção de currículo que se propõe a integrar, além dos conhecimentos das diferentes disciplinas, os distintos saberes que circulam na escola, representativos dos diferentes grupos que a compõem, alguns deles descortinados pelos movimentos sociais organizados na sociedade e que trazem com sua luta, novos conteúdos a serem incorporados na organização curricular. (Secretaria de Educação do Recife, 2014, p. 109).

No entanto, com o passar dos anos e as muitas mudanças no campo da educação, o surgimento de documentos vindos do então governo Jair Bolsonaro (2019-2022), a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como as diversas informações deturpadas, a partir da famosa “ideologia de gênero”, geraram redução, enxugamento ou até mesmo o silenciamento do tema sexualidade, o que levou à invisibilidade dos objetivos, competências e habilidades que versam sobre esse campo por partes dos movimentos sociais e diversos pesquisadores da área em estudo, com foco na formação de professores, no contexto da diversidade sexual e gênero nas escolas (Bortolini, 2011).

Diante de tal manobra homogeneizadora de silenciamento, enxugamento e redução, a partir de nossa análise documental, trazemos como demonstração o Quadro 4, que se refere à sexualidade no ensino de ciências do 8º ano do Ensino Fundamental, tópico que está fixado na BNCC. Assim, para um melhor entendimento das competências e habilidades que se encontram divididas, dentro da unidade temática Vida e Evolução, enfatizamos, por meio da Análise do Discurso, a presença de uma ideologia biologicista, cujo caráter destaca sentidos fixos acerca dos gêneros e sexualidades. Dessa forma, mediante nossos registros de campo, no contexto de nossa pesquisa que abrange do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, modalidade de anos finais na Escola João XXIII, expomos a pauta da diversidade sexual, no contexto da formação de professores e das pedagogias da sexualidade no governo Bolsonaro.

Quadro 4 – Sexualidade na BNCC (2018)

Unidade Temática	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Vida e Evolução	Mecanismos Reprodutivos e Sexualidade	<p>EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.</p> <p>(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade, considerando atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.</p> <p>(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).</p> <p>(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.</p> <p>(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).</p>

Fonte: Brasil (2018, p. 348-349).

Ao analisarmos as habilidades que se pretendem desenvolver com nossos estudantes, percebemos que, embora a última faça menção às “múltiplas dimensões da sexualidade humana” (biológica, sociocultural, afetiva e ética), foca-se, todavia, em ações de ordem funcional do corpo, como métodos contraceptivos, mudanças hormonais e ações de prevenção às doenças (Bortolini, 2008, p. 22). Ainda sobre essa análise, ressaltamos que não queremos negar a importância desses processos para a saúde e o bem-estar de nossos estudantes, entretanto, ressaltamos que existe um espaço de silenciamento das temáticas de gêneros e sexualidades no âmbito sociocultural que não favorece, por exemplo, o combate à evasão

escolar de discentes LGBTQIA+, pois não faz referência objetiva às múltiplas identidades e não aborda as identidades de gênero e sexuais no espaço escolar, permitindo-nos pensar como seria possível tratar essas dimensões afetivas e éticas se as diferentes expressões e vivências da sexualidade não forem consideradas e debatidas no campo da sala de aula.

A décima primeira habilidade apresenta fragilidades que poderão levar ao seu não desenvolvimento ou desenvolvimento falho pelos estudantes. Ao considerarmos o contexto de habilidades que a antecede, verificamos que o documento oficial não subsidia o professor a planejar sua atuação de modo a contemplar as múltiplas dimensões da sexualidade dado que a BNCC enfatiza apenas aspectos biológicos em detrimento de outras dimensões que atravessam a sexualidade humana (Bortolini, 2008, p. 26).

Já quanto ao que mostra na 2ª edição de nossa política curricular de ensino, a Secretaria de Educação do Recife (2021, p. 19) deixa evidente que, a partir da homologação da BNCC, em dezembro de 2017, houve a necessidade de olhar o referencial curricular da rede e as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular com o intento de identificar convergências e estabelecer um alinhamento, sem perder de vista, contudo, os avanços consolidados na educação municipal recifense (Secretaria de Educação do Recife, 2021, p. 19). Dessa forma, registramos que os direitos e objetivos de aprendizagem que se dirigiam aos campos da sexualidade na Rede Municipal de Ensino do Recife se apresentaram nos componentes curriculares, conforme se vê no quadro abaixo.

Quadro 5 – Sexualidade na 2ª edição da política curricular de ensino da Educação Municipal do Recife

COMPONENTE CURRICULAR	ANOS DE ENSINO	REGISTROS OBSERVADOS
Artes	6º ao 9º ano	Direitos de aprendizagem se repetem, dentro de conteúdos que reduzem a sexualidade a um contexto biológico.
Ciências	8º ano	Conteúdos de aprendizagem se apresentam num contexto biológico e de prevenção de doenças.
História	6º ao 9º ano	Direitos de aprendizagem fazem menção à diversidade sexual e de gênero.

Fonte: Elaboração do autor (2023), com base em Secretaria de Educação do Recife (2021).

Diante do quadro acima, podemos registrar, fazendo uso de análise documental (Ludke; André, 1986, p. 43), juntamente com a Análise do Discurso (Orlandi, 2020) e com os estudos

referentes às pedagogias da sexualidade (Louro, 1999), bem como com base em outros pesquisadores, dentre eles Borrillo (2010) e Bortolini (2008), que a formação de professores acerca da diversidade sexual na cidade do Recife, no contexto do governo Bolsonaro, a partir do citado caderno de política de ensino curricular do ano de 2021, trouxe consigo os quadros de número 74 a 77 que estão dentro do eixo de identidade e diferença do componente curricular de história, repetindo-se dentro de um contexto sociocultural que pôde ser trabalhado com nossos estudantes a partir de uma concepção alinhada às suas vivências na comunidade local onde residem. Especificamente esse caderno da política de ensino do Recife, conforme atualização da BNCC, acaba por enquadrar os temas da diversidade em “compartimentos”, em contraposição ao que foi exposto na edição de 2014.

O componente curricular de história de nossa política de ensino, indo de encontro à política do governo federal, faz menção à diversidade sexual e de gênero, trazendo como direito de aprendizagem o reconhecimento das identidades sociais e suas relações com o sentimento de pertencimento a grupos étnicos, geracionais, religiosos e de gênero (Secretaria de Educação do Recife, 2021, p. 119). No entanto, cabe dizer que apenas o terceiro e o quarto objetivos de aprendizagem do componente curricular de ciências do 8º ano fazem menção a uma possibilidade de identidade sexual, quando se referem à transexualidade, apontando o reconhecimento desta como expressão das diversas possibilidades de sexualidade e das transformações corporais decorrentes desse aspecto, juntamente com as transformações físicas e sociais em função da transexualidade e da travestilidade. Isso limita o trato dessa política, diante do campo amplo e das demandas que envolvem os segmentos LGBTQIA+.

Quadro 6– Componente curricular de ciências do 8º ano

Eixos	Diretrizes de aprendizagem	Objetivos de aprendizagem	Conteúdos/saberes	Bimestres	Códigos de habilidades (BNCC)
Ser humano e saúde		<b>Identificar</b> os avanços da tecnologia na saúde humana, quanto aos aspectos da reprodução, inseminação, clonagem, células-tronco, transgênicos. <b>Destacar</b> a necessidade de controle, prevenção e combate da AIDS/HIV. <b>Reconhecer</b> a transexualidade, como expressão das diversas possibilidades da sexualidade, e as transformações	Hábitos para uma gestação saudável.		
			Anatomia interna e externa do sistema reprodutor: órgãos e funcionamento.		
			Biotecnologia.		
			A saúde individual, coletiva e ambiental.		

		corporais, decorrentes desse aspecto. <b>Reconhecer</b> que as pessoas podem optar por transformações físicas e sociais, em função da transexualidade e da travestilidade. <b>Desmistificar</b> a ideia de que a AIDS está relacionada à identidade sexual ou de gênero.					
--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Secretaria de Educação do Recife (2021).

## 5.5 DA HOMOFOBIA À EVASÃO ESCOLAR: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII

Em levantamento das fontes documentais de pesquisa para a escrita deste trabalho, citemos aqui a contribuição do documento elaborado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) que compilou dados de um estudo desenvolvido por várias outras organizações internacionais, conhecido por Consulta Internacional sobre o *Bullying* Homofóbico, revelando dados que confirmam a importância de um olhar atento sobre a temática da diversidade sexual na escola, homofobia e evasão escolar, apontando como resultado o quanto a problemática é atuante nos espaços educacionais formais, provocando danos ao processo de aprendizagem dos estudantes.

Evidências claras obtidas em muitos países mostram que a exposição ao *bullying* homofóbico provoca a redução da frequência escolar, abandono escolar precoce, queda de desempenho e de rendimento acadêmico. O *bullying* homofóbico, particularmente quando os alunos são intimidados, ridicularizados em público e roubados, está fortemente associado à evasão escolar. Em alguns casos, os alunos faltam às aulas ou fingem estar doentes para não ter que admitir a perda de livros, equipamentos ou dever de casa (Unesco, 2013, p. 15).

A mesma pesquisa sobre o ambiente educacional, retratando especificamente o Brasil, apresenta análises e resultados com 1.016 adolescentes e jovens lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) no ambiente escolar, revelando que 73% foram agredidos verbalmente e 36% fisicamente. Por conta disso, alguns desses estudantes afetados até cogitaram tirar a própria vida (Unesco, 2013). Por meio das respostas efetuadas no questionário disponibilizado de modo *on-line*, o relatório pôde retratar a existência de níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; e, ao mesmo tempo, expôs níveis baixos de respostas das famílias e das instituições educacionais, fato que

expôs o quanto tais ambientes escolares são inseguros para estudantes LGBTQIA+, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e sentimento de não pertencer a essas instituições (Unesco, 2013).

A partir dos dados acima, queremos elucidar, de acordo com nossos registros de campo e com os momentos de formação que partilhamos na Escola João XXIII, ouvindo experiências quanto às ações referentes às pedagogias da sexualidade (Louro, 1999, p. 81), a teia de exclusão dos sujeitos LGBTQIA+, seja dos anos iniciais do Ensino Fundamental – com o silenciamento de temas ligados à sexualidade, por se achar que são assuntos de cunho familiar dos estudantes –, seja nos anos finais, ao se focar apenas os padrões de comportamento que passem a ser ritos de passagem dos alunos naquele ambiente escolar. (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2018, p. 27).

O *Guia de cidadania LGBT da cidade do Recife*, publicado no governo do prefeito Geraldo Júlio (2017-2020), traz informações a respeito dos campos da diversidade sexual, com conceitos e esclarecimentos sob o ponto de vista legal, com apontamento de diversas normativas e marcos institucionais que regem uma ação igualitária para uma cidade sem preconceitos, dentro das unidades escolares (Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2020, p. 12), todavia, as ações contra a homofobia e evasão escolar de segmentos LGBTQIA+ são ainda tímidas, uma vez que é preciso enfatizar referenciais que mostrem a necessidade de o educador ter acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, a fim de construir uma postura profissional e consciente, que possibilite a desconstrução social da heteronormatividade (Bortolini, 2020, p. 16).

GEAF – Chamamos o professor de história para uma conversa séria, referente ao seu discurso de ódio, que foi proferido ao nosso aluno. Dizer que ele não serve pra nada, que está no lugar errado e que ele não tem futuro. Isso é grave. Somos professores e nessa escola temos uma comunidade escolar que no mínimo merece nossa atenção devido a sua realidade sofrida, suas desigualdades sociais, que fazem parte de nossa comunidade escolar. Nossa escola é pensada justamente para atender as demandas de nosso entorno, mediante o campo da educação. Somos instituição de ensino público e acesso e permanência no espaço escolar é lei.

Em contribuição ao relato acima, podemos perceber, na fala da gestora da Escola João XXIII, a menção ao inciso I, do artigo 3º de nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, o que muito nos chamou a atenção, necessitando de uma intervenção mais eficaz e prudente, ocorreu devido ao discurso de ideologia homofóbica, segregadora e excludente, proferido por um professor de história de nosso campo de estudo. Sobre isso,

realizamos um encontro para tratar do fato ocorrido, mediante convocação do Conselho Escolar. Citamos, assim, as normativas que regem o funcionalismo municipal da cidade do Recife, como a Lei Nº 14.728/1985, que, após sua reformulação (*vide* revogação decorrentes da Lei Nº 16.730/2001), reorganizou o estatuto dos funcionários públicos do município do Recife, estipulando, no capítulo IV, as proibições incidentes sobre o servidor municipal, independentemente de ser funcionário estatutário ou contratado, que o impedem de proferir/difundir ódio em sala de aula (Conselho Escolar da Escola Municipal João XXIII, 2022, p. 1). Essas são pequenas ações executadas pela atual gestão da referida escola que visam difundir um contradiscurso quanto à homofobia, buscando, com isso, combater não somente o estigma e o preconceito aos segmentos LGBTQIA+, mas, sobretudo, evitar a evasão de pessoas com tais identidades do espaço escolar.

Porém, como parte do corpo gestor do espaço e por meio dos registros do diário de campo, é importante ressaltar a existência de uma grande rotatividade de professores na Escola João XXIII, sob regime de trabalho por contrato de tempo determinado (CTD), o que dificulta nosso trabalho de formação docente acerca do trato com a diversidade sexual, haja vista que nos chegam, corriqueiramente e sem compromisso de fixar laços (exatamente pelo tempo determinando de trabalho), profissionais que não sabem e, sobretudo, não querem lidar, por razões religiosas, familiares ou outras, com as demandas dos segmentos LGBTQIA+. Nesse aspecto, concordamos com Borrillo (2010, p. 56), quando afirma que se não enfrentarmos a ação velada frente a essas diversidades, que proferem palavras de subalternização, num contexto de padronização das identidades homoafetivas, não estaremos combatendo a homofobia e a consequente evasão escolar desses segmentos.

Ainda, segundo Borrillo (2010, p. 72-73), as tentativas de cercear direitos apontam para a inconstitucionalidade, uma vez que violam a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Somam-se a isso inúmeros absurdos de exclusão escolar que são decorrência – embora nem sempre sejam revelados os reais motivos que os ensejaram – da humilhação, do medo e da violência física e/ou psicológica sofridos no ambiente pedagógico ou pela discriminação das famílias homoafetivas. Vale dizer que tais situações de cunho pejorativo, vexatório e homofóbico não são produzidas e partilhadas dentro da escola campo de estudo. Para que não ocorram, criamos, apesar das dificuldades como a citada aqui da rotatividade de docentes, diversos projetos interdisciplinares, atividades culturais e atividades externas, buscando justamente promover o viver em uma sociedade democrática, plural e laica (Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal João XXIII, 2020-2022).

Para tanto, pomos em destaque o plano de ação pedagógica da escola campo de 2022, que traz consigo um recorte sobre o direito à diferença, pondo como indispensável o respeito às raças, orientações sexuais e igualdade e identidade de gênero, uma vez que favorece a presença do/a estudante na escola, possibilitando a convivência com a diversidade e o conflitar com as manifestações homofóbicas. A preocupação com a autoestima precisa estar presente no ambiente escolar, pois esse espaço, além de ambiente de produção de conhecimentos, é de formação identitária e cidadã, de interações, vivências, diálogos, autoconhecimento, criatividade, persistência, resistência, habilidades físicas do/estudante e dele/a como um todo (Plano de Ação Pedagógica da Escola Municipal João XXIII, 2022. p. 8).

Com uma sociedade plural, é inconcebível excluir. Primordial é a preservação dos direitos dos negros, brancos, índios, heterossexuais, homossexuais, católicos, protestantes, evangélicos, ou seja, que todos saibam ou aprendam a respeitar o direito do/a outro/a, preservando o acolhimento e dialogando com a afetividade de cada um/a. A afetividade é o grande mote capaz de reunir pessoas num ambiente agradável e respeitador, onde também ocorrem experiências e aprendizagens. (Plano de Gestão da Escola Municipal João XXIII, 2020-2022).

Para que possamos contribuir para um ambiente escolar plural e respeitoso, primeiramente citamos aqui a contribuição de Stuart Hall (2007), presente nas nossas referências e nos registros do projeto político-pedagógico da escola campo de estudo, bem como também em seu plano de gestão escolar (2020-2022), compreendendo a importância de se estabelecer um ambiente acolhedor aos diversos estudantes, entre os quais, especificamente, os LGBTQIA+, com ações metodológicas que viabilizem a inclusão de todos, sem distinção de orientação sexual, étnica ou religiosa. Para contribuir e promover um espaço de inclusão, frente à diversidade que compõe sua comunidade escolar, a Escola João XXIII passou a fazer parte do projeto socioemocional na escola, ofertando momentos de escuta, rodas de diálogo, oficinas e exposições, como ações metodológicas de enfrentamento da evasão escolar.

O projeto socioemocional aqui no João XXIII, tem sido algo muito significativo para mim, enquanto professora dos anos finais da rede. Primeiramente a ideia de trabalharmos questões ligadas às identidades, o respeito à inclusão. Temos diversos relatos de pais e alunos que falam do quanto eles gostam do projeto e do quanto isso tem melhorado suas relações em casa e aqui na escola (Coordenadora do Projeto Socioemocional na Escola).

Mediante nossas conversas, registros e observações frente ao projeto socioemocional, pudemos identificar diversas situações de conflito entre os alunos, inclusive dos LGBTQIA+, presentes no espaço escolar e até mesmo fora dele, que adentram nossa realidade escolar e que perpassam também por fatores sociais e econômicos relacionados ao desemprego, por parte dos pais ou familiares, ocasionando nos estudantes o despertar/obrigação de trabalhar para contribuir nas despesas do lar, deixando a escola de lado. Vale ainda salientar que esse despertar para o trabalho de forma precoce é igualmente resultado da falta de apoio dos familiares quanto à orientação sexual de seus integrantes (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2022, p. 11).

O bom é sabermos que esses estudantes dos 6º e 7º anos, passam o dia na escola, ao menos aqui estão seguros e podemos trabalhar com eles diversas temáticas transversais, diversas oficinas e sempre mostrar que a educação é o caminho para lutarmos por dias melhores e sermos profissionais bem-sucedidos, independentes de orientação sexual (Monitor do Projeto Socioemocional na Escola, 2022, p. 7).

Temos muitas histórias de vida aqui no projeto, coisas que vemos de forma muito comedida, silenciada, os muitos olhares de reprovação pelo jeito da pessoa, por acharem que deve haver uma padronização da pessoa. Fiquei muito emocionada quando um aluno nosso voltou a frequentar as aulas do projeto, entramos em contato e a gestão da escola se mobilizou de forma firme para dizer que esse aluno é nossa responsabilidade e que ele precisava de ajuda. Mas que primeiramente seu lugar é na escola e não nas esquinas, à mercê de toda violência existente aqui pelo entorno da comunidade (Monitor do Projeto Socioemocional na Escola, 2022, p. 5).

Muitos alunos chegaram até nós com muitas dificuldades de falar sobre suas emoções, depois de muitas rodas de diálogo, construção de murais com frases de ordem e respeito, tendo como ponto central temas que fazem parte do cotidiano desses estudantes e dentre os temas a sexualidade, o gênero e a diversidade sexual. Podemos perceber, meses depois, um tom mais leve em sua postura com os demais colegas participantes, sem agressões verbais, porque já havia ocorrido até agressão física, em situações de homofobia. Temos um outro resultado hoje, um grupo mais baseado na conversa, no respeito e no direito de ser diferente (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional na Escola, 2019, p. 15).

De acordo com o Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional (2022, p. 7), o projeto piloto referente à criação do socioemocional passou primeiramente pelas escolas de anos finais e integrais, o que nos causou surpresa, posto que muitos gestores não o aceitaram, informando que a unidade não dispunha de espaço, ou que seria mais trabalhoso manter os alunos do ensino regular, juntamente com os do contraturno (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2022, p. 7). No entanto, a gestão escolar da Escola Municipal João

XXIII já vem atuando com uma filosofia afetiva e de acolhimento a seus estudantes desde o ano de 2015, com a então gestora escolar professora Rosângela Neves. Quando lhe foi apresentada a proposta do citado projeto, ela viu a chance de consolidar ainda mais seu enfrentamento das questões referentes à evasão escolar de alunos LGBTQIA+ (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2022. p. 18).

Cabe dizer que, quando se mencionou nos relatos acima, por exemplo, o caso de um estudante que estava à mercê da violência em diversos locais (ideologia da exclusão e do abandono que expõe o interdiscurso e a memória discursiva da homofobia atuante), essa fala se referiu aos LGBTQIA+ que, por diversas vezes, passaram/passam a trabalhar para ajudar no sustento das suas famílias, que residem às margens do Rio Capibaribe, nas imediações do bairro do Detran. Tais alunos foram e são vítimas de agressões, segundo relatos da coordenação do referido projeto e de seus monitores (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2022. p. 19).

Assim, a proposta pedagógica de uma alfabetização emocional, baseada nos estudos de Daniel Goleman (2011) e de outros pesquisadores desse campo, trouxe subsídios para um diálogo entre os diversos estudantes, especialmente dos LGBTQIA+, com convocação dos pais para uma conversa mediada pela gestão escolar, monitores e coordenação do projeto citado, para juntos alinharem o comprometimento dos familiares e responsáveis frente à educação dos alunos e quanto à sua frequência à escola (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2022, p. 20).

Ainda de acordo com esse relatório (2019-2022), na Escola João XXIII, foram inúmeras as conversas de mediação entre os alunos, objetivando o respeito, a inclusão e o direito de ser diferente, o que acabou por gerar a criação/exposição do corredor da diversidade em novembro de 2019 e nos anos em que o projeto socioemocional atuou lá. Tal corredor funcionou como uma forma de visibilidade e de enfrentamento das práticas de exclusão (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2019, p. 22).

A criação/exposição do corredor da diversidade surgiu justamente no intento de combater as diversas formas de exclusão, entre elas, a que se refere à orientação homoafetiva não só de estudantes, mas igualmente de professores. Com fotos, cartazes e frases de ordem num contexto inclusivo de igualdade e respeito a todos, as paredes dos corredores da escola campo de estudo deram vida à socialização de atividades de seu projeto socioemocional, a partir das oficinas realizadas com diversas ações pedagógicas, como o projeto “ Identidades” expondo a foto de seus estudantes, suas biografias, sonhos e desejos futuros, visando fortalecer uma identidade cidadã em sua comunidade e promover o respeito a todas as

identidades e crenças religiosas (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2022, p. 19).

GEAF1- No ano de 2019, com a realização do Projeto Socioemocional na Escola, tivemos um pouco de medo (receio), quando recebemos monitores de orientação homoafetiva. Na verdade, o medo e o receio eram de que eles sofressem homofobia. Mas, com o constante monitoramento da coordenação, e as muitas oficinas e as estratégias didáticas, pudemos perceber que era só um medo, uma insegurança. Deu tudo certo e foi só alegria e um melhoramento em nossa frequência escolar, um melhoramento nas competências e habilidades a serem desenvolvidas, bem como a participação nas aulas, como mencionado por muitos professores em nossos encontros de planejamentos bimestrais e nos registros de acompanhamento pedagógico.

O relato da gestora acima reafirma o quanto tem sido importante o *Projeto Socioemocional na Escola*, como instrumento condutor de boas práticas de convivência, deixando o espaço escolar mais participativo, frente às atividades culturais, previstas no calendário da unidade escolar. A presença de uma forte influência dos Estudos Culturais e de uma concepção freiriana (Freire, 1997), adequou-se ao acolhimento das experiências cotidianas de nossos estudantes LGBTQIA+, que são pertencentes a comunidades periféricas. A presença de uma filosofia baseada nos estudos de Freire (1997) vem justamente com o intento de validar as ações da educação popular defendida pelo citado autor, no sentido de valorizar as experiências cotidianas como instrumentos de aprendizagem (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO SOCIOEMOCIONAL, 2022, p. 19).

Por fim, com tal projeto, se percebeu a ação de práticas pedagógicas de professores dos anos finais que consideram a sexualidade, o gênero e a diversidade sexual como instrumentos de valorização das identidades no espaço escolar, promovendo assim, ações de enfrentamento à evasão escolar e à homofobia existentes de forma velada e não velada no campo de estudo em tela, conforme fala de professores e técnicos pedagógicos da gerência de anos finais em acompanhamento ao nosso planejamento, em encerramento de mais um ano letivo, com a perspectiva de dar continuidade a um ambiente de inclusão, respeito e valorização do direito à diferença. (Relatório de Atividades do Projeto Socioemocional, 2022, p. 21).

## 5.6 DO PRODUTO EDUCACIONAL

Inicialmente, o pensamento sobre a produção/construção de um produto educacional, nascido a partir desta dissertação, veio justamente no intento de se preservar o percurso

metodológico escolhido, diante das observações no campo de estudo e dos relatos de nosso diário de campo. Para isso, elencamos, como nosso produto educacional, um guia didático da diversidade sexual na escola. A ideia é trazer à tona e fazer referência, no processo de formação docente da Rede Municipal de Ensino do Recife, ao caderno de fundamentos teórico-metodológicos de 2014, que em seu interior traz ações de trabalho com o gênero, a sexualidade e a diversidade sexual, bem como de socialização dessas ações/atividades, a partir das sugestões metodológicas realizadas pelos docentes da Rede do Recife.

Acreditamos que, ao fazer emergir essas ações metodológicas, do trabalho com gênero, sexualidade e diversidade sexual no citado caderno, e ampliá-las ao tempo atual, possamos adentrar no universo cultural de nossos estudantes, com uma ação docente mais segura e apropriada, frente às discussões teóricas. Assim, devido ao atual processo de requalificação que a escola campo de estudo vem passando, consideramos que um guia LGBTQIA+ sobre a diversidade sexual na escola, em formato HQ, com sugestões metodológicas do trabalho com a diversidade sexual, poderia ser um documento provocador para que docentes e outros membros da comunidade escolar repensassem/repensem práticas que neguem, excluam ou deixem invisíveis pessoas LGBTQIA+ na escola, contudo, não foi possível elaborar o guia em formato HQ devido aos altos custos do produto. Diante disso, elaboramos um guia simples, em formato de caderno com algumas orientações.

Dessa forma, deixamos como contribuição desta dissertação o referido produto, cujo título é *Guia didático de enfrentamento da evasão e homofobia no espaço da Escola João XXIII, da cidade do Recife- PE*. O material, presente nesta dissertação como Apêndice A, foi formulado para promover uma reflexão crítica sobre os aspectos da homofobia e evasão escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife, focando no público LGBTQIA+ da Escola João XXIII. Por fim, sugere-se que o referido produto educacional seja utilizado como instrumento de discussão e contribua para a formação de docentes, servidores técnico-administrativos e pedagógicos, lutando pelo direito à diferença no ambiente educacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação formal é importante no processo de formação dos sujeitos, sendo instrumento propulsor de transformação social. Diante disso, a escola tem o dever de contribuir para a participação social e política, combatendo a reprodução de lógicas perversas de opressão e incremento das desigualdades (Bortolini, 2008, p. 115). Como colocado nesta dissertação, nossa experiência no campo do enfrentamento à homofobia vem desde as vivências no âmbito escolar, passando por momentos de formação continuada, planejamento, conselhos de classe e culminância de projetos que fazem parte da intervenção pedagógica, visando a um melhoramento nas aprendizagens de estudantes de nossa escola campo de estudo, como ação contra a homofobia e a evasão.

No entanto, expusemos neste texto não somente momentos de combate, mas também circunstâncias em que professores, técnicos pedagógicos e gestores escolares se posicionaram ideologicamente, devido a uma crença religiosa, conceitos biológicos ou lógicas normatizadoras das identidades sexuais, reproduzindo a homofobia no contexto da escola campo, sendo esse tipo de discriminação comumente velado/silenciado dentro do ambiente escolar (Borrillo, 2010, p. 45). Desse modo, reiteramos a defesa de que o trabalho docente se relaciona com/a aspectos de uma educação inclusiva, pautada no direito ao acesso e à permanência dos estudantes no espaço escolar, combatendo discursos excludentes/segredadores em torno dos segmentos LGBTQIA+, muitas vezes vistos como “inferiores”, “doentes”, “pervertidos” e “estranhos”.

Sobre isso, afirmamos que a evasão escolar e a homofobia, nos espaços formais de educação, exercem um efeito cascata de privação do direito à educação para aqueles que não correspondem às expectativas heteronormativas, interferindo no sucesso e no rendimento das aprendizagens, assim como no desenvolvimento de competências e habilidades fixadas na política curricular de ensino da Rede Municipal do Recife, produzindo um trajeto de estigmatizações, isolamento e insegurança que tende a estimular e simular ações de ocultamento e invisibilidade, gerando distorções, como as que vimos na turma de correção de fluxo Travessia – que muitas vezes adota pressupostos de rejeição à homossexualidade, ao invés de práticas de acolhimento.

Dessa forma, no decorrer desta pesquisa, dialogamos sobre nosso tema, a partir de experiências ocorridas na cidade do Recife, trazendo à tona processos históricos da trajetória de militância e de combate à homofobia, num contexto pautado pela dignidade humana e reconhecimento do direito à diferença de estudantes LGBTQIA+. Apresentamos uma

discussão teórica, dialogando acerca das implicações da homofobia na evasão escolar. Discorreremos acerca das questões metodológicas e desenvolvemos análises, apresentando os resultados do nosso campo empírico com os dados e propostas sugestivos para o combate à evasão escolar de estudantes LGBTQIA+.

Tendo em vista a importância de ações pedagógicas que promovam o debate nos campos da educação acerca das temáticas de gêneros e sexualidades, espera-se que este trabalho contribua para uma reflexão sobre os limites e possibilidades de professores, gestores e técnicos pedagógicos no trato da diversidade sexual no espaço escolar, isto feito com fins de enfrentamento à evasão e tomando a escola como um espaço plural e inclusivo, diante das diversas identidades que a compõem. Entretanto, sabemos que ainda é preciso avançar muito mais para construir uma educação inclusiva, pautada no respeito à pluralidade, necessitando-se de mais materiais didáticos, formação docente e diretrizes que problematizem esses temas, para que, assim, possa-se discutir sobre as relações de poder machistas, patriarcais, sexistas e coloniais que imperam ainda dentro dos sistemas educacionais, reproduzindo a homofobia e outras violências.

## REFERÊNCIAS

“TENHO medo, esse era o objetivo deles”: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. **Human Rights Watch (HRW)**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>. Acesso em: 10 out. 2023.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Políticas de educação e avaliação por desempenho e performance na América Latina: uma discussão sobre o perfil do Estado Avaliador. *In*: JEFFREY, Débora Cristina (org.). **Política e Avaliação Educacional**: interfaces com a epistemologia. Curitiba: Editora CRV, 2010.

ANDRÉ, Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia na prática escolar**. Campinas: Papirus, 1986.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], n. 113, p. 51-64, 2011.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Diversidade e formação docente: um desafio para o avanço da Educação. **Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 54-61, jan./jul. 2011.

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, 2018.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. A evasão escolar no Ensino Médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 9, n. 19, p. 7094, jan./jul. 2009.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BONFIM, C. R. S. **Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas**: contradições, limites e possibilidades. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. *In*: LIONÇO, T.; Diniz, D. (org.). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília, DF: Letras Livres; Editora da Universidade de Brasília, 2009. p. 15-46.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ. 2008.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual, gênero e homofobia na escola: introduzindo um debate. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, Seropédica, v. 3, n. 6, p. 71-86, 2012.

BORTOLINI, Alexandre. Pensando a política pública em diversidade sexual e de gênero na escola: uma experiência com análise de conteúdo. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

BORTOLINI, Alexandre. Pode falar sobre gênero na escola? *In*: PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cláudia (org.). **Quando LGTs invadem a escola e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Unirio, 2020. p. 13-43.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, DF: MEC, 1997. (Temas transversais, v. 10).

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Caderno de gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Mary Garcia *et al.* **Juventude e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2004.

CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS(E-CLAM). **Gênero e diversidade na escola: trajetórias e repercussões uma política pública inovadora**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

CILIATO, F. L. G.; SARTORI, J. Pluralidade cultural: os desafios aos professores em frente da diversidade cultural. **Revista Monografias Ambientais**, [s. l.], v. 14, p. 65-78, 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.  
EDUCAÇÃO SOBRE diversidade sexual: um caminho para erradicar a violência de gênero. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 de agosto de 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 18-37, jul./dez. 2003

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. *In*: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GATTI, Bernardete.; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. *In*: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (org.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29- 38.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**: São Paulo. 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

GOMES, Nilma. Lino. Desigualdades e diversidade na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul.-set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sZMWK9Q7ZFGnVpV55X85WZD/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2022.

GOMES, Nilma. Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

GOMES, Rodrigo. Relatório denuncia perseguição a professores que discutem gênero e sexualidade. **Brasil de Fato**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/12/relatorio-denuncia-perseguiçao-a-professores-que-discutem-genero-e-sexualidade>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GONÇALVES, A. Diversidade e inclusão na educação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. EDUCERE, 13., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: EDUCERE, 2017. GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil**. Salvador: Editora GGB; Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2010. (Boletim do Grupo Gay da Bahia).

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

HOMOFOBIA: nas escolas também está acontecendo. **Folha de Pernambuco**, Recife, 16 de agosto de 2010.

HORA, Mariana Marques da. **Pessoas surdas e judiciário: (in)acessibilidade e direitos linguísticos no TJPE e TJCE**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=100807>. Acesso em: 10 abr. 2024.

JESUS, Beto de *et al.* **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: UNESCO (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Editora Unesco, 2007. v. 32.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para educação. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2009. p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* como políticas de conhecimento. *In*: LOPES, Denilson *et al.* (org.). **Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura**. São Paulo: Nojosa, 2007a.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. M. Estado da arte da produção acadêmica sobre Ensino Médio no Brasil: período de 1998 a 2008. Rio de Janeiro: MEC, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MARTINS, Vicente. A homossexualidade no meio escolar. **Psicopedagogia Online**, São Paulo, 2001.

MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. de. **Etnografia visual**: o uso de imagens na pesquisa etnográfica. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. *In*: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeças da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2014. p.13-26.

NOVENA, Nádia Patrícia. **A sexualidade na organização escolar**: narrativas do silêncio. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

NOVENA, Nádia Patrícia. Gueto homossexual como espaço de homosnormatização da cultura *gay*. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO: SUBJETIVIDADE, CIDADANIA E TRANSFEMINISMO, 1., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal, 2013. v. 1.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, estigma e intolerância religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 13, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 4. ed. Campinas: Cortez, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual**. Curitiba: SEED, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PEREIRA, Maria Elisabete *et al.* (org.). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

PERES, Andreia; BAUER, Marcelo (coord.). **Busca ativa escolar**. Brasília, DF: UNICEF; Instituto TIM; Congemas; Undime, 2017. (Fora da Escola Não Pode!).

PERNAMBUCO é o estado onde o público homossexual mais sofre. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 de setembro de 2010.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. Anped, 2002.

RECIFE lança plataforma digital para denúncias de LGBTFobia. **Folha de Pernambuco**, 15 maio 2018. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/recife-lanca-plataforma-digital-para-denuncias-de-lgbtobia/6350/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RECIFE. **Decreto Nº 34.552 de 7 de maio de 2021**. Cria a Escola Municipal para Aulas Digitais. Secretaria de Educação do Recife, 2021.

RECIFE. **Lei Nº 14.728 de 8 março de 1985**. Reformula o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1985/1472/14728/lei-ordinaria-n-14728-1985-reformula-o-estatuto-dos-funcionarios-publicos-do-municipio-do-recife-e-das-outras-providencias>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RECIFE. **Lei Nº 16.730 de 27 de dezembro de 2001**. Reestrutura o Sistema Previdenciário do Município do Recife. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2001/1673/16730/lei-ordinaria-n-16730-2001-reestrutura-o-sistema-previdenciario-do-municipio-do-recife>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RECIFE. **Lei Nº 16.780/2002**. Institui: fica proibida qualquer forma de discriminação ao cidadão com base em sua orientação sexual, no âmbito da cidade do Recife. Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife. 2002.

RECIFE. **Lei Nº 17.025/2004**. Institui punição nos termos desta Lei, qualquer ato discriminatório ao homossexual, bissexual ou transgênero, no município do Recife. Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife, 2004.

RECIFE. **Lei Nº 30.306/2017**. Institui: a inclusão do nome social de pessoas travestis e transexuais, no âmbito da cidade do Recife. Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife. 2017.

RECIFE. **Portaria Nº 30, de 29 de janeiro de 2016**. Institui o Grupo de Trabalho em Educação em Sexualidade - GTES, no âmbito da Secretaria de Educação do Recife.

RECIFE. **Portaria Nº 1335, de 10 de junho de 2016**. Institui o Núcleo de Enfrentamento a Violência Escolar, NEVE - no âmbito da Secretaria de Educação do Recife.

RECIFE. **Portaria Nº 1335, de 15 de outubro de 2022**. Secretaria de Educação do Recife. 2022.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. **Gerência de Livre Orientação Sexual – GLOS**. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos, 2007.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. **Relatório de Atividades 2018**: por uma escola livre, aberta e transformada. Recife: Gerência de Livre Orientação Sexual – GLOS; Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos, 2018.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. **Relatório de Atividades 2019**: colorindo o Recife. Recife: Gerência de Livre Orientação Sexual – GLOS; Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos, 2019.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Ata circunstanciada**, 2022. Conselho Escolar da Escola Municipal João XXIII, 2022.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Ofício Circular Nº 48/2018 – GESTOREMREDE/SEDUC**. Recife, 1º de março de 2018. Disponível em: [http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br/sites/default/files/oficio\\_circular\\_no\\_48.2018\\_formacao\\_pedagogica\\_marco\\_2018\\_1.pdf](http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br/sites/default/files/oficio_circular_no_48.2018_formacao_pedagogica_marco_2018_1.pdf). Acesso em: 20 abr. 2024.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: educação de jovens e adultos. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015a. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 4).

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: fundamentos teórico-metodológicos. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2014a.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015b. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 3).

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano. Organização de Jacira Maria

L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2018. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife).

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2021. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife).

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal João XXIII**. Recife, 2022.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Plano de Gestão Escolar 2020-2022**. Conselho Escolar da Escola Municipal João XXIII, 2022.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do. **Cartilha Busca Ativa Escolar “Nenhum a Menos na Escola”**: Secretaria de Educação do Recife lança campanha contra o abandono e a evasão Escolar. Recife: Secretaria de Educação do Recife, 2021.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do. Secretaria de Educação. **Relatório de atividades do Projeto Socioemocional na Escola 2019- 2022**. Escola Municipal João XXIII, 2022.

RECIFE. Prefeitura Municipal do Recife. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Gerência de Livre Orientação Sexual. **Relatório Anual do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife 2015**. Recife: Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife, 2016.

RIBEIRO, Marcos. **Mamãe, como eu nasci?**: educação sexual para crianças. Rio de Janeiro: Salamandra, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalização**: fatalidade ou utopia. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista do NUFEN**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 12-25, 2012.

SILVA, Carlos. **A igualdade ainda vai chegar**: desafios para a construção da “cultura do respeito” aos direitos de cidadania do segmento LGBTT em uma escola pública do município de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005.

SOUSA, Francilane Lima de; LOPES, José Ribamar. Resenha: Introdução à análise do discurso: princípios e procedimentos de Eni Orlandi. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 7, n. 15, p. 362-367, set./dez., 2020.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças, e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-14, 2005.

TUZZO, S. A.; BRAGA C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o meta fenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 140-158, ago., 2016.

UFPE SEDIA debate sobre diversidade sexual em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 de agosto de 2016.

UNESCO. **Respostas do Setor de Educação ao bullying homofóbico**. Brasília, DF: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2024.

UNICEF. **Adolescentes, UNICEF e Prefeitura do Recife celebram #AgendaCidadeUNICEF no Ibura**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/%20adolescentes-unicef-e-prefeitura-do-recife-celebram-agendacidadeunicef-no-ibura>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UNICEF. **Comunidade escolar na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes**. 2022. Disponível em: [www.unicef.org/brazil/media/19281/file/comunidade\\_escolar\\_prevencao\\_resposta\\_violenca.pdf](http://www.unicef.org/brazil/media/19281/file/comunidade_escolar_prevencao_resposta_violenca.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

VEIGA, C.; BERGIANTE, N. Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio profissional: uma revisão de literatura. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 13., 2016. **Anais [...]**. 2016.

WEEKS, J. AIDS and the Regulation of Sexuality. *In*: BERRIDGE, V.; Strong, P. (ed.). **AIDS and Contemporary History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.  
Zimerman, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

**APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA DIDÁTICO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO E HOMOFOBIA NO ESPAÇO DA ESCOLA JOÃO XXIII, DA CIDADE DO RECIFE-PE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA (MPEB)



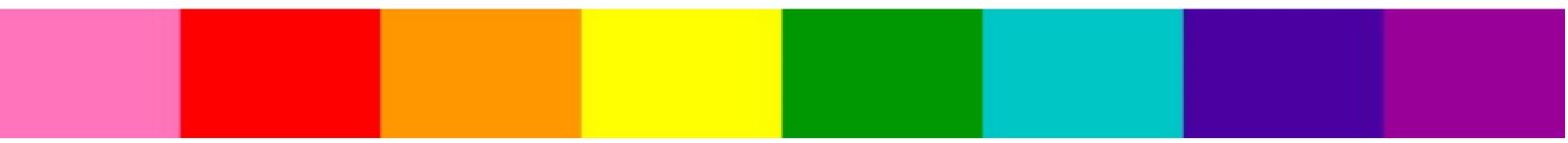
PRODUTO EDUCACIONAL

**GUIA DIDÁTICO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO E HOMOFOBIA NO ESPAÇO ESCOLAR DA ESCOLA JOÃO XXIII, DA CIDADE DO RECIFE-PE**

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

Recife

2024





## Descrição técnica do produto educacional

*Origem do produto:* Dissertação intitulada *Diversidade sexual na escola nos anos finais: ações da/na Escola João XXIII com fins de evitar a evasão escolar de segmentos LGBTQI+*, desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Básica (MPEB) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

*Orientadora:* Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aurenéa Maria de Oliveira

*Nível de ensino a que se destina:* Educação Básica

*Área de conhecimento:* Educação

*Público-alvo:* Professores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as), pedagógicos(as), supervisores(as) pedagógicos(as) e mediadores(as) de leitura que atuam nas escolas públicas da cidade do Recife. O material educativo destina-se, também, aos(as) acadêmicos(as) dos cursos de formação de professores(as).

*Disponibilidade:* Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido o uso comercial por terceiros.

*Divulgação:* Por meio digital.

*Idioma:* Português

*Cidade:* Recife (PE)

*País:* Brasil

*Ano:* 2024



O silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens *gays* e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. [...] Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação [...] precisam, pois, ser colocados em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão àquilo que aprendem (Louro, 1997, p. 68).



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>XX</b>
<b>SUGESTÕES DE ATIVIDADES .....</b>	<b>XX</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>XX</b>
<b>SUGESTÕES DE FILMES .....</b>	<b>XX</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>XX</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>XX</b>



## APRESENTAÇÃO

A discussão sobre a diversidade sexual nas escolas por meio de temáticas como gêneros, sexos e sexualidades é uma questão que tem aparecido com destaque nos últimos anos, tanto em âmbito educacional quanto político. Diversos debates de ordem pública, oriundos da comunidade LGBTQIA+, têm surgido a fim de integrar esses temas no processo de formação continuada dos profissionais da educação da cidade do Recife.

Tais debates, no entanto, são muitas vezes calorosos, erroneamente partindo de lógicas normatizadoras/padronizadoras das identidades homoafetivas no espaço escolar. Por conta disso, faz-se necessária a proposição de soluções pedagógicas de enfrentamento que combatam tanto a falta de conhecimento quanto o preconceito, o estigma e a intolerância (Oliveira, 2007).

Esta produção é destinada a subsidiar a formação docente dos profissionais Da Rede Municipal de Ensino do Recife para a diversidade sexual. Sobre esse aspecto, Junqueira (2007) enfatiza que a escola é um espaço no interior no qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, modos de se conviver com a internalização de conhecimentos, sobretudo se ali forem subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas, associados a discriminações e violências de ordem sexista, misógena, homofóbica e racista.

Diante dos resultados expostos em nossa dissertação acerca da evasão escolar de segmentos LGBTQIA+, devido à falta de acolhimento em unidades de ensino, ressaltamos que este material formativo contempla informações úteis para professores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as), gestores(as) escolares, técnicos(as) pedagógicos(as), coordenadores(as) de projetos institucionais da rede e mediadores(as) de leitura, atuantes nas salas de leitura da Rede Municipal de Ensino, além de pesquisadores da Educação Básica alinhados com a defesa do tema da diversidade sexual na educação.

Proveniente da dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Básica (MPEB), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulada: *Diversidade sexual na escola e formação continuada: ações e práticas do trato pedagógico de docentes dos anos finais da Escola João XXIII com fins de evitar a evasão escolar de segmentos LGBTQI+*, na qual analisamos diversos documentos de cunho escolar e institucional – atas dos conselhos pedagógicos, fichas de registro de acompanhamento pedagógico, planos de gestão escolar, projeto político-pedagógico, relatórios de projetos institucionais e pedagógicos, normativas, decretos, leis municipais quanto à diversidade sexual e cadernos da política de ensino curricular da Rede do Recife –, este material didático



se direciona especificamente à Escola João XXIII no sentido de verificar nela o trato da temática da diversidade sexual com fins de combate à evasão escolar. Trata-se, portanto, de um material de apoio à efetivação, na prática pedagógica do corpo docente e na sua formação continuada, de ações em benefício de estudantes LGBTQIA+ dos anos finais do Ensino Fundamental.

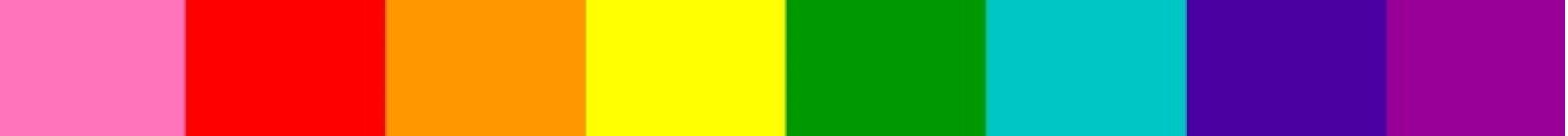
Isso foi feito a partir das metas e ações prescritas no projeto político-pedagógico (PPP) da referida escola, em seu plano de ação, e nos cadernos da política de ensino e de formação da Rede Municipal de Recife, que se encontram de forma explícita ou silenciada em tais documentos. Os dados disponibilizados nos mostram as ações de enfrentamento da evasão e da homofobia no espaço escolar pesquisado, objetivando garantir o direito à educação de todos os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental.

Diante disso, defendemos a ideia de que o espaço escolar pode e deve se constituir em locus privilegiado para se pensar lógicas inclusivas frente às ações, reproduções e atitudes comportamentais de caráter discriminatório, LGBTfóbicas, excludentes e segregadoras que expulsam de suas aulas estudantes LGBTQIA+ com argumentos advindos de discursos normatizadores, acompanhados de um contexto padronizador do comportamento que se dirige a essas identidades nas unidades de ensino. Esses padrões de comportamento hegemônicos dificultam o enfrentamento da evasão e da homofobia no espaço escolar.

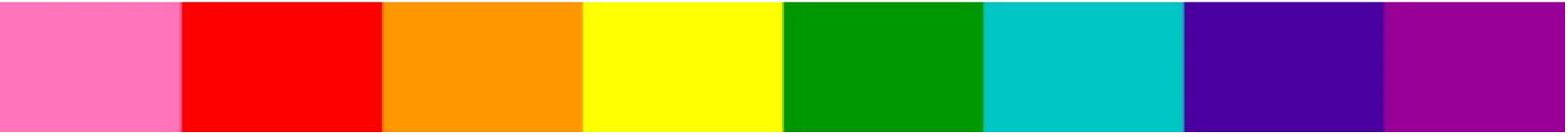
A metodologia empregada neste estudo fundamentou-se em abordagens qualitativas ancoradas nos estudos de Ludke (1986) e no método da Análise de Discurso de Orlandi (2009; 2020). A parte teórica dialogou com as pedagogias da sexualidade por meio dos estudos de Louro (2004; 2007), Butler (2003), Bortolini (2008; 2011) e Borrillo (2010), focando em práticas pedagógicas inclusivas acerca da diversidade sexual na organização escolar.

Dessa forma, este guia foi pensado com o fito de elaborar estratégias metodológicas de trabalho na área da educação, envolvendo a questão das sexualidades tratadas no cadernos de política de ensino do Recife dos anos de 2014 e 2015, reavivando, ampliando e sugerindo ações pedagógicas de ordem inclusiva quanto à diversidade sexual no espaço escolar. Ao final, é disponibilizado um glossário com termos que fazem parte do vocabulário das temáticas de gêneros, sexualidades, educação e diversidade sexual para subsidiar a compreensão de conceitos.

Para tanto, cabe-nos, solidarizando-nos com Louro (2004; 2007) e Novena (2004), defender que a escola é um espaço de formação humana que necessita abordar esses temas nos conteúdos das diversas disciplinas e componentes eletivos do currículo escolar, isso feito a partir de conhecimentos científicos e não através de julgamentos sobre as identidades



sexuais não binárias e não heteronormativas, feitos apenas com base em valores e crenças. Assim, esperamos contribuir para o rompimento de conceitos excludentes, advenham eles de crenças sociais, religiosas e/ou biologizantes quanto à diversidade sexual, promovendo inclusão e igualdade de acesso e permanência na escola de segmentos LGBTQIA+.





## SUGESTÕES DE ATIVIDADES

### ATIVIDADE 1

A ESCOLA JOÃO XXIII REPRESENTANDO NOSSA DIVERSIDADE<sup>11</sup>

#### OBJETIVOS

Reconhecer a diversidade, diferenciando-a das desigualdades que rondam a comunidade escolar, buscando referenciais em fatos científicos, pesquisas e outras fontes de informação.

Estimular e promover a convivência e o respeito à diversidade no ambiente escolar.

#### TEMPO ESTIMADO

Atividade a ser realizada em 2 dias com 2 horas de duração.

#### MATERIAIS E RECURSOS

1. Distribuição de diversas figuras e imagens de pessoas em suas diversidades com marcadores sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, religião, geração e espaço geográfico;
2. Recortes de revistas, jornais e cartazes; folhas de papel pardo, fita dupla-face, pincéis atômicos, colas, tesouras e *glitter*;
3. Impressão de diversas sugestões de charges referentes à diversidade.

#### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Pesquisar e distribuir revistas e jornais com diversas fotos pelo chão da sala e dividir a turma em trios;
2. Pedir para que um/a aluno/a de cada trio escolha uma imagem;
3. Fazer a questão norteadora (discussão no trio), registrar no Power Point, com transmissão para TV em sala de aula, a partir de palavras-chave;
4. Exposição oral sobre o que foi observado sobre a imagem escolhida;

---

<sup>11</sup> Sugestão de atividade elaborada pelos professores da turma de correção de fluxo do Projeto Travessia, sob orientação da coordenação pedagógica e gestão escolar da Escola João XXIII (2022).



5. Análise e debate da imagem da charge diversidade em sala de aula, discussão nos trios;
6. Avaliação da atividade.

### QUESTÕES NORTEADORAS

1. O que vocês observaram na imagem e o que nela remete à diversidade?
2. Todas estas pessoas possuem as mesmas oportunidades? Justifique?
3. O que se observa nas imagens das charges distribuídas?
4. O que cada grupo pode comentar sobre a charge em estudo?

## ATIVIDADE 2

### SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS<sup>12</sup>

#### OBJETIVOS

Conhecer e conceituar saúde sexual e saúde reprodutiva, direitos sexuais e reprodutivos por meio de estudo dirigido.

#### TEMPO ESTIMADO

Atividade a ser realizada em 2 dias e 2 horas.

#### MATERIAIS E RECURSOS

Distribuição de cópias de texto sobre saúde sexual, reprodutiva e direitos sexuais e reprodutivos.

#### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Acolhimento/colocar a turma em uma roda;

---

<sup>12</sup> Atividade baseada nas orientações do caderno da política de ensino curricular do Recife (Cadernos Teórico-Metodológicos, 2014).



2. Leitura silenciosa dos textos “Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”, com uso de diversas fontes (livros, jornais, documentários e etc.);
3. Divisão da turma em 4 grupos de 5 estudantes;
4. Pesquisa na internet sobre o tema em estudo acompanhada pelo professor;
5. Leitura e debate sobre os casos em turma;
6. Produzir desenhos sobre o que foi debatido em sala de aula;
7. Construção de um mural com os desenhos produzidos;
8. Avaliação da atividade.

### QUESTÕES NORTEADORAS

1. O que vocês entenderam por saúde sexual e saúde reprodutiva?
2. Quais as diferenças entre direito sexual e direito reprodutivo?
3. Qual a importância de os direitos sexuais e reprodutivos serem respeitados para a vida de jovens no Brasil?
4. Esses direitos estão sendo respeitados? E o que podemos fazer para garanti-los?

## **ATIVIDADE 3**

### **MÉTODOS CONTRACEPTIVOS<sup>13</sup>**

#### OBJETIVO

Reconhecer a importância do uso dos métodos contraceptivos na adolescência

#### TEMPO ESTIMADO:

2 horas

#### MATERIAIS E RECURSOS

Materiais sobre os métodos contraceptivos;

---

<sup>13</sup> Atividade baseada nas orientações do caderno da política de ensino curricular do Recife (Cadernos Teórico-Metodológicos, 2014).



Documentários sobre o uso e a importância dos métodos contraceptivos;  
Oficina sobre o uso e a importância dos métodos contraceptivos com vistas à saúde sexual do estudante, em foco nos alunos LGBTQIA+

#### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Colocar a turma em uma roda;
2. Convidar um profissional do Programa de Saúde da Família (PSF) que atende à comunidade escolar para falar sobre o assunto;
3. Realizar uma roda de conversa;
4. Elaborar campanhas preventivas com os métodos contraceptivos dentro da unidade escolar;
5. Avaliação da atividade.

#### QUESTÕES NORTEADORAS

1. Você conhece os métodos contraceptivos?
2. Você sabe como usá-los?
3. Vocês sabem como adquirir os métodos contraceptivos?
4. E a escola pode contribuir com orientações nesse sentido?
5. Qual o papel da família acerca disso?

### **ATIVIDADE 4**

#### **PESQUISANDO CASOS DE LGBTFOBIA NA CIDADE DO RECIFE<sup>14</sup>**

#### **OBJETIVO**

Pesquisar pela internet e outras fontes de informação, como jornais e revistas, dados e relatos de violência LGBTfóbicas, em Recife.

#### **TEMPO ESTIMADO:**

---

<sup>14</sup> Sugestão de atividade elaborada pela coordenação pedagógica da Escola João XXIII, baseada no Guia de Cidadania LGBT do Recife (2021).



Atividade a ser realizada em 2 dias e 2 horas.

#### MATERIAIS E RECURSOS

1. Uso da sala de tecnologia;
2. Uso dos tablets e Chromebooks para pesquisa em diversos *sites* da internet;
3. Registro dos casos encontrados na cidade do Recife.

#### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Organização da sala em grupos de 3 a 5 alunos;
2. Convidar um profissional da Gerência de Livre Orientação Sexual (GLOS) da Prefeitura do Recife para uma roda de conversa;
3. Realizar uma roda de conversa sobre os casos encontrados;
4. Elaborar campanhas, na unidade escolar, de enfrentamento da discriminação de orientação sexual;
5. Avaliação da atividade.

#### QUESTÕES NORTEADORAS

1. Que casos de violência mais chamaram a atenção? Justifique.
2. O que poderia ser feito para diminuir ou mudar esse quadro?
3. O que acham do trabalho com diversidade sexual na escola?
4. Qual a importância da família nesse assunto ?

### ATIVIDADE 5

#### AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR E DO *BULLYING* LGBTFÓBICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECIFE<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Sugestão de atividade desenvolvida pela coordenação pedagógica, professores e gestão da Escola João XXIII, com fins de combate da evasão escolar de estudantes LGBTQIA+ em nossa unidade de ensino.



## OBJETIVO

Sensibilizar os estudantes sobre as violências LGBTfóbicas ocorridas no espaço escolar, promovendo o enfrentamento da evasão escolar, mediante normativas advindas da Secretaria de Educação e Prefeitura do Recife.

## TEMPO ESTIMADO

2 horas.

## MATERIAIS E RECURSOS

Uso da sala de tecnologia;

Vídeos das campanhas de enfrentamento da homofobia (GLOS);

Fotos das campanhas de enfrentamento da violência homofóbica nas escolas do Recife, realizadas entre 2014 e 2023 pela GLOS e Núcleo de Enfrentamento à Violência Escolar (NEVE);

Construção de cartazes e pôlderes com ações de enfrentamento.

## DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Colocar a turma em formato de U;
2. Convidar um profissional do NEVE para falar sobre o pôlder: *Você sabe o que é bullying?*;
3. Realizar uma roda de conversa;
4. Distribuir os alunos em grupos para a produção de seu pôlder de enfrentamento da violência LGBTfóbica, a partir dos relatos, em roda de conversa;
5. Avaliação da atividade.

## QUESTÕES NORTEADORAS

1. Você conhecia o pôlder sobre *bullying* do NEVE?
2. O que mais te chama atenção nele?

- 
3. Que ações de enfrentamento podemos realizar?

## ATIVIDADE 6

### IDENTIDADES: EU SOU DO VALE E DAÍ<sup>16</sup>?

#### OBJETIVO

Identificar e promover o reconhecimento das diversas identidades presentes no espaço escolar com foco na diversidade sexual de professores, alunos e demais profissionais a partir de suas histórias de vida.

#### TEMPO ESTIMADO

2 horas

#### MATERIAIS E RECURSOS

Apresentação de fotos pessoais dos estudantes cedidas mediante autorização familiar;

Roda de apresentação do motivo de escolha da foto;

Construção de um mural de fotos e mensagens motivadoras;

Exibição do vídeo *ONU Livres & Iguais: a lição* (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gniErZlyzbA>);

Construção de nuvens de palavras com definição de palavras-chave, a partir do vídeo exibido.

#### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Deverá ser realizada em sala de aula, com uso de TV;
2. Produção de vídeos curtos pelos alunos e professores sobre seu cotidiano pessoal e escolar (histórias de vida), diante da diversidade em que vivem;
3. Socialização/exibição dos vídeos produzidos;
4. Avaliação da atividade.

---

<sup>16</sup> Fonte: sugestão de atividade realizada com a turma do Projeto Travessia de correção de fluxo, sob coordenação pedagógica da Escola João XXIII (2021).



## QUESTÕES NORTEADORAS

1. Como você se sentiu ao produzir o vídeo?
2. O que te motivou a fazer ?
3. Como podemos contribuir com uma escola livre de discriminações?

## ATIVIDADE 7

CURTA AS DIFERENÇAS: SOMOS QUEM PODEMOS SER<sup>17</sup>.

### OBJETIVOS

Identificar e promover o reconhecimento das diversas identidades presentes no espaço escolar, com foco na diversidade sexual de professores, alunos e demais profissionais, a partir de suas histórias de vida.

### TEMPO ESTIMADO

2 horas

### MATERIAIS E RECURSOS

Abertura da sala solidária/acolhimento;

Apresentação de fotos pessoais dos estudantes cedidas mediante autorização familiar;

Roda de apresentação do motivo de escolha da foto;

Construção de um mural de fotos e mensagens motivadoras;

Exibição do vídeo *Curta diferenças* (disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4GyQY4Cfqcs>);

Construção de *cards* com imagens e mensagens de motivação às diferenças.

### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

---

<sup>17</sup> Fontes: Projeto Socioemocional na escola (2019-2022) e Projeto de Intervenção (curta as diferenças), atividades realizadas em parceria com a gestão e a coordenação pedagógica da Escola João XXIII.



1. Uso da sala de tecnologia;
2. Pesquisa de textos (relatos de histórias pessoais, socialização de atividades), referentes ao respeito às diferenças no espaço escolar;
3. Produção de vídeos curtos por alunos e professores sobre seus cotidianos pessoais e escolares diante da diversidade em que vivem;
4. Socialização/exibição dos vídeos produzidos;
5. Avaliação da atividade.

#### QUESTÕES NORTEADORAS

1. Quais sentimentos os estudantes puderam demonstrar ao produzir os vídeos?
2. Qual a importância de se respeitar as diferenças dentro da escola?

### **ATIVIDADE 8**

#### **DIVERSIDADE SEXUAL: UM JOGO DE CONHECIMENTO COLORIDO**

#### OBJETIVO

Conhecer/identificar os conceitos de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

#### TEMPO ESTIMADO

Atividade a ser realizada em 2 dias com duração de 2 horas.

#### MATERIAIS E RECURSOS

Uso da sala de tecnologia;

Pesquisa sobre os *cards* informativos referentes à diversidade sexual e de gênero;



Apresentação da caixa de *cards Diversidade sexual e de gênero: 100 cards, informativos sobre gênero e sexualidade*<sup>18</sup>;

Exibição do vídeo da música *Triste, louca ou má*, de Francisco el Hombre (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>);

Construção de um mural com definições de palavras-chave a partir do filme exibido.

## DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Deverá ser realizada em sala de aula, com uso de TV;
2. Produção de vídeos curtos por alunos e professores sobre seus cotidianos pessoais e escolares diante da diversidade em que vivem; com foco na diversidade sexual;
3. Avaliação da atividade.

## QUESTÕES NORTEADORAS

1. Como você se sentiu ao produzir o vídeo?
2. Quais as cenas que mais lhe chamaram a atenção no filme exibido?
3. Será que podemos contribuir com uma escola livre de discriminações?

## ATIVIDADE 9

### VAMOS CONVERSAR SOBRE GÊNEROS NA ESCOLA?<sup>19</sup>

#### OBJETIVO

---

<sup>18</sup> A proposta dessa caixinha com *cards* coloridos é subsidiar o trabalho com a diversidade sexual e o gênero, dentro dos diversos espaços de educação formal e informal; além disso, ela serve como um jogo educativo, podendo ser usada em oficinas com temas voltados para a diversidade sexual, gêneros, sexos e sexualidades.

<sup>19</sup> Atividade realizada mediante envio de autorização aos pais, em parceria com o Projeto Socioemocional, coordenação pedagógica, professores e Gestão da Escola João XXIII, no ano de (2022).



Dialogar sobre as diferenças entre masculino e feminino, levando em consideração a realidade sociocultural das comunidades do entorno escolar.

#### TEMPO ESTIMADO

2 horas.

#### MATERIAIS E RECURSOS

Uso da sala de tecnologia;

Construção de placas informativas com conceitos, frases e dizeres populares sobre gêneros na escola e na comunidade;

Exibição do curta *Acorda, Raimundo acorda!* (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HvQaqcYQyxU>);

Participação de pais em roda de conversa sobre como ocorrem as questões de gênero em casa (atividades do lar);

Construção de um mural de palavras-chave a partir do curta exibido.

#### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Atividade deverá ser realizada em sala de aula, com uso de TV;
2. Produção de vídeos curtos por alunos e professores sobre seus cotidianos pessoais e escolares, em atividades que exijam interpretação diante da diversidade em que vivem, com foco nos papéis de gênero na comunidade escolar;
3. Há desigualdade de gêneros no vídeo exibido? Justifique.
4. Avaliação da atividade.

#### QUESTÕES NORTEADORAS

1. Como você se sentiu ao produzir o vídeo?
2. Quais as cenas que mais lhe chamaram a atenção no curta exibido e que podemos associar ao nosso dia a dia? Justifique.
3. Será que, com as reflexões que fizemos e tivemos aqui, podemos contribuir com uma escola mais livre de discriminações, zombarias frente aos papéis de gênero?



4. De que forma percebe-se a presença do gênero no vídeo?
5. Em suas casas, existem relações/semelhanças com o do vídeo? Justifique.
6. Alguém já ouviu comentários pejorativos com relação aos gêneros? Quais?
7. Como são divididos os afazeres domésticos em sua família?

## ATIVIDADE 10

### HOMEM X MULHER: AS VÁRIAS FORMAS DE SE VIVER SEM RÓTULOS<sup>20</sup>.

#### OBJETIVO

Promover reflexão sobre a discriminação acerca das identidades de gênero em sua comunidade e na escola, que recai sobre pessoas excluídas/subalternizadas por não se enquadrarem em uma lógica heteronormativa.

#### TEMPO ESTIMADO

Atividade a ser realizada em 2 dias com duração de 2 horas.

#### MATERIAIS E RECURSOS

1. Uso da biblioteca para pesquisas em livros e revistas;
2. Uso da sala de tecnologia;
3. Uso de *tablets* e Chromebooks;

#### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Exibição do documentário *Sobre Vivências* (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3HpfRWEYVqM>);
2. Divisão da turma em grupos de 3 a 5 alunos;
3. Distribuição de relatos aos grupos, mediante pesquisas;

---

<sup>20</sup> Sugestão de atividade realizada mediante autorização dos pais/responsáveis por alunos da turma de correção de fluxo do Projeto Travessia, com colaboração do Projeto socioemocional e turmas regulares do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, corpo docente e gestão da Escola João XXIII.



4. Confecção de cartazes por cada grupo, mediante relato estudado;
5. Atividade de dramatização, tomando como referência o documentário acima;
6. Socialização da atividade por cada grupo;
7. Avaliação da atividade.

### QUESTÕES NORTEADORAS

1. Quais relatos chamaram mais a atenção?
2. O que poderíamos fazer para ajudar a promover uma maior aceitação e respeito para as diversas formas de ser e agir de homens e mulheres?
3. Será que podemos contribuir com uma escola livre desses rótulos e discriminações?

### ATIVIDADE 11

#### ABALOU NO ABALAR: MEU, TEU E SEU, CORPO DE CADA DIA<sup>21</sup>

#### OBJETIVO

Conhecer seu corpo e as mudanças que ocorrem durante a presença da puberdade, refletindo sobre as diferenças entre os corpos femininos e masculinos, valorizando e enfatizando ações de autocuidado, respeito e autoestima.

#### TEMPO ESTIMADO

Atividade a ser realizada em 2 dias com 2 horas de duração.

#### MATERIAIS E RECURSOS

1. Uso de caixas de som amplificado;
2. Quebra-cabeça prensado em madeira sobre o corpo humano;
3. Papel madeira, folha de ofício, colas, tesouras e material em EVA.

---

<sup>21</sup> Sugestão de atividade organizada pela coordenação pedagógica da Escola João XXIII, com fins de aplicação em turmas de correção de fluxo do Projeto Travessia e em turmas regulares do 6º ao 9º ano.



## DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Acolhida: vídeo e letra da música *Eu sou neguinha*, na voz da cantora Vanessa da Mata disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=or5047cn6M0>);
2. Formar grupos de 3 a 5 alunos, para escrita de paródia e socialização na turma;
3. Pedir para que os estudantes possam deitar-se no chão sobre as folhas de EVA, sendo contornados pelos demais colegas presentes com um desenho para o corpo feminino e outro para o masculino;
4. Fixação do contorno no mural de exposição de atividades;
5. Ilustração e análise do contorno com as partes do corpo que consideram importantes para a sexualidade de cada um, evidenciando as diferenças entre os corpos;
6. Abordar a diferenciação dos corpos, através dos contornos;
7. Varal de frases motivadoras com escuta da música: “Dona de mim” na voz da cantora Iza (disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=FnGfgb\\_YNE8](https://www.youtube.com/watch?v=FnGfgb_YNE8)), enfocando aceitação, respeito às diferenças e empoderamento, a partir realidade sociocultural de cada estudante;
8. Avaliação da atividade.

## QUESTÕES NORTEADORAS

1. O que podemos destacar na música que nos chama a atenção?
2. A música ouvida em algum momento tem semelhanças com nossa vida, nosso jeito de ser e estar no mundo como sujeitos e agentes transformadores de nossa realidade?
3. Quais outras músicas os estudantes podem apontar como recurso de interpretação da nossa temática de atividade?

## GLOSSÁRIO

**ALOSSEXUAL** - Indivíduo que tem relacionamento sexual com outras pessoas, mas que não necessariamente possui envolvimento emocional.

**ARROMÂNTICO** - Pessoa que não possui ou tem pouca atração romântica.



**ATRAÇÃO** - Desejo que uma pessoa pode sentir em relação a outra pessoa ou a outras pessoas ou a algo.

**BIFOBIA** - Medo ou desprezo por pessoas bissexuais. A orientação bissexual é alvo de discriminação pelos movimentos LGBTIA+. Eles alegam que a pessoa bissexual é aquela que tem dificuldade de assumir sua sexualidade. Todavia, a bissexualidade é mais uma das orientações sexuais existentes.

**BISSEXUAL**- Pessoa que sente desejo por ambos os sexos e gêneros.

**DEMISSEXUAL** - Pessoa cujo desejo sexual só é despertado numa relação se houver uma conexão emocional ou intelectual.

**GAY** - Palavra de origem inglesa, incorporada por outras línguas, utilizada para designar homens homossexuais.

**GÊNERO** - Identificação das pessoas como, por exemplo, homens e mulheres. Sua construção é social. Orienta papéis e expressões de gênero, independentemente do sexo biológico, e remete a traços culturais e históricos.

**HETERONORMATIVIDADE** - Sistema de poder que impõe o binarismo de gênero e a heterossexualidade como normas, tornando anormais ou diferentes todas as outras expressões de gênero e sexualidades.

**HETEROSSEXISMO** - Regime que hierarquiza as sexualidades, colocando a heterossexualidade como padrão em relação às demais.

**HETEROSSEXUAL**- Indivíduo que sente desejo sexual e atração afetiva por pessoas de sexo/gênero diferente daquele com o qual se identifica.

**HOMEM TRANS** - Pessoa que foi designada enquanto mulher no nascimento, mas que reivindica o reconhecimento social e legal como homem.



**HOMOFOBIA**- Hostilidade geral, psicológica e social contra pessoas que sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo, podendo se manifestar em atos de violência ou até mesmo de extermínio.

**HOMOSSEXUAL**- Indivíduo que sente desejo sexual e atração afetiva por pessoas do mesmo sexo/gênero.

**IDENTIDADE DE GÊNERO** - É a maneira como o indivíduo se enxerga em relação ao seu próprio gênero, ou seja, é como a pessoa se reconhece: homem, mulher, de ambos os gêneros, ou ainda não se identificando com nenhum dos gêneros. É um processo de construção ou desconstrução em relação ao seu comportamento social.

**INTERSEXO** - Termo atualmente utilizado para designar uma pessoa que nasce com dois órgãos genitais. Antigamente, denominava-se hermafrodita – termo que deixou de ser utilizado em função de sua conotação biologizante.

**LÉSBICA** - Mulher que sente atração sexual ou romântica por mulheres. O termo lésbica foi desenvolvido para diferenciar a orientação sexual das mulheres que se relacionam com mulheres da dos homens que se relacionam com homens, ou seja, os *gays*, sendo, portanto, uma construção do século XX.

**LESBOFOBIA** - Aversão a mulheres que se relacionam com outras mulheres.

**LGBT** - Sigla que significa lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros. LGBT tem como principal objetivo promover a diferença cultural com base nas questões de identidade sexual e gênero.

**LGBTIA+FOBIA** - Ódio, desprezo ou aversão a pessoas que não seguem o padrão heterossexual, culminando, inúmeras vezes, em violência física contra pessoas da comunidade LGBTIA+. Esse termo ainda não é muito conhecido, de modo que a maioria das pessoas utilizam a palavra homofobia para designar um ato preconceituoso contra diferentes gêneros e sexualidades.

**LGBTQI** - Lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis/transgêneros e intersexuais.



**LGBTQIA+** - Lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis/transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais/arromânticos e todas as demais possibilidades de identidade de gênero e orientação sexual.

**LGBTQIS** - Lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis/transgêneros, *queers*, intersexuais e simpatizantes/solidários.

**MULHER TRANS** - Pessoa que foi determinada como sendo do sexo masculino ao nascer, mas que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher na sociedade.

**NOME SOCIAL** - Nome pelo qual, geralmente, as travestis, as transexuais e as pessoas transgêneros se identificam e preferem ser identificadas, desejo que geralmente ocorre quando seu nome de registro não condiz com sua identidade de gênero.

**ORIENTAÇÃO SEXUAL** - Esse termo diz respeito à forma como o sujeito vivência seus desejos e deleite corpóreo. Nesse sentido, pode praticá-los de diversas maneiras, com pessoas do mesmo sexo, de sexo diferente, de ambos os sexos, sem parceiros etc.

**PANSEXUAL**- pessoa que se interessa ou sente atração por todas as pessoas, independentemente de suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

**QUEER** - Termo usado para se referir a pessoas que não se enquadram dentro do modelo de sociedade que determina que só existem os gêneros femininos e masculinos, e que todos são heterossexuais.

**SEXISMO/MACHISMO** - Comportamento de indivíduos que são contra a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros.

**SEXO BIOLÓGICO** - O ser humano, a partir de sua estrutura biológica, é definido como masculino, feminino ou intersexual.

**SEXUALIDADE** - A sexualidade humana é compreendida como o conjunto de comportamentos, desejos e necessidades de satisfação sexual. A sexualidade está presente na



vida, do nascimento à morte. Ela pode se modificar a partir das experiências vividas. Sendo assim, ela não é fixa, e, sim, fluida, dinâmica e plural.

**TRANSEXUAL** - Indivíduo que apresenta uma identidade de gênero diferente daquela atribuída no momento de seu nascimento. Não precisa, necessariamente, ter o desejo ou sentir a necessidade de realizar modificações em seu corpo, incluindo a cirurgia de redesignação sexual.

**TRANSFOBIA** - Preconceito em relação a travestis, transgêneros e transexuais.

**TRANSGÊNERO/A**- Palavra usada pela academia para definir pessoas que, em algum momento de suas vidas, perceberam-se como pertencentes ao gênero oposto ao seu biológico, sendo algo permanente ou não. Algumas pessoas dentro e fora da academia apoiam sua utilização para a representatividade de todas as identidades de gênero contrárias à heteronormatividade.

**TRAVESTI** - Termo exclusivamente brasileiro que engloba a expressão de gênero travesti. A palavra travesti é utilizada como opção política, pois está relacionada às primeiras formas de luta e visibilidade das identidades transexuais e transgêneras no Brasil.

## SUGESTÕES DE FILMES

### A ESCOLA JOÃO XXIII E SEU CINE COLORIDO: 5 FILMES PARA O TRABALHO COM DIVERSIDADE SEXUAL

#### 1. FILME - LUCA (2021)

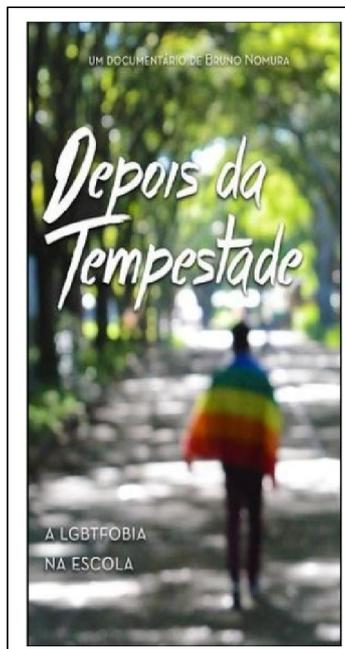
Sugestão de Filme: Luca, o objetivo desse filme é verificar o entendimento do tema da diversidade sexual e como se dá o comportamento/pensamento diante uma possível relação LGBTQIA+.

O filme não traz evidentemente temática LGBT, mas apresenta trechos de uma possível compreensão que possa ser abordado em sala de aula.



. Fonte: [Adoro Cinema \(2022\)](#).

2. FILME: DEPOIS DA TEMPESTADE (2018)



*Depois da tempestade*, traz em seu enredo como o ambiente escolar pode ser preconceituoso e discriminatório dentro do contexto da homofobia e de outros aspectos segregadores e excludentes. Os relatos de estudantes vítimas desse ambiente nos permitem identificar e verificar as consequências, como o abandono e a falta de interesse pela escola, retratando as diversas formas de exclusão da população LGBTQIA+ do espaço escolar.

Fonte: Adoro Cinema (2022).

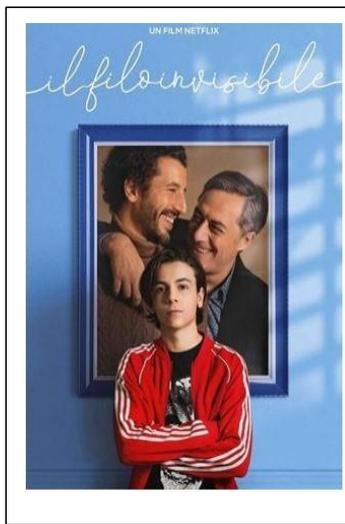
### 3. FILME: HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO (2014)

Em *Hoje eu quero voltar sozinho*, o diretor e roteirista Daniel Ribeiro desenvolve uma ideia interessante, aplicando a uma história universal (a descoberta do primeiro amor) características particulares: a homossexualidade e a deficiência física. Esse já era o caso do curta-metragem *Eu não quero voltar sozinho*, também de Ribeiro, no qual os mesmos personagens enfrentavam o medo do primeiro beijo. No longa, o debate se amplia para o amor em geral e para as perspectivas de independência do adolescente em crise. Ironicamente, o duplo tabu do protagonista (*gay* e cego) funciona como astuciosa ferramenta narrativa: Leonardo (Ghilherme Lobo) não é visto como arquétipo social, como “o garoto cego” ou “o garoto *gay*”. Ele não é um símbolo único de uma dessas duas comunidades. As dificuldades enfrentadas por Leo são usadas como metáforas para os conflitos que qualquer jovem também pode viver.



Fonte: Adoro Cinema (2022).

#### 4. FILME: LAÇOS DE AFETO (2022)

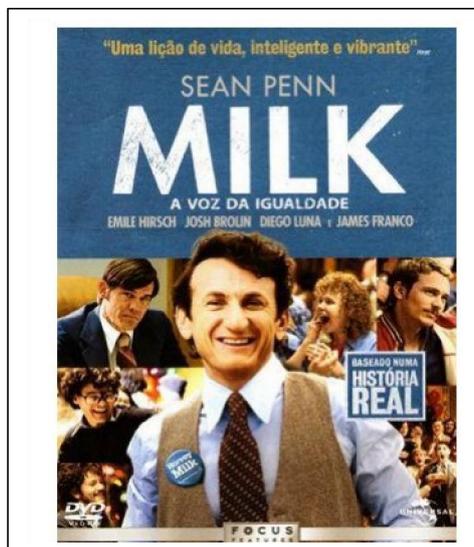


*Laços de Afeto* traz em seu enredo a discussão de famílias homoparentais (formadas por pessoas do mesmo sexo). Um adolescente, filho de dois pais *gays*, decide fazer um documentário sobre a família como algo divertido, mas o que começa como um passatempo vira um drama real que acontece na família.

Fonte: Adoro Cinema (2023).

#### 5. MILK, A VOZ DA IGUALDADE (2008)

*Milk*, a voz da igualdade pode servir como um disparador para debater a questão da luta pelos direitos humanos e civis da comunidade LGBTQIA+. Assim sendo, a luta pelos direitos humanos e a organização dos movimentos sociais deve ser levada em consideração nesse enredo.



Fonte: Adoro Cinema (2023).



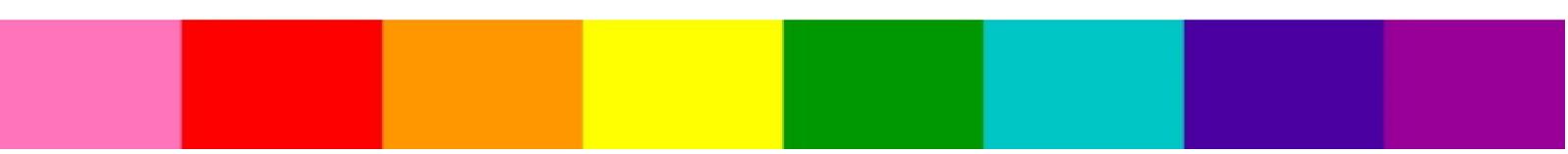
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar, enquanto espaço de construção das identidades e subjetividades, tem sido fortemente atacado e marcado por comportamentos reguladores, segregacionistas e excludentes, vindos de uma cultura escolar reguladora e homogeneizadora quanto ao surgimento de identidades que divergem da norma estabelecida de ordem branca, cristã e heterossexual.

Desse modo, a escola, agindo e reproduzindo comportamentos excludentes quanto ao surgimento dessas diversas identidades, em nosso caso específicas identidades ligadas à diversidade sexual, acaba por segregar estudantes que não se enquadram na heteronormatividade. Contudo, paradoxalmente a escola também é uma fonte propulsora na desmistificação de mitos e estereótipos e na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e de transformação social.

No entanto, nos anos finais do Ensino Fundamental, ainda paira a sombra da insegurança na abordagem quanto ao tema da diversidade sexual em sala de aula, por motivações religiosas, biologizantes e/ou normativas que ferem e violam o direito à diferença de cada estudante. Para os alunos LGBTQIA+, a escola tem sido, muitas vezes, um ambiente hostil devido à visibilidade negativa/pejorativa oriunda de piadas, chacotas e agressões verbais e físicas. Esses estudantes são comumente apontados como “errados” e “sujos”, tendo sua orientação sexual colocada em xeque. Tamanha falta de acolhimento e alteridade acaba por desencadear situações de abandono e evasão escolar por parte desses discentes.

Para combater isso, ressaltamos que as vivências cotidianas dos segmentos LGBTQIA+ servem como fonte de debate e alicerce para o fortalecimento de suas identidades e autoafirmação sexual. Como exemplo, destacamos projetos e atividades pedagógicas promovidas na Escola João XXIII, situada em Recife, onde se luta contra a evasão escolar desse público. Sendo assim, atuamos, na referida escola, com o propósito de contribuir para um trabalho de enfrentamento dessa exclusão específica.





## REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ. 2008.

BORTOLINI, Alexandre. Pensando a política pública em diversidade sexual e de gênero na escola: uma experiência com análise de conteúdo. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Diferenças Culturais e Educação**: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: UNESCO (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Unesco, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli .E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU 1986.

NOVENA, Nádya Patrícia. **A Sexualidade na organização escolar**: narrativas do silêncio. 2004. 473 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, estigma e intolerância religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 13, n. I, p. 219-244, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife**: fundamentos teórico-metodológicos. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2014.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano. Organização de Jacira Maria



L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 3).

RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal João XXIII**. Recife: Secretaria de Educação, 2022.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). **Guia de Cidadania LGBT**. Recife: PCR, 2021.

ONU Livres & Iguais: A Lição. **UN Human Rights**, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gniErZlyzbA>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CURTA diferenças. **Rodrigo Munari**, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4GyQY4Cfqs>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FRANCISCO, el Hombre - Triste, Louca ou Má. **Francisco, el Hombre**, 5 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>. Acesso em: 20 mar. 2024.

“ACORDA, Raimundo... Acorda!” **TayunyaKrasunya1**, 27 maio 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HvQaqcYQyxU>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOBRE Vivências - Documentário LGBT. **Auarart Filmes**, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3HpfRWEYVqM>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VANESSA Da Mata - Eu sou Neguinha? (Video Clip). **Vanessa da Mata**, 7 de mar. de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=or5047cn6M0>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FILME LUCA (2021). **Adoro cinema**, 2022. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/pesquisar/?q=LUCA>+Acesso em: 20 mar. 2024.

FILME DEPOIS da tempestade (2018). **Adoro cinema**, 2022. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/pesquisar/?q=DEPOIS+DA+TEMPESTADE>+. Acesso em: 20 mar. 2024.

FILME HOJE eu quero voltar sozinho (2014). **Adoro cinema**, 2022. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/pesquisar/?q=HOJE+EU+QUERO+VOLTAR+SOZINHO>+. Acesso em: 20 mar. 2024.

FILME LAÇOS de afeto (2022). **Adoro cinema**, 2022. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/pesquisar/?q=LA%C3%87OS+DE+AFETO>+. Acesso em: 20 mar. 2024.

FILME MILK, a voz da igualdade (2008). **Adoro cinema**, 2022. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-130781/>. Acesso em: 20 mar. 2024.